

GABRIEL LOMBA SANTIAGO

AS CEBS FRENTE AO ESTADO E A IGREJA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação (Filosofia da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Newton Aquiles Von Zuben.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

GABRIEL LOMBA SANTIAGO

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Gabriel Lomba Santiago e aprovada pela Comissão Julgadora em 27, 1, 85

Munitubun Zed
oventa do

COMISSÃO JULGADORA

Luiz Antonio Zú
de Moraes
de Moraes

" A forma de vida humana em comum
não pode ser imposta de fora
sobre gupos humanos; ela deve
emergir do interior em cada tempo
e lugar."

MARTIN BUBER

Ao Prof. Dr. Newton Aquiles
Von Zuben pela paciência e
estímulo.

SUMÁRIO

	PAG.
<u>INTRODUÇÃO</u>	07
 <u>CAPÍTULO I</u>	
0 DESCOBRIMENTO DA PESSOA	13
1 - A Mundivisão das Vivências	14
2 - Recuperando uma experiência	22
 <u>CAPÍTULO II</u>	
A COMUNIDADE EDUCA-SE	35
1 - Conceituação	35
2 - Comunidades Eclesiais de Base: da educação popular à maturidade	44
2.1 - CEBs - Um pouco de sua história no Brasil	44
2.2 - A ação das CEBs manifesta sua própria educação	70
2.3 - Os problemas internos e externos das CEBs	100
 <u>CAPÍTULO III</u>	
0 AUTORITARISMO DO ESTADO	110
1 - O Estado e a resistência popular	113

PAG.

CAPÍTULO IV

A IGREJA: TENSÃO ENTRE O FORMAL E O REAL	126
1 - Os problemas históricos: poder, autoridade e liberdade na Igreja	127
CONCLUSÃO	143
BIBLIOGRAFIA	148

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte da seguinte problematização: a nossa experiência vivida e compartilhada com outras experiências, produziram em nós viva inquietação pelos rumos do continente latino-americano e especialmente o brasileiro.

O profundo contraste entre riqueza e pobreza abriu uma cratera difícil de aplainar: minorias privilegiadas de um lado e maioria marginalizada, sem esperanças, sem sentido pela vida do outro. Um mal-estar percorre a nossa existência e a nossa consciência.

Ao longo dos séculos, o paternalismo autoritário do Estado e o convite à moderação exercido pela Igreja não alteraram substancialmente o quadro negro de sofrimentos e carências da maioria da população. Os conflitos sociais evoluem, as repressões ainda mais. Os otimistas são hoje idealistas mal informados e os pessimistas são os realistas bem informados.

Entendemos que, a melhor maneira de controlar um povo é dar-lhe a ilusão otimista de que participa das decisões administrativas do país.

Como e por quê chegamos a esta situação? Há perspectivas de mudança? Apesar de toda a investigação científica e o instrumental técnico porque não solucionamos os problemas básicos como saúde, educação, moradia, saneamento básico?

As Comunidades de Base reabrem a esperança por uma nova sociedade.

A maioria de educadores e população concordam que a educação não acontece apenas na escola enquanto educação formal (normativa, hierárquica, etc.); a educação acontece no cotidiano como experiência de vida e costumamos chamá-la de educação informal e uma terceira denominada não-formal elaborada pelos meios de comunicação, movimentos da sociedade civil , etc.

A educação formal brasileira vive em crise, reflexo da própria crise política, econômica e social do capitalismo periférico, ou seja, a crise da sociedade brasileira é refletida na escola como " crise da educação ". Na medida que a pobreza se amplia, essa educação não atende substancialmente as reais necessidades das classes subalternas que assinalam forte evasão escolar quer pela necessidade de subsistência (especialmente a partir do 1º grau) quer pelo modelo de educação que legitima uma ordem social vigente, distante de sua vida concreta. O processo educativo formal tem uma dimensão cultural instrumentalizadora, mas em certas situações acaba sendo o lugar da auto-crítica e da contestação.

Como a maioria da população pobre brasileira teve uma educação preponderantemente informal e não-formal, portanto , distanciando-se da oficial, a partir de 1960 com o MEB (Movimento de Educação de Base) e Educação Popular foram desenvolvendo-se as raízes de comunidades de base. Esse povo tomou consciência de que sem união e a concretização de seu próprio caminho tornaria sua sobrevivência muito difícil.

Mas para alcançar a necessária autonomia e liberdade, as comunidades terão que superar obstáculos institucionais historicamente bem estruturados. A nosso ver, Estado e Igreja são as instituições formais que atraem, envolvem, limitam e procuram controlar a caminhada de comunidades (com exceção de alguns setores da Igreja que preferimos chamá-la de progressista).

Desde 1960, na América Latina emergem comunidades, vinculadas notadamente a Igreja Católica, pelos mais variados motivos. Essas comunidades receberam o nome de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). O seu aparecimento (além de MEB e Educação Popular) tem causas econômicas, políticas, culturais e religiosas.

O remanejamento perpétuo das elites no poder, a dominação autoritária e secular, uma fé ingênua e fatalista das massas, a profunda separação entre cultura do povo e cultura de elite, favoreceram e estimularam o surgimento dessas comunidades.

A frustração de esperanças devido a promessas não cumpridas pelos governantes, impulsionaram rapidamente a população e as comunidades cristãs a alterar esse quadro negativo da história.

Do conformismo e fatalismo projeta-se a oposição, a contestação, as reivindicações, os direitos humanos e a resistência contra todo tipo de exploração.

No Brasil as CEBs percebem o valor da união comunitária como pre-condição para construir a sua autonomia e obter a liberdade mais ampla.

As instituições de ensino, não pretendendo transformar nada, buscam apenas novos métodos e técnicas de ensino na tentativa de melhorar a escola e adaptar as pessoas à sociedade vigente. Mas as comunidades são exigentes.

As comunidades reagem a esse formalismo com esperança, sonhos, propostas para uma nova sociedade mais justa e fraterna: propõem uma educação popular como alternativa que atenda às reais necessidades da maioria pobre da população, uma educação calcada na leitura diária da realidade de fazer cotidiano.

Com as comunidades, a teoria e a prática se interligam: a palavra é a resposta da experiência encarnada na existência vivida, fazendo evoluir a consciência da liberdade. A fé

cristã é a resposta à ação comunitária madura e convincente.

Precisamente, a ação comunitária constrói, tece com originalidade uma auto-educação que prescinde em muitos casos da escolaridade formal e tem para nós um significado especial.

Dar a conhecer estas experiências comunitárias, em boa parte bem sucedidas, com seus próprios conflitos, confrontos e aproximações com a sociedade o Estado e a Igreja, constitui o nosso objetivo, tentando vislumbrar uma verdadeira autonomia e liberdade nas comunidades onde as instituições citadas não devem impor suas "normas de conduta e liberdade de ação".

Para analisar da melhor maneira possível a realidade comunitária e institucional nos valeremos de vários recursos metodológicos.

A observação participante como sendo um recurso metodológico em que estudando os fenômenos em seu ambiente natural, torna possível descrever a atividade das comunidades através de conversas informais. A perspectiva fenomenológica, na medida em que o mundo da vida é algo que é dado e está antes da abstração. A visão dialética, onde procuramos detectar especialmente as contradições existentes nas próprias instituições, instituições estas que são manifestações simbólicas da realidade social.

Com esse apoio metodológico pretendemos demonstrar que a ação das comunidades é obstaculizada pela presença coercitiva do Estado na medida que elas se projetam politicamente unidas e pela presença da Igreja institucional, na medida que esta, pela sua ideologia conservadora limita e controla a ação das CEBs, restringindo-as à função meramente espiritualista e obediente à Instituição.

A estrutura da nossa dissertação pode então, ser assim dividida: no capítulo I, "O Descobrimento da Pessoa", pretendemos descrever o mundo, já dado, e o homem situado nele, logo, na medida que eu, sujeito, intenciono outro sujeito e o outro

me intenciona, eu e o outro somos uma intersubjetividade, um nós, homens concretos. Num segundo momento, fazemos a recuperação de uma experiência vivida no interior de S.Paulo, numa descrição pessoal, singular, avaliando a convivência humana em termos de comunicação. Acreditamos que vivência, conhecimento e reconhecimento são as passagens importantes na existência da vida humana.

No capítulo II, " A Comunidade Educa-se ", pretendemos esclarecer o nascimento, constituição e ação das CEBs, inclusive as suas deficiências. Para realizar essa tarefa, foi necessário, inicialmente, definir os conceitos de liberdade, autoridade, comunidade, sociedade, povo, educação popular, na tentativa de fundamentar historicamente o sentido das CEBs, relacionando-as com as instituições antes referidas. Nesta unidade enfatizamos a auto-educação das CEBs através de suas atividades: círculos bíblicos, reuniões, participação, ação política, o papel dos agentes de pastoral. Estas atividades, a nosso ver, manifestam a sua maneira autônoma, um modo de ser Igreja viva em relação à Igreja-instituição de cristandade greco-romana.

" O Autoritarismo do Estado ", constitui o capítulo III, analisamos o papel do Estado autoritário, a concepção que a Instituição do Estado tem no planejamento participativo, sua ideologia e a sutileza da cooptação das lideranças das comunidades menos conscientes. Examinamos o papel que o Estado exerce sobre a educação, pois se pela escolaridade obrigatória a instituição obtém das classes populares o reconhecimento do saber e saber-fazer 'oficial', estas correm o perigo de abandonar ou desprestigiar o saber que elas realmente dominam, é a introjeção das concepções do dominante sobre o dominado. Neste sentido as CEBs desempenham um papel importante para recuperar esse saber popular, procurando colocá-lo como proposta ou alternativa educacional em vista de uma nova sociedade mais participativa. Não esquecemos também o aparelho coercitivo do Estado que apropriando-se do discurso das classes populares, constrói

sua ideologia populista e pressionam as comunidades politicamente conscientes, na medida que elas prescindem de certo modo da sustentação econômica e política do Estado.

Com o título " A Igreja entre o Formal e o Real ", definimos o IV e último capítulo da nossa tarefa. Analisamos a Igreja-Instituição como um todo, convergendo para o Brasil. Mostramos dentro dela grupos divergentes: conservadores, moderados e progressistas, onde estes últimos dão sustentação teórica às comunidades fazendo o papel de " intelectuais orgânicos ". Como a Igreja a nível mundial é governada pelo grupo conservador e a do Brasil pelo grupo moderado, o decisivo apoio da instituição às CEBs é vulnerável, logo a ação das CEBs nem sempre é aceitável quando elas agem politicamente e às vezes partidariamente. Se por um lado os progressistas estimulam a caminhada das comunidades, por outro os grupos conservadores, querem reduzi-las a um simples produto leigo espiritualista, retirando-lhes a liberdade política. Esta ambiguidade da estrutura eclesiástica produz nas CEBs uma tensão entre autonomia e conformismo com a instituição.

Teólogos, filósofos, sociólogos, antropólogos, políticos contemporâneos vem analisando com interesse o caminhar das CEBs tentando detectar uma alternativa viável para construção de uma nova sociedade, uma nova Igreja ou mesmo a diluição de mais um Movimento interno da Igreja.

Finalmente, evitamos complexidades teóricas a nível científico e linguístico. Mas fomos incisivos na explicação da ação das CEBs em sua vida cotidiana, no seu saber-fazer.

CAPÍTULO I

O DESCOBRIMENTO DA PESSOA

A filosofia deve oferecer-nos um conhecimento universal, capaz de trazer de volta à razão o seu caráter abrangente. Mas para que a filosofia possa atingir esse objetivo, deve voltar-se primeiramente para a vida social pre-reflexiva onde realmente atuamos. (1)

Em nossas vidas e atividades está pressuposto e subjacente o "Mundo vivido", expressão utilizada por Husserl em suas obras de maturidade. Ele é um mundo intersubjetivo porque assumimos implicitamente a existência e as experiências similares dos indivíduos interagentes. O significado disso é histórico-cultural, na medida que a idéia do mundo que vivenciamos pre-reflexivamente em nossa vida diária é um produto da cultura e dos tempos em que vivemos. (2)

A motivação que leva o ser humano a descrever sua experiência, deve-se em grande parte à sensibilidade e interesse de dialogar com os outros. A experiência do tempo vivido com os outros é recuperado pelo pensamento, resultando em significativa satisfação humana.

(1) Cf. Robert A. GORMAN, "A Visão Dual. Alfred Schutz e o Mito da Ciência Social Fenomenológica," p. 36.

(2) Ibid., p. 37.

No âmbito do mundo vivido, situações sociais, econômicas e políticas insatisfatórias, determinam certo afastamento da pessoa dos relacionamentos sociais convencionais, onde prevalece a fala carregada de ambiguidades. A pessoa pretende superar os limites das regras sociais, achegando-se à informalidade comunitária pelo caminho da sensibilidade, afetividade e relacionamentos profundos. Encontra respostas na união interpessoal, sobre problemas semelhantes. Percebe que a aproximação direta de pessoas abre-lhe perspectivas de igualdade. Em síntese, para ela a vida é a soma de momentos presentes vividos, associada a experiências passadas, abrindo-lhe perspectivas futuras válidas.

1 - A MUNDIVISÃO DAS VIVÊNCIAS

O que significa a experiência do " mundo vivido "? O mundo vivido é também chamado de mundo da " atitude natural" . Esta atitude natural é aquela em que habitualmente vivemos. Esta atitude se caracteriza pelo fato de estarmos dirigidos para a realidade exterior, para o mundo no qual habitamos entre pessoas e coisas e em que acreditamos espontaneamente.

" Encontro continuamente presente, como oposta a mim , a única realidade espacio-temporal, à qual eu mesmo pertença como todos os outros homens que nela se encontram e que a ela se referem do mesmo modo " . (3)

A realidade do mundo da vida é aceita indiscutivelmente. Tal aceitação do mundo da vida se manifesta em três supostos fundamentais que caracterizam a atitude natural. Primeiro a constância da estrutura do mundo; não duvidamos que é e permanecerá o que aparenta ser. Em segundo lugar, a constância da validade de nossas experiências do mundo. O critério da validade

(3) E. HUSSERL, "Idéias Diretrizes para uma Fenomenologia I", p. 430.

da realidade do mundo é minha experiência vivida da atitude natural. Finalmente a constância da nossa capacidade de atuar no mundo e sobre o mundo. É este mundo o âmbito ou o cenário de todas as nossas ações sociais, intersubjetivas e de nossos projetos de transformação. Os três supostos ou pressuposições constituem fatos do senso comum.

Encontramos em Schutz uma interessante análise fenomenológica do mundo do senso comum, " onde os indivíduos definem para si mesmos a realidade do mundo que encontram na atitude natural. Nascemos e crescemos separadamente, assimilando os valores do nosso próprio ambiente. Por conseguinte, dependendo de determinados motivos, crenças, desejos, aspirações, etc, que aprendemos, percebemos o mundo de forma diferente e atuaremos nele a partir de um ponto de vista diverso. Cada ambiente singular, ou como Schutz denomina ' cada situação biográfica ', situa os indivíduos no mundo do senso comum e define esse mundo para eles. ' O ' mundo, quando filtrado através da minha situação biográfica, se torna o ' meu ' mundo " . (4)

Como diz Schutz, a partir do seu " estoque de conhecimento " o homem faz uso do conhecimento do mundo. Na medida que me utilizo desse " estoque de conhecimento ", as vivências são por mim compreendidas, explicadas e interpretadas. O Conhecimento serve então como um código de interpretação fatalmente heterogêneo, pois refere-se a um saber geral como também a um saber por familiaridade, por exemplo, refere-se a uma comunidade bem definida de pessoas, onde o " comportamento de meus semelhantes é inteligível para mim, mediante a interpretação em meu acervo de conhecimento, de seus gestos corporais, seus movimentos expressivos, etc. " (5)

(4) Robert A. GORMAN, op. cit., p. 47.

(5) A. SCHUTZ & Thomas LUCKMANN, "Las Estructuras del Mundo de la Vida", p. 36.

Além disso, " a posição de nosso próprio corpo constitui o 'aqui', o corpo do nosso semelhante constitui o 'lá'. Se nos movemos 'lá', o corpo do nosso semelhante ainda constitui um 'lá' para nós, embora seja o 'aqui' para ele. Ainda que não possamos estar em seu 'aqui' atribuímos-lhe uma reciprocidade de perspectivas porque percebemos os objetos e acontecimentos do mundo da mesma maneira, tanto de seu 'lá', quanto do nosso 'aqui'. (6) Portanto o estoque de conhecimento à mão serve como código de interpretação da experiência em curso ou a atos já vivenciados.

No mundo do senso comum, reconhecido pela reciprocidade de perspectivas, percebemos os corpos individuais que são pessoas diferindo dos objetos inanimados. Significa que reconhecemos um corpo humano que é portador de um ego, pelo qual possui um mundo de consciência cognitiva análoga à nossa. (7)

Nesse mundo do senso comum, a intersubjetividade é ponto pacífico onde os filósofos descrevem fenomenologicamente a atitude natural com o objetivo de compreenderem como e porque o Outro existe. (8) De fato, o homem possui relacionamento com os outros homens, está situado numa estrutura social pre-existente, isto é, já dada.

Todo sistema social tem estruturas de relações familiares, possui divisões de trabalho, dirigentes e dirigidos, poder e dominação. É dentro dessa realidade que me obrigo a tomar posição e a manifestá-la simbolicamente através da linguagem. O mundo vivido é pois, o lugar da prática, da ação. No mundo vivido essa prática traz problemas que devem ser motivo de reflexão

(6) Robert A. GORMAN, op. cit., p. 54-55.

(7) Cf. Ibid., p. 55.

(8) Cf. Ibid., op. cit., p. 55.

para seus integrantes ⁽⁹⁾, pois o homem que " age e pensa dentro do mundo de sua vida cotidiana não é homogêneo..." ⁽¹⁰⁾

O mundo social no qual o homem nasce e busca seu caminho é por ele vivenciado como uma rede fina de relacionamentos sociais, de sistemas de signos e de símbolos com sua estrutura de significados próprios. Todas essas maneiras habituais de fazer as coisas, e que William Graham Sumner chamou de " folkways ", são capazes de assegurar o bem estar continuado do grupo e conseqüentemente transformar-se em costumes. Os costumes podem tornar qualquer coisa certa. ⁽¹¹⁾

Esses costumes e valores constituem a herança social que é transmitida àqueles que nascem e crescem dentro de um determinado grupo, onde o sistema de conhecimento adquirido toma um aspecto coerente, claro, consistente, para os membros desse grupo. Qualquer pessoa criada dentro do grupo, aceita o esquema do padrão que lhe é transmitido pelos seus antecessores, acabando por tornar-se um receituário para interpretar o mundo social. ⁽¹²⁾

As " receitas sociais " destinadas a permitir aos membros de um grupo a definição de suas situações na realidade da vida diária de uma maneira típica, constituem o padrão cultural do grupo a que estão relacionadas. ⁽¹³⁾ " As 'receitas sociais' são, portanto, o elemento mais importante na nossa definição de uma situação. Ao atravessar uma rua urbana, por exemplo, vemos imediatamente, quase automaticamente, a 'receita' já pronta ,

(9) Cf. A. SCHUTZ & T. LUCKMANN, op. cit., p. 38.

(10) A. SCHUTZ, " Fenomenologia e Relações Sociais", p. 75.

(11) T. BOTTOMORE & NISBET, " História da Análise Sociológica ", p. 390.

(12) Cf. A. SCHUTZ, op. cit., p. 80-81.

(13) Cf. Robert A. GORMAN, op. cit., p. 51.

que é apropriada e compreendemos que só devemos atravessar quando a luz mudar para verde. O mesmo acontece com outras situações possíveis pelas quais passamos no mundo do senso comum: definimo-las de acordo com a regra social apropriada e agimos de maneira correspondente socialmente aprovada. Embora essas receitas possam nem sempre ter sentido, enquanto forem aceitas sem discussão como partes do mundo do senso comum, permanecem como os elementos mais significativos nas nossas definições desse mundo." (14)

A pertença a um grupo, implica sentimento e partilha de interesses comuns. O significado subjetivo que o grupo tem para os indivíduos que o compõem é o conhecimento de uma situação comum e juntamente com isto, um sistema de tipificações e relevâncias. " Toda tipificação consiste na igualação dos traços relevantes e no abandono das diferenças irrelevantes." (15) As tipificações existem independentemente de cada indivíduo, como um produto da sociedade que todos aceitam como ponto pacífico. Elas nos acompanham desde a infância e perduram por toda a vida.

É importante salientar que em grupos voluntários, as tipificações não são um dado pronto, mas construídas pelos participantes, envolvendo um processo dinâmico e evolutivo. (16)

" De acordo com Simmel, o grupo é formado por um processo através do qual muitos indivíduos unem partes de suas personalidades, impulsos específicos, interesses, forças, enquanto o que cada personalidade realmente é permanece fora dessa área comum. Os grupos são caracteristicamente diferentes de acordo com as personalidades com as quais participam no grupo... Na definição do indivíduo de sua situação particular, os vários papéis sociais que se originam desse pertencer múltiplo a grupos

(14) Robert A. GORMAN, op. cit., p. 52.

(15) Ibid., p. 49

(16) A. SCHUTZ, op. cit., p. 83.

diversos são vivenciados como um conjunto de tipificações que são, por sua vez, ordenadas segundo uma hierarquia privada de domínios e relevância, cujo fluxo, é claro, é contínuo. É possível que exatamente esses traços da personalidade do indivíduo, que são para ele, da mais alta ordem de relevância, sejam irrelevantes do ponto de vista de qualquer sistema de relevâncias tidas como pressuposto pelo grupo do qual ele é membro. Isso pode levar a conflitos na personalidade, gerados principalmente devido ao esforço de preencher as várias, frequentemente incompatíveis, expectativas de papéis correspondentes à participação do indivíduo nos diversos grupos sociais. Como vimos, é apenas com relação à participação em grupos voluntários, e não em grupos 'existenciais', que o indivíduo está livre para escolher de que grupo quer ser membro de que papel social quer ser incumbido".⁽¹⁷⁾

Sabemos que o mundo vivido é o lugar da prática. Através da consciência que tenho do mundo vivido, descrevo a vivência da prática, por exemplo, a política e a religião de uma determinada comunidade.

A minha experiência da realidade dá-se conta da existência de pessoas como eu, e a minha relação com elas segue variados níveis de aproximação e profundidade, podendo ir da periferia (cultura, instituições) até o relacionamento humano mais profundo da vivência. Parece-nos que é a passagem do imediato para o mediato. O encontro face a face é a única situação social caracterizada pela imediatez temporal e espacial, apesar disso não chegamos empiricamente ao "tu" puro. Quando me encontro com o meu semelhante, é um tipo particular de pessoa, isto é com suas particularidades."⁽¹⁸⁾

O fluir de experiências concretas em que se efetiva a comunicação na relação "nós" assemelha-se ao meu fluxo interior

(17) A. SCHUTZ, "Fenomenologia e Relações Sociais", p. 84-85.

(18) A. SCHUTZ & Thomas LUCKMANN, "Las Estructuras del Mundo de la Vida", p. 76-77.

de vivências. O meu conhecimento do outro pode naturalmente ser variado, porque consiste na simples consciência da existência do outro. Pela relação "nós" posso entrar nos processos de sua consciência e em suas motivações subjetivas ou ainda posso estar interessado indiretamente e observar os seus atos e suas consequências objetivas. (19)

A relação da linguagem com as experiências que transcendem os ambientes natural e social imediatos, pressupõem uma relação inicial com experiências imediatas que foram modeladas na relação concreta do "nós". A linguagem então promove um conhecimento que tem suas origens nas experiências e nas explicitações passadas e contemporâneas. Na medida em que a linguagem se faz habitual para o indivíduo, este pode fazer distinções rotineiras entre o que vale a pena observar ou rejeitar ou mesmo entre o que deve ser comunicado ou não. É então uma questão de relevância. (20)

A maior parte do conhecimento adquirido por uma pessoa é de origem social, e em menor parte por si própria, por isso ela dá-se conta que os conhecimentos apreendidos são de pessoas que conhecem mais e melhor. São estas experiências que prevalecem nos primeiros relacionamentos do "nós". (21)

Os processos de socialização primários e secundários permitem constatar que o conhecimento está distribuído socialmente. Esta constatação inevitável é a real experiência pessoal no mundo cotidiano. (22) O que significa este conhecimento distribuído socialmente? Significa que em qualquer sociedade, a pessoa perceberá as diferenças de conhecimento entre especialistas e leigos. Aqueles com um saber específico, estes com um saber

(19) A. SCHUTZ & Thomas LUCKMANN, "Las Estructuras del Mundo de la Vida", p. 79.

(20) Ibid., p. 241-242.

(21) Ibid., p. 304.

(22) Ibid., p. 304.

genérico. São as diferenças existentes na sociedade que determinam a distribuição social do saber no que tange a leigo e especialista.

Enquanto que nas distribuições sociais do saber simples (leigos) as diferenças na competência referente ao conhecimento geral são individuais, nas complexas (especialistas) as possibilidades de acesso ao conhecimento geral dependem da estrutura social e do estrato social. São diferenças socialmente impostas ou socialmente causadas, onde até a linguagem do camponês, do urbano e do grande burguês se diferenciam. (23) Porém, dentro de seu "mundo" um camponês pode ser tanto ou mais competente que o habitante da cidade dentro do seu "mundo".

A partir do conhecimento simples e complexo podemos concluir que quanto maior a divisão do trabalho numa sociedade, tanto mais se converte cada um num especialista de uma determinada área de conhecimento especial. Além disso, as instituições exigem, cada vez mais, apropriação de conhecimento especializado. Desta maneira " abre-se gradualmente um abismo entre o conhecimento especializado e a falta dele, como também a dependência crescente, quase contínua do leigo em relação ao especializado". (24)

Podemos encontrar um terceiro tipo (ao lado do leigo e especializado) que é o "bem-informado", diferenciando-se do leigo pelo fato de que não está disposto a aceitar de maneira irracional a dependência com respeito aos juízos do especializado e se diferencia do especializado devido a limitação do conhecimento na área específica. (25)

(23) A. SCHUTZ & Thomas LUCKMANN, "Las Estructuras del Mundo de la Vida", p. 309.

(24) Ibid., p. 313.

(25) Ibid., p. 313.

2 - RECUPERANDO UMA EXPERIÊNCIA

A tarefa da Filosofia é de recuperar esta experiência vivida, pre-reflexiva, para apreender seu sentido. Precisamente a experiência que passo a descrever.

Em 1966, tive a oportunidade de conviver com algumas comunidades emergentes da zona rural de Jales, quase na divisa de Mato Grosso do Sul. Comunidades que brotavam da base, como a planta brota da terra: a terra é o alimento, a fala o oxigênio, a fé a manifestação de uma linguagem humana do divino e o jeito de ele ser a sua cultura.

Fiquei um mês convivendo com esse povo, inicialmente, como um estranho no ninho, depois, compreendendo que o camponês tem razões que a razão dos intelectuais nem sempre entendem. Os códigos ou o "estoque de conhecimento" são em muitos pontos, diferentes. O homem do campo tem uma intuição de contacto com a natureza concreta.

Estas comunidades se organizavam lentamente mas com firmeza, contando com o apoio de agentes de pastoral: padres, freiras e líderes leigos da região. O povo das comunidades, bem disseminado no campo, encontrava dificuldades para suas reuniões semanais em virtude das distâncias.

Reunindo-se em locais predeterminados, à noite, sob a iluminação do lampeão de querosene, ou aos domingos pela manhã e eventualmente no meio de semana. As pessoas do campo estampavam em seus rostos o estado de cansaço de sua pesada labuta e no meio disso um sinal aceso de esperança que irradiava através dos olhos pela alegria de estar juntos para algo que os unia fraternalmente e na fé comum.

As atividades nas reuniões constitiam em leituras da Bíblia tentando relacionar as experiências da Bíblia com suas próprias experiências, surgindo naturalmente, debates acalorados até chegar a um consenso coordenado pelo animador por eles

escolhido ou um agente de pastoral. Esse animador por sua vez reunia-se com um agente expondo os problemas e as soluções tomadas em conjunto, terminando pela criação de cooperativas de soja e óleo de girassol.

A fala mais constante girava em torno da saúde, educação, produção do campo, o jogo dos preços dos especuladores, a resposta da fé diante das armadilhas que os especuladores colocavam. Um dos membros, por exemplo, sugeria maior unidade da comunidade a fim de tornar mais evidente o sentido da justiça como testemunho cristão e como denúncia da injustiça. Outro ainda, tecia comentários sobre a evolução da comunidade que se desenvolvia, adquiria maturidade e tomava consciência de que ali progredia uma educação real, direta, não convencional. Quase todos achavam que expondo ali, em comunidade, suas dificuldades, surgiam naturalmente as soluções adequadas para cada caso.

O sentido da solidariedade era marcante como prática comunitária: alguns membros da comunidade que terminavam mais cedo suas tarefas, passavam nas casas das famílias mais próximas detectando a situação de saúde, alimento, doença, etc. Se alguém estivesse impossibilitado de trabalhar, procurava resolver - se a questão com a cooperação de outros companheiros. Ainda mais: fazia-se a troca de alimentos enquanto não se fazia a compra geral para todos; permutavam açúcar por café, feijão por arroz. Os remédios caseiros faziam parte do universo cultural e uma discreta desconfiança dos remédios "oficiais" (de farmácia).

Realmente, este mercado de trocas intuitivo e natural não é novidade, está arraigado em sociedades arcaicas, estudadas admiravelmente pelo antropólogo Marcel Mauss. Ele cita algumas estrofes do Havamal, poemas escandinavos que refletem a intuição dos povos à uma ação recíproca: "Tu o sabes: se tens um amigo no qual tens confiança e queres obter bom resultado, é preciso misturar tua alma à dele e trocar presentes e visitá-lo amiúde"⁽²⁶⁾

(26) Marcel MAUSS, "Sociologia e Antropologia", vol.II, p. 40

Continuando, Mauss afirma: " Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos... festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente". (27) E completa: " Compreendemos clara e logicamente neste sistema de idéias que é preciso retribuir a outrem aquilo que, na verdade é parcela de sua natureza e substância, pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar alguma coisa de sua essência espiritual, de sua alma..." (28)

Voltando à comunidade, observo que os jovens se encontravam nas residências de uns e de outros, ajudando-se nas tarefas de escola e na comunicação de experiências do plantio e colheita. Ao lado disso, o entusiasmo pela criatividade musical fazia produzir músicas e cantos novos, letras musicais nascidas do convívio que iam da terra à economia, desta à política e fechando-se no compromisso da fé. Destaca-se portanto a característica da educação informal, um saber que vai da intuição à reflexão.

Martin Buber já dizia que: " O que educa é, em última análise, o espontâneo. O melhor exemplo de educação é a natureza. Ela educa através da luz, do ar, da floresta, dos animais e tudo o que se pode experienciar. Na cidade isto ocorre mas em menor grau". (29) E prossegue: " O que mais educa? Pode-se dizer que a comunidade educa na medida em que está presente". (30)

(27) Marcel MAUSS, "Sociologia e Antropologia", vol.II, p.45.

(28) Ibid., p. 45.

(29) "Sobre Comunidade", p. 90.

(30) Ibid., p. 90.

Finalmente completa: " Na verdade quero dizer o seguinte: a espontaneidade é o fator preponderante na educação e educar para a comunidade só é possível na medida em que existe comunalidade que educa para a comunidade". (31)

Este aprendizado, onde a natureza e a comunidade constituem sua base tem a seguinte apreciação de Brandão: " Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida . Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder". (32) Como também: " É falso imaginar uma educação que não parte da vida: da vida tal como existe e do homem tal como ele é". (33)

E como são as famílias que compõem a comunidade? Normalmente cada família era constituída de 8 a 10 pessoas onde os filhos possuíam 1 a 2 anos de diferença. Alimentavam-se parcamente, dentro das características do povo pobre mas evoluindo para um alimento mais nutritivo através do plantio de novas culturas. Vestimentas simples de tecido barato, remendado aqui e acolá principalmente a roupa das crianças. Em geral todos bem arrumados no fim de semana e na reunião para o culto. A própria vestimenta refletia as condições de vida e os alimentos a condição do corpo físico. Tratamento de dentes precário, devido ao alto preço, visíveis moléstias: as gengivites. Contudo sempre aparecia alguém com um dente de ouro, isolado dos dentes comuns ou quase extintos. Esses dentes de ouro sugeriam como que um "direito" de todo homem a todos os benefícios técnicos e uma forma de protesto diante da carência existente ao tratamento.

A saúde bastante frágil nos filhos menores, devido a deficiente assistência médica e a falta de orientação básica ,

(31) "Sobre Comunidade", p. 90.

(32) Carlos Rodrigues BRANDÃO, "O que é Educação", p. 14.

(33) Ibid., p. 70.

apesar de que a comunidade já tomava consciência do problema e tentava resolvê-lo comunitariamente mediante cursos sobre educação para a saúde.

As moradias, basicamente de dois a três quartos, bem limpos, arejados, mas faltando a estrutura necessária: canalização de esgoto, fogão a gás, iluminação elétrica. Não faltava em nenhuma casa um rádio a pilhas. A diocese contando na região de Jales com uma emissora comunicava os acontecimentos da comunidade e avisos importantes.

As famílias da comunidade são pobres, pela descrição feita. Alguns tem seu minifúndio, outros trabalham de meeiros. Pobreza é entendida aqui como uma situação de carência de elementos considerados básicos, por exemplo, renda insuficiente para manter a saúde a níveis normais e bens escassos, abaixo do nível aceitável. A pobreza, tem evidentemente causas estruturais dentro do sistema político-econômico.

Os contatos com a comunidade permitiu-me anotar algumas questões interessantes da sua fala. A fala popular revela de imediato a distinção em relação com a que chamamos "cultura". Um homem conversando ao meu lado dizia: "óia, a gente não tem essa conversa difícil de voceis, a gente fala mior daquilo que a gente veve". Esta frase revela um profundo senso da prática da vida, ou seja, que ele pode falar bem daquilo que ele faz, a experiência projeta a linguagem concisa.

No aspecto religioso, um jovem da comunidade afirmava que " pelo que leio da Bíblia, tudo tem que ver com o que acontece na roça, mas o que falta pra nois é maior união como Cristo indica aí nesse trechinho, ó"! Esta expressão indicava excelente intuição da relação do fato escrito com a vida deles e caminhando em direção de uma auto-crítica, passo importante da consciência ingênua à consciência atenta na direção de uma espiritualidade dinâmica.

Quando perguntei a várias pessoas o que seria política para eles, a resposta foi esta: " a política é o jeito desse pessoal governar, chamam a gente pra votar depois não dão mais satisfação ao povo. De outra parte a gente está meio calado com esse assunto de política hoje em dia, pois se alguém faz crítica acha que é subversão, essa coisa de comunista. Tinha um amigo nosso ligado a sindicato, o João, que certa vez falou o que a - chava da política e sabe compadre que nois não acha mais ele? ". O camponês revela compreensão política, argúcia para detectar os problemas existentes, mas falta-lhe a análise teórica (lin - guagem) mais elaborada. Essa idéia do homem simples não deixa de conter na sua afirmação uma crítica velada e até irônica pelo desaparecimento do João.

O que seria cultura para eles? " Na escola nunca enten - di com clareza o que quer dizer isso mas acho que cultura é o jeito de a gente ser, viver e inventar ", disseram vários " mon - tando " de certa forma a frase.

Percebe-se então que a comunidade, povo rural, tem ex - pressões próprias, sua sabedoria, simbologia e linguagem . E a consciência crítica vem desse saber popular sintetizado na comu - nidade irmanada.

A fala do povo tem sua própria lógica que os sócio - linguistas chamam de "código restrito", porque "os desníveis e fraturas da elocução costumam ser diagnosticados como signos de um contexto de carência cultural.

Mas os recursos expressivos dessa fala podem não se atualizar no abstrato e sim no concreto, no descritivo e numa concisão que se acompanha do gesto e do olhar. Num 'encolhimen - to' do código que repousa na compreensão do outro. Compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência nas condições de vida semelhantes. (34)

(34) Cf. Eclea BOSI, "Problemas ligados à cultura das clas - ses pobres" (in: A Cultura do Povo, Edenio Vale e J. Queiroz, or - ganizadores, p. 26.

Morando na residência de uma família da comunidade durante um mês, acabei por assumir uma situação privilegiada de observador-participante. A espontaneidade da recepção, as formas da gentileza, o espírito de sacrifício, me fizeram recordar por um instante o meu tempo de infância passados no campo até os onze anos. Tudo se faz para tornar feliz a vida dos convidados passando a ser um irmão a mais, inclusive com mais direitos que o próprio dono.

Inicialmente a minha presença (era seminarista naquela época) produzia neles curiosidade, observação, respeito sagrado. Talvez a descrição do olhar, dos gestos, do silêncio naquele momento sejam limitados para descrever, mas ficaram fortemente marcantes na minha história pessoal e creio que também nas deles. Esperavam o meu pronunciamento, a minha manifestação. Falei, e daí para frente perceberam rapidamente o "meu jeito de ser" para me tratar na correspondência às minhas manifestações. Há em tudo isto uma educação básica, uma pre-leitura da realidade que se fará leitura do cotidiano mediante a experiência da comunicação.

O acolhimento da família é revestido de um ritual reverencial onde a melhor cadeira, o melhor prato, a melhor fruta, o melhor lampião de querosene são agora privativos do convidado. O casal vai além, deixam o quarto de casal e a cama para que eu possa ficar melhor acomodado. Eles vão dormir na cozinha durante todos esses dias da minha permanência na comunidade. Parece que não é suficiente o sacrifício diário, recriam o sacrifício. Não adianta que eu lhe proponha outra versão, o panorama interno da casa reflete este tipo de doação.

Esta forma de comportamento do homem do campo que em alguns momentos de sua vida pode transferir-se para a cidade carrega, este mesmo espírito voluntarioso, descrito magistralmente, por Eclea Bosi: "A matéria-prima destas casas são os móveis fracos de compensado, as fórmicas, os pés tubulares de metal, o plástico, enfim, tudo o que o comércio impinge e que os refinados

consideraram de mau gosto. No entanto, com essa matéria-prima vai-se compondo o ambiente em que a família se reúne, acolhedor, quente e agradável, onde é bom estar." (35) (o grifo é meu)

" O retrato de casamento na parede, a folhinha, os cromos em que a natureza e o homem convivem felizes, os retratos dos ausentes, de um irmãozinho morto há vinte anos atrás... Aquilo que é a essência da cultura, o poder de tornar presentes os seres que se ausentaram do nosso cotidiano. Talvez aquele toque ideal de intimidade e calor que os decoradores procuram dar em vão às salas burguesas: sofás superestofados, objetos escolhidos a dedo que, quanto mais diferenciados e pessoais procuram ser, mais nos rodeiam da monotonia dos valores de troca." (36)

Os dias passam, e a minha percepção sobre aquela família torna-se revelativa: o sacrifício na lavoura, as tarefas domésticas, o interesse impressionante por apreender o sentido bíblico, a alegria pela troca de experiências com os outros, a conversa lenta e substancial, a afetividade intensa e espontânea entre os membros da família. Os desentendimentos superados pedagogicamente por intuição. " Na raiz da compreensão da vida do povo está a fadiga. Não há compreensão possível do espaço e do tempo do trabalhador... se a fadiga não estiver presente e a fome e a sede que dela nascem. E as alegrias que advêm desta participação no mundo através do suor e da fadiga: o sabor dos alimentos, o convívio da família e vizinhança, o trabalho em grupo, as horas de descanso." (37)

Na fadiga, nos sacrifícios, nas alegrias e tristezas, nas decisões e indecisões, na resistência e no comodismo vai-se formando a consciência crítica, o seu modo de pensar, de ser culturalmente, de educar-se naturalmente. Projeta-se a intuição

(35) Eclea BOSI, op. cit., p. 32

(36) Ibid., p. 32

(37) Ibid., p. 27.

política, o senso de coletividade, a maturidade espiritual da família. É um envolvimento único dessa diversidade de experiências vividas e explicitadas pela reflexão no encontro comunitário.

Realmente " essas trocas de olhares e gestos de afeição não estão longe de ser o repertório dos momentos que garantem o surgimento de sentimentos de "eu" e de "nós", o que possibilita um relacionamento entre iguais tão estável e profundo que possa ser, por isso mesmo, a condição de um modo diferente de ensinar-e-aprender. O ensino, que entre os homens é um bailado de gestos de corpos dóceis, mãos hábeis, olhos acurados que se encontram face a face e, juntos olham em uma mesma direção, de inteligências conscientes e identidades capazes de sentimentos até então inexistentes, precisou esperar que o corpo da vida tomasse tais formas e fosse capaz de estabelecer tais relações com o outro, no mundo, para então aparecer plenamente." (38)

Acompanhando esta família a uma reunião comunitária, ela exprimia-se religiosamente no catolicismo tradicional, como as rezas, as procissões, as devoções aos santos e a necessária ligação disso com a vida prática, tentando explicar que a vida pobre e sofrida era consequência das injustiças entre os homens, e um sinal de esperança cristã caminhava junto para a mudança dessa situação.

Falava da falta de padres na região, das poucas vocações no campo, a difícil compreensão da doutrina cristã através do catolicismo, lembrava da expansão de seitas protestantes devido ao fraco conhecimento da Bíblia pelos católicos. Achava que com o surgimento da comunidade, a espiritualidade e o relacionamento humano cresceram muito, superando obstáculos que iam da religião à produção. Sentiam crescer a comunidade e percebia-se nos olhos a esperança de uma nova vida.

(38) Carlos Rodrigues BRANDÃO, "Educação Popular", p. 16.

Eu notava a passagem de uma vida religiosa passiva a uma espiritualidade ativa, produzindo-se uma ruptura gradual entre o tradicionalismo e o novo. A conversa era de uma linguagem prática, uma linguagem do corpo, abrindo caminho para o pensamento encarnado e distante do "cogito" cartesiano, racionalista e carente de sentimento. Há uma filosofia de vida no interior do homem simples. Revela-se antes o corpo - sentimento concreto do que a razão - linguagem, embora esta última não fique omissa mas limitada pelo contorno do poder linguagem especializada ou elitizada.

Há uma filosofia latente na intimidade do homem. Iria mais além, nas palavras de um filósofo francês afirmando: " A vocação central da filosofia me parece ser a busca do sentido da vida, ou seja, a busca das condições de possibilidade de uma praxis de 'esperança humana' (Rubem Alves), de uma praxis da utopia num mundo profundamente trágico, que vive sob o signo da morte de Deus, ou ao menos da sua ausência." (39)

A necessária revisão do saber elaborado torna-se urgente, quando " Um novo tipo de filósofo me parece necessário, isto é, um filósofo que deixe de pregar desde a cúpula (o filósofo 'conquistador'), mas sim que se ponha a escutar as bases e cujo alvo seja mais que tudo encorajá-las a desvendar seus tesouros escondidos. Pode-se seguir ensinando Platão, Spinoza mas com o entendimento que a meta não é mais a transmissão de conhecimentos "bancários" (Paulo Freire), mas sim a afirmação da vida e da identidade dos presentes. O texto passado torna-se pre-texto para a escritura, pelos discentes, do seu próprio texto de vida" (40)

Aprender com o povo, me parece hoje a sabedoria a ser redescoberta. Aprender a olhar, sentir, gesticular, discordar,

(39) Mathieu, CASALIS, "Entrevista com o Filósofo Mathieu Casalis", REFLEXÃO, 10(31): 175.

(40) Ibid., p. 175.

enfadar-se, revoltar-se, tudo isto que vai do comodismo à resistência, reforçado nas palavras de um eminente psicólogo: " Numa época dessas, em meio à nossa alienação e isolamento suspiramos por uma expressão simples e direta de nossos sentimentos a outra pessoa, uma relação direta com a essência dela, como a atitude de olhar firmemente nos olhos do outro e senti-lo ou ficar perto dele calmamente. Procuramos uma espécie de inocência, tão velha como a evolução humana, mas que chegue a nós como alguma coisa nova, a inocência das crianças de novo no paraíso. Ansiamos por uma expressão direta, através de nossos corpos, de uma intimidade que seja um atalho no longo caminho que a intimidade normal costuma percorrer. Queremos falar através de nossos corpos, saltar imediatamente em direção à identificação com o outro, mesmo que saibamos que ela é apenas parcial. Em suma, ansiamos passar por cima de todo o quadro símbolos-linguagem verbal. " (41) Aqui está bem sintetizado o sentido da família com quem convivi e vai realizando sua vida. Aprendi e recordei a minha infância!

Na existência destas comunidades emergentes, pude sentir a sua prática educativa desenvolvida naturalmente pela via de uma comunicação espontânea, livre, ajudando-se mutuamente num sentido visível de um processo de educação popular; é a manifestação de uma religiosidade popular onde aparece o sofrimento e a paixão e uma reação a isso pela tomada de consciência da situação social em que vivem, considerada injusta e tentando superá-la pela ação religiosa e política.

Partem por norma das necessidades, exigindo a partir disso um segundo momento, a reunião da comunidade, tentando desvendar as causas da situação de opressão e a tomada de decisão para aperfeiçoar as práticas diárias. É uma tarefa parecida à sobrevivência como plantar comer e colher ou ainda análoga à inteligência que é assimilar os fatos, elaborá-los mentalmente e transmitindo um resultado não exatamente racional mas que representa a vivência natural.

(41) Rollo MAY, "Poder e Inocência", p. 53.

Esta educação popular que tem pouca elaboração "científica" e com isso " justificando a suposição de que o povo fenomênico não é capaz de sozinho, seguir a linha 'correta', precisando de um front cultural, constituído por aqueles que 'optarem por ser povo', só que mais povo do que povo. O mundo burguês é laico e profano, mundo desencantado que se reencanta não só pela magia da comunicação de massa, pois quem fala é a voz da razão, mas também pela magia de uma sociedade inteligível de ponta a ponta. Desse mundo desencantado, os deuses se exilaram, mas a Razão conserva todos os traços de uma teologia escondida : saber transcendente e separado, exterior e anterior aos sujeitos sociais, reduzidos à condição de objetos sócio-políticos manipuláveis; a racionalidade é o novo nome da providência divina . Talvez tenha chegado a hora da heresia: a ciência é o ópio do povo." (42) Mais ainda, o saber elaborado está predestinado à verdadeira cultura, o outro saber, o popular, está predestinado, a ser chamado inculto, inacabado, deformado, e finalmente não ser ouvido. Contudo é preciso continuar a luta de desvendar este lado que é abafado pelo poder.

Precisamente estas comunidades emergentes, estão lenta e eficazmente fazendo sua história no Brasil, enfrentando forças políticas, econômicas, policiais, traduzidas numa poesia que expressa bem a sua caminhada em busca de sua libertação através da via comunitária:

" Queremos a sociedade justa, sem opressão
 Que o povo viva livre, tenha comunicação
 Sociedade só é justa havendo participação.
 Queremos uma sociedade que se viva como irmão
 Que ela seja movida no espírito de oração
 Como foi antigamente nossos primeiros cristãos.

(42) Marilena CHAUI, "Cultura e Democracia", p. 82-83.

Descobrimos tudo isso num debate muito aberto
Com uma esperança viva que um dia vai dar certo
Já andamos bastante, tamos ficando perto.
Nós queremos mudar isto, por isso a gente insiste:
Deus quer um mundo alegre, mas nosso mundo tá triste
Deus quer um mundo justo, mas justiça não existe."⁽⁴³⁾

Estas comunidades emergentes que se organizam comunitariamente denominam-se Comunidades Eclesiais de Base. Sobre elas que faremos uma análise mais ampla. Partimos de uma experiência bem vivida para uma visão mais abrangente onde Igreja e Estado tem também suas relações simples e complexas devido a própria história do país.

(43) FREI BETO, "CEBs, Rumo à nova sociedade", p. 121. Esta é uma citação das Comunidades, transcrita por Frei Beto.

CAPÍTULO II

A COMUNIDADE EDUCA-SE

1 - CONCEITUAÇÃO

As CEBs estão espalhadas por toda a América Latina, mas limitaremos a nossa tarefa às CEBs do Brasil.

Num primeiro momento consideramos importante esclarecer alguns conceitos oriundos da cultura ocidental e da cultura popular no Brasil relacionados com as CEBs, a fim de que possamos ter melhor perfil destas comunidades.

Dado que uma das preocupações da dissertação é destacar a ação das CEBs como educação popular e os confrontos e aproximações do Estado e da Igreja, é importante salientar o sentido do conceito de autoridade, como também o conceito de liberdade.

Com a decadência feudal e o início da Idade Moderna surgem sintomas de crise de autoridade mais ou menos profundas, conforme a situação em que se manifestam os interesses sociais e individuais. Ao lado disso aparecem movimentos políticos que tendem a impedir a formação de posturas totalitárias de governo e com isso a quebra mais ou menos geral de autoridades tradicionais.

A crise localiza-se inicialmente em áreas pre-políticas como a criação dos filhos e a educação, justamente aí onde a autoridade, de forma genérica sempre se afirmou como necessi -

dade natural e fazendo com que se mantivesse continuamente a civilização enquanto estrutura estabelecida.

Aparecia então, um modelo variado de autoritarismo de nível pre-político na relação adulto-criança, aluno-mestre, mas que não tem condições de afirmar-se e "tanto prática como teoricamente, não estamos mais em condições de saber o que a autoridade realmente é." (1)

Estamos propensos a admitir que autoridade implica em obediência e muitas vezes a identificamos com o poder ou violência. Se a força é utilizada, a autoridade perdeu o sentido. A persuasão da autoridade implica em igualdade para que se possa chegar a argumentação. Mas a ordem autoritária que sempre é hierárquica se opõe à forma igualitária. "A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual tem seu lugar estável, predeterminado." (2)

A perda da autoridade, historicamente, é um processo que atingiu a Igreja e a tradição, onde chega a ser preocupação geral no sentido de requerer uma revisão no Concílio Vaticano II e a sua tentativa de recompor a autoridade milenar. A perda da tradição e da religião se tornaram acontecimentos relevantes. Perder a tradição de segurança autoritária em benefício de um progresso com conteúdo mais livre foi um bem, mas perder a tradição cultural dos povos nos seus costumes espontâneos é uma grande perda, pois é a perda da memória, do conteúdo que vai passando de um para outro. A perda das tradições mediante o esquecimento é a perda de um sentido maior. "Pois a memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada

(1) Hanna ARENDT, "Entre o Passado e o Futuro", p. 128.

(2) Ibid., p. 129.

pelo homem a não ser através da recordação." (3) Nem mesmo a fé ficou alheia a essa situação do trânsito histórico, pois " ... quem pode negar que também a fé, protegida durante séculos pela religião, suas crenças, seus dogmas, foi gravemente ameaçada pelo que é na realidade apenas uma crise da religião institucional? " (4)

A visão piramidal da Igreja a partir da Idade Média até hoje, impede uma perspectiva igualitária dos cristãos, assim " ... a autoridade e o poder se filtram para a base de maneira tal que cada camada consecutiva possua alguma autoridade, embora menos que a imediatamente superior e onde precisamente devido a esse cuidadoso processo de filtragem, todos os níveis, desde o topo até a base, não apenas se acham firmemente integrados como também se inter-relacionam como raios convergentes cujo ponto focal comum é o topo da pirâmide, bem como a fonte transcendente de autoridade acima dela." (5) Na verdade, a estrutura hierárquica é a menos igualitária pois incorpora a desigualdade e a distinção.

" A autoridade implica uma obediência na qual os homens retem sua liberdade." (6) A palavra e o conceito provêm dos romanos, embora os gregos tivessem inserido a "autoridade" na vida pública da "polis" grega.

A "auctoritas" deriva do verbo "augere" (aumentar), implicava para os romanos em "aumentar" a fundação (da cidade), fazendo a união do político com o religioso, baseado na tradição do passado que é a fundação (santidade da casa e do coração). Religião era então, ligar-se ao passado e daí o sentido de "re-ligare". Os deuses deram a Rômulo a autoridade de fundar a cidade .

(3) Hanna ARENDT, "Entre o Passado e o Futuro", p. 131.

(4) Ibid., p. 135.

(5) Ibid., p. 135.

(6) Ibid., p. 144.

O peso do passado é significativo, pois é sagrado. " Ao contrário de nosso conceito de crescimento, em que se cresce para o futuro, para os romanos o crescimento dirigia-se no sentido do passado." (7)

Religião, autoridade e tradição será o tripé da estrutura da fundação de Roma e isto passou para a Igreja cristã. Assim, "... A Igreja tornou-se tão 'romana' e adaptou-se tão completamente ao pensamento romano em matéria política que fez da morte e ressurreição de Cristo a pedra angular de uma nova fundação, erigindo sobre ela uma nova instituição humana de tremenda durabilidade." (8)

As tendências anti-políticas e anti-institucionais que tantos problemas causaram aos cristãos nos primeiros séculos de sua existência são superadas pela Igreja, quando Constantino recorre à ela para assegurar ao império decadente, a " proteção de Deus." Logo " a politização da Igreja alterou a religião cristã." (9) Evidentemente uma politização elitista.

Embora a fé na ressurreição continuasse, a Igreja queria Cristo como acontecimento histórico e com isso os apóstolos serão os 'pais fundadores' da Igreja onde implicará obediência, tradição de geração a geração, onde "... a fé cristã tornou-se uma 'religião', não apenas no sentido pós-cristão como também no sentido antigo;..." (10)

Portanto, a visão piramidal da Igreja hierárquica se infiltrará na base das comunidades como aquela que detém autoridade. É a autoridade "oficial" que será aceita e contestada pela própria vivência das Comunidades Eclesiais de Base.

(7) Hanna ARENDT, "Entre o Passado e o Futuro", p. 166.

(8) Ibid., p. 167-168.

(9) Ibid., p. 168.

(10) Ibid., p. 168.

Por outro lado, vamos examinar o conceito de liberdade. Liberdade será a palavra de ordem na estrutura da própria realização das CEBs: emancipação dos membros (melhoria de vida) e afirmação das CEBs como comunidades conscientes. E Hanna Arendt apresenta um sentido interessante de liberdade. "O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política." (11)

A liberdade é o motivo pelo qual os homens convivem politicamente organizados. "Sem ela, diz H. Arendt, a vida política como tal seria destituída de significado. A 'raison d'être' da política é a liberdade e seu domínio de experiência e ação." (12)

A consciência da liberdade surge na experiência vivida com os outros. "Tomamos inicialmente consciência da liberdade ou do seu contrário em nosso relacionamento com os outros, e não no relacionamento com nós mesmos. Antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações." (13) E mais, a liberdade não é um dom mas uma conquista, e isso se faz no mundo comum. "Os homens são livres, diz H. Arendt... enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa." (14) H. Arendt identifica a liberdade e ação como capacidade de iniciar alguma coisa nossa. Em outras palavras, a liberdade é vivenciada na espontaneidade.

(11) Hanna ARENDT, "Entre o Passado e o Futuro", p. 191.

(12) Ibid., p. 192.

(13) Ibid., p. 194.

(14) Ibid., p. 199.

Percebe-se que o conceito de liberdade é por demais amplo e complexo, sendo assim, é preciso relacioná-lo com alguma coisa. A liberdade esteve ligada à política porque a política para ser exercida precisa de liberdade. Qualquer problema político toca na liberdade humana. " O conceito secular de liberdade anterior à época moderna insistia enfaticamente em separar a liberdade dos súditos de qualquer participação do governo; para o povo, 'liberdade e independência consistem em ter por governo as leis mediante as quais sua vida e seus bens podem ser mais seus; não em partilhar do governo ou pertencer a ele' como resumiu Carlos I em seu discurso do cadafalso." (15) Esta afirmação leva, de fato, o povo a desconfiar naqueles que detinham o poder sobre seus bens e suas vidas. " Além disso, diz H. Arendt, o conceito cristão de liberdade política surgiu da desconfiança e hostilidade que os cristãos primitivos tinham contra a esfera política enquanto tal, e de cujos encargos reclamavam isenção para serem livres." (16) Mas o homem entenderia sua liberdade interior se não tivesse experimentado estar livre?

A liberdade pode ser encarada como política na medida que uma comunidade determinada possa orientar seus próprios destinos, gestando sua história. Assim a finalidade da história é a atualização da idéia de liberdade.

Precisamente, dessa liberdade como libertação da opressão que entendemos o sentido da caminhada das Comunidades de Base. Liberdade que encontra pontos de atrito com a hierarquia da Igreja.

Para que possamos ter uma noção do sentido da comunidade em liberdade, precisamos entender a diferença que existe entre comunidade e sociedade.

Devido às tradições greco-romanas e judaico cristãs (as tendências criadas por laços de solidariedade e certos fermentos de universalismo de base religiosa, econômica e política)

(15) Hanna ARENDT, "Entre o Passado e o Futuro", p. 197.

(16) Ibid., p. 197.

a cultura européia imprimiu às noções de 'comunidade' e 'sociedade' sentidos abstratos e racionais próprios. Os sociólogos herdaram da linguagem comum os diferentes sentidos que iriam implicar os dois conceitos.

Para Ferdinand Tönnies, a comunidade atende as necessidades de vida real e orgânica, ao passo que a sociedade se situa na ordem de representação artificial e mecânica, que deve ser entendida como justaposição de indivíduos independentes entre si. A comunidade é o lugar da confiança e da intimidade; a sociedade é o lugar do público e anônimo, a tal ponto que se entra numa sociedade como num país estrangeiro. A comunidade é a verdadeira e duradora vida comum; a sociedade é temporária. A comunidade como um organismo vivo, a sociedade como um agregado artificial. Em síntese, a comunidade é coexistência ao passo que a sociedade é apenas aparência; a sociedade se fundamenta em convenções jurídicas, num contrato cuja unidade é feita pelo Estado. (17)

Na economia comunitária urbana pratica-se a troca na medida que é necessária entre os vários ofícios. Esta finalidade não é o lucro mas é a prática da dignidade. Até poderíamos entender que juridicamente a base da vida comunitária é o costume que de um lado tem as condições de um consenso social particular entre seus membros e por outro funções religiosas e judiciais. (18) Já na sociedade a vida é artificial porque todos vivem para si mesmos, coexistem dentro de uma sociedade, mas continuam separados organicamente entre si apesar das relações provisórias que possam criar. (19)

(17) Cf. F. TONNIES, "Comunidade e Sociedade"; citado por Florestan Fernandes em sua obra: "Comunidade e Sociedade", p. 96-116.

(18) Ibid., p. 96-116.

(19) Ibid., p. 96-116.

A sociedade é o lugar das associações que visam interesses diferentes, cujas relações entre si são rigorosamente jurídicas, por isso ela dissolve progressivamente os laços comunitários. (20)

Na concepção de Martin Buber, a comunidade tem um sentido forte, humano, místico quando afirma que "... a humanidade teve sua origem em uma comunidade primitiva, evoluindo para crescente escravidão da sociedade e por sua vez voltará a uma comunidade..." (21) Não se pode entender uma comunidade separada da vida natural, por isso, "... o elemento materno do vínculo total é a terra; a forma originária de sua ação, o trabalho; sua fala, o espírito; sua construção, a comunidade." (22)

Comparando comunidade e sociedade, Buber faz severa crítica à sociedade dizendo que "... a comunidade é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem. A sociedade é a expressão do desejo diferenciado em tirar vantagens gerado por pensamento isolado da totalidade." (23)

Sendo o nosso objetivo, procurar entender as relações e contradições existentes das CEBs com o Estado e a Igreja, procuramos agora conceituar o significado dessas comunidades.

Apoiando-nos no teólogo Clodovis Boff, explanamos a definição (a nosso ver provisória) das Comunidades Eclesiais de Base:

- Comunidades: agrupamentos restritos, onde vigem relações primárias, isto é, afetivas, nominais e interpessoais. A noção de comunidade se opõe à de sociedade, à qual designa um grupo social mais vasto, onde impe -

(20) Cf. F. TONNIES, "Comunidade e Sociedade"; citado por Flores tan Fernandes em sua obra: "Comunidade e Sociedade", p. 96-116.

(21) Sobre Comunidade, p. 39.

(22) Ibid., p. 50.

(23) Ibid., p. 50.

ram relações secundárias, isto é, funcionais, anônimas e interesseiras.

- Eclesiais: esse qualificativo sugere o lado religioso dessas comunidades. Pode ser tomado por "cristãs". A partir do momento que manifestam a Salvação, teologicamente se entendem pelo sentido de "eclesiais".

- De Base: esta conceituação pode ser vista em três sentidos. No sentido sociológico, as bases são camadas mais baixas da sociedade, isto é, os pobres, os explorados, os oprimidos. No sentido teológico, as bases seriam o estôfo, o fundamento da Igreja. No sentido descritivo, o significado "de base" quer indicar a partir das bases, de baixo, em oposição "ao alto", "de cima", isto é, oposto ao poder. Trata-se segundo o teólogo e filósofo Hugo Assmann, uma Igreja emergente. (24)

Como as comunidades são o povo em busca de libertação, nos parece válida a definição que lhe dá Laura Duarte. "Povo, entendido em contraposição às classes privilegiadas. São os que se situam em baixo da pirâmide social e que a sustentam com seu trabalho. São os que estão excluídos do sistema (de suas vantagens), mas que estão ao mesmo tempo e dialeticamente integrados nele como força de produção atual ou potencial." (25)

Na medida que as comunidades, pela sua própria ação, vão elaborando a sua educação ou propriamente a sua auto-educação, explicitam a educação popular. Esta, será aqui entendida enquanto produzida pelas classes populares, ou mesmo produzida

(24) Cf. Clodovis BOFF, "Comunidade Eclesial, Comunidade Política", p. 51.

(25) Laura M.S.DUARTE, "Isto não se aprende na escola", p. 20.

para elas ou com elas, em função de seus interesses de classe. É processo que permite às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses.

2 - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: DA EDUCAÇÃO POPULAR À MATUREZA

2.1 - CEBs: Um pouco de sua História no Brasil

A existência de grupos informais é um fenômeno mundial. Sob o ponto de vista da fé comunitária, muitas comunidades se formaram ao longo da história, como nos descreve a Bíblia no Antigo e Novo Testamento. Grupos de judeus escravizados no Egito buscam sua libertação contra a força prepotente dos faraós. Entre os próprios judeus haverá grupos poderosos e grupos explorados que terão na voz dos profetas a denúncia da injustiça e opressão como pecado que ofende Deus.

No Novo Testamento, a figura carismática, política e profética de Cristo será um obstáculo para os sacerdotes acomodados de Israel. Desvela o podre da sociedade dominante e do clero. Valoriza o pobre, o perseguido, o faminto, denuncia a falsidade dos negócios do tempo e cria dificuldades para o Império Romano que estava de mãos dadas com a sociedade judaica poderosa e testa de ferro do império.

Os seguidores de Cristo, os apóstolos e demais discípulos continuarão a missão da denúncia das injustiças e opressões a nível político, social, econômico e religioso. Um bom número de seguidores será assassinado, contudo haverá a chama da fé que os unirá comunitariamente num só coração e num só espírito pois " ... todos os que criam estavam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam suas propriedades e os seus bens e distribuíam o preço por todos segundo a necessidade que cada um tinha... e a multidão dos que criam tinham um só coração e uma só

alma; e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía ... e não havia nenhum necessitado entre eles..." (26) Realmente o sistema econômico vivido pela comunidade não era confortável para a classe dominante e muito menos o comportamento social, estando claro que a propriedade privada não era de direito divino, quanto mais sagrada.

Até o ano 310 os cristãos sofrem violenta perseguição, contudo as comunidades continuavam coesas não obstante torturas, humilhações, não se submetendo ao culto romano nem a festas dos seus anfiteatros. Mas nessa data, quando os cristãos constituíam uma força significativa, o imperador Constantino soube aproveitar essa força nascente, apresentando-se como defensor do cristianismo deixando de persegui-lo e coroando toda ligação com o cristianismo no Concílio de Nicéia quando a doutrina cristã foi proclamada religião do Estado. A Igreja institucionaliza-se.

Com Lutero haverá a rachadura profunda dos cristãos e uma revolução social camponesa na Alemanha com Thomas Munzer à frente, provocará um massacre de camponeses, que lutavam pelo direito à terra que cultivavam.

Na América Latina tentou-se formar comunidades cristãs livres do domínio português e espanhol, mas foram arrasadas.

No Brasil a questão do Contestado e Canudos deixou rastros de mística, sangue e morte de milhares de camponeses. De fato, Martin Buber assinala que " não é a primeira vez que forças religiosas intervêm numa crise de forças sociais de modo renovador e libertador. " (27)

Estes antecedentes na história ocidental servem até certo ponto como justificativa válida da emergência das CEBs ,

(26) Bíblia Sagrada: "Atos dos Apóstolos", 2:44-5; 4:32 e 34.

(27) Martin BUBER, op. cit., p. 53.

com características próprias do nosso tempo mas de forte analogia com o passado histórico.

A idéia de CEBs. parece ser originária do quadro social, político, econômico, cultural e religioso da América Latina, no final da década de 50 e início de 60. Comunidades que não foram inventadas pela Igreja Católica mas surgiram a partir dela como um modo diferente de ser Igreja. " Ela começa onde um único homem ou um grupo de homens, por reduzido que seja no início, decide tomar seu destino em suas próprias mãos, sem delegar e alienar este encargo a quem quer que seja e onde, para conseguirlo, ele se volta para o vizinho, o 'próximo', ou o 'longínquo' , a fim de constituir uma pequena 'comunidade de base', célula viva do tecido social novo, contra a dupla desintegração do individualismo e do totalitarismo." (28)

As origens das CEBs no Brasil podem ser encontradas na confluência de vários sintomas da época: a preocupação com a evangelização comunitária, expressa através dos catequistas populares de Barra do Piraí (Rio de Janeiro); o Movimento de Educação de Base, com catequese radiofônica (Natal, RN); as experiências de apostolado dos leigos; os esforços de renovação paroquial, dentro de um amplo movimento de renovação que se codificou nos planos nacionais de pastoral; a carência de padres nas zonas rurais; e a expectativa crescente da política democrática do Presidente Juscelino, com maior espaço para as mais variadas manifestações livres e inovadoras, revelando as condições da vida do povo, especialmente o mais carente.

Podemos afirmar então que a concepção das CEBs. se deu no final dos anos 50, o seu crescimento nos anos 60 e a Conferência de Medellín em 1968 e o Plano de Pastoral de Conjunto (1965-1970) foram estimulantes para sua expansão, acompanhados com significativo crescimento da consciência crítica e maturidade política.

(28) Roger GARAUDY, "Apelo aos Vivos", p. 420.

Na áreas rurais mais pobres e mais carentes de padres (nordeste) as comunidades de base se desenvolveram. Dos grupos bíblicos ao debate, desenvolvendo-se gradualmente a reflexão crítica e daí para os problemas específicos da comunidade como o sentido da terra, propriedade, água, preços. Do Evangelho para a vida e desta para o evangelho. A consequência disto é óbvia: não ficaria de lado uma visão ampla da política. Como funciona a política, quem é o político, quem é o corrupto, etc.

Será bom lembrar que todo esse processo não se desenvolve linearmente, como se tudo funcionasse estupendamente; há fluxos e refluxos da comunidade, que pode expandir-se ou desaparecer simplesmente. O mais importante é que essas comunidades fixam objetivos e os resolvem por si mesmos, apesar de que isto signifique em certos momentos, desprezo pela lei estabelecida ou em outros momentos a desobediência civil. (29) Não há dúvida que essas comunidades tem a marca do peso histórico do autoritarismo, da repressão, da domesticação, (controle institucional da Igreja) e que tentam de todas as formas superar esse quadro maléfico.

Por outro lado, " durante 16 anos, a repressão procurava destruir grande parte do que se edificara em anos e anos de lutas populares, e um setor da Igreja Católica em transformação, lentamente foi se tornando o único espaço para a expressão das angústias e aspirações do povo. Assim além de todos os aspectos internos da Igreja, que a levaram a procurar novas maneiras de atuar junto ao povo, esse dado básico externo, social e político, ofereceu um terreno altamente propício e receptivo ao florescimento das CEBs. Não há dúvida: atualmente elas representam o maior contingente do povo organizado no país. " (30) Foi preciso

(29) Cf. Roger GARAUDY, "Apelo aos Vivos", p. 422.

(30) Helena SALEM, "As Comunidades Eclesiais de Base ou Reinvenção da Igreja", in: " A Igreja dos Oprimidos", por Antonio C. Moura... et. alii, p. 157.

em determinado momento de um portavoz de um povo que não podia ter voz. Uma pequena ala da Igreja assumiu isso.

Claro está, então, que as CEBs. nascem em perspectiva democrática e passam por uma fase repressiva do Estado e novamente aparecem acenos de democracia com a nova república.

Não temos estatísticas exatas quanto ao número de CEBs. no Brasil, nem o número de seus membros. Mas cálculos periféricos, avaliam que há 50.000 comunidades de base com 2.500.000 membros, sendo a maioria localizadas nas zonas rurais.

Historicamente algumas CEBs. destacam-se no território nacional pela circunstância do local e as características de sua ação para dar solução aos problemas próprios da situação em que se encontram.

Faremos aqui uma breve descrição das CEBs. de Marabá (Pará); Cratéus (Ceará); São Felix do Araguaia (Mato Grosso do Norte) e de Vitória (Espírito Santo). Comunidades que tem repercussão nacional.

a) As CEBs. de MARABÁ (Pará)

Na cidade de Marabá, havia uma diocese e a prelazia era em Conceição do Araguaia, nesta, estava o bispo. D. Tomás Balduino, uma cabeça aberta para as grandes inovações da Igreja no Brasil. Foi a partir de 1966 que ele vai aplicar o Concílio Vaticano II à prelazia no sentido de participação leiga e formação de lideranças. O decreto apostólico "Adgentes" estimulou e deu a base teológica para essa renovação. Segundo Alano Pena atual bispo, " substancialmente é um decreto que define a natureza missionária da Igreja... Elimina a idéia de que o trabalho pastoral é unicamente responsabilidade da hierarquia. " Além disso D.Tomás estimulou a tarefa do MEB (Movimento de Educação de Base).

O MEB, criado em 1961 (conforme entendimentos entre Janio Quadros e o episcopado brasileiro) funcionava através de

convênios com ministérios e demais órgãos públicos, mas com a responsabilidade e coordenação de bispos locais. Praticamente o MEB hoje desapareceu do Brasil (se é que existem alguns), seu maior golpe foi com a repressão desencadeada a seus agentes em 1964. (31)

Em Marabá o MEB funcionava bem, a equipe reunia-se para avaliação do trabalho pastoral na área educacional e da saúde. Motivações diversas, sempre a partir do Evangelho faziam a equipe do MEB funcionar. Era muito diferente do modo de vida que levava a grande maioria das pessoas pobres.

Um exemplo mostra bem a situação do local: " vida de mato, sem conforto, dedicação ao trabalho ... O Edu tem uma história, um caso famoso, café pequeno mas interessante. Certa vez, na estrada PA-150 (Belém-Marabá), ele participava de uma reunião com posseiros ameaçados pela Eletronorte, onde se discutiam formas de resistência à violência da empresa. Pois o Edu foi preso, acusado de " agitador ". Foi preso pela polícia e pelos homens da Eletronorte, ficou uns dois dias no quartel de Tucuruí. Até papel higiênico fizeram ele comer, na pancada. O que motivou Eduardo ao trabalho pastoral foi " a situação de onde a gente vem. A gente vai ficando adulto e enxerga. Eu via a fome de modo generalizado e tem também toda uma inspiração evangélica. Hoje eu acho que vou acabar nisso. Para mim é o que realiza. As injustiças fomentam a vontade da gente continuar." O Edu mora na PA-150, comprou uma rocinha de parceria, quer ficar por ali... " (32)

D. Tomás, em 1967 vai para Goiás; há um período de apatia. Em 1970, a situação era difícil, havendo operações militares na região contra os guerrilheiros do Araguaia, mas o bispo nomeado D. Estevão Avelar entusiasmado pelo encontro de Medellín, estimulou o avanço de comunidades rurais e a criação de CEBs.

(31) Cf. Luiz Maklouf CARVALHO, op. cit., p. 166.

(32) Ibid., p. 167.

A partir de 1976 o Vaticano criou a prelazia de Conceição do Araguaia. Em 1980 por determinação da Igreja passou a ser diocese e foi entendida esta decisão como aprovação ao trabalho aí realizado, na base, e às vezes fora do padrão comum. Existem hoje mais de 220 comunidades de Base. A diocese ao invés das paróquias possui cinco Centros de Evangelização. Cada centro é formado pelo conjunto das CEBs.

Animadores e líderes são democraticamente escolhidos para integrar a Assembléia Geral do Povo. Segundo o bispo D. Alano " a voz mais forte está com os animadores leigos e não com os padres." O voto do bispo tem o mesmo peso dos demais. (33)

Nesse conjunto interligado ainda existem a Educação (MEB), Saúde e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A questão central nas CEBs. de Marabá é a luta pela terra, onde os conflitos aparecem na rodovia PA-150, lugar de assassinatos frequentes; invasão de grileiros, latifundiários; a tolerância da Polícia Militar com os latifundiários, torna mais explosiva a região.

Há problemas e bem graves, por exemplo, um padre sem consulta a companheiros foi rezar missa no garimpo de Serra Pelada a mando do Major Marcos Luchini, o maior inimigo da Igreja na região. (34)

b) As CEBs. de CRATÉUS (Ceará)

Em 1964, D. Antonio Fragoso tomou posse na Igreja Matriz da Diocese de Cratéus. A sua fala preocupou as pessoas do poder, abrindo esperanças para o povo da região, dando a entender qual seria sua opção: pelos oprimidos.

(33) Cf. Luiz Maklouf CARVALHO, op. cit., p. 169.

(34) Ibid., p. 172.

O bispo encontrou uma Igreja extremamente clericalizada, centrada no padre e altamente sacramentalista. O fiel era simples obediente de ordens. D. Fragoso muda o quadro, sugerindo a prática de uma Igreja popular, onde o leigo percebesse que ele mesmo fazia nascer a Igreja. O Concílio Vaticano II serve de incentivo para essa tarefa, na medida que todo povo é responsável pelo reino de Deus, e na exigência básica de que tudo é assumido pela comunidade e o padre ajuda a unificar, sem perder de vista que essa Igreja Popular emergiu, na América Latina, no meio dos camponeses.

Sob duras condições de trabalho, perseguições, injustiças, diocese e povo avançaram para sua libertação das opressões de grupos poderosos. Cratéus situa-se no coração do polígono das secas, região muito pobre e com migrações constantes. Atualmente há centenas de "animadores" leigos, constando de 400 CEBs. bastante atuantes.

Constituindo-se a maior parte de camponeses sem terra que trabalham em regime de exploração e sempre abatidos pela seca, as populações da Diocese (de 22 mil quilômetros quadrados) apresentam fluxos e refluxos migratórios.

As CEBs. começaram com a educação popular (utilizando-se do método de Paulo Freire), com a educação sindical e uma catequese a partir da realidade concreta do povo, abrindo - se assim o caminho para uma participação ativa e consciente dos leigos. (35)

A promoção humana (aperfeiçoamento da compreensão sobre o papel de cada um na produção, na terra) recebeu atenção especial com o MEB, orientando estudos. Estes eram feitos a partir da vida concreta e comparando-os aos episódios bíblicos. A esses passos, o povo mostrava uma participação crescente, com

(35) Cf. Luis Carlos ANTERO, op. cit., p. 182.

elevado senso crítico diante dos problemas existentes e boa intuição para dar solução correspondente: na seca de 1980, grupos se organizaram para reivindicar obras coletivas como açudes, estradas, poços profundos, alimentação, melhores condições de trabalho. No dia 5 de maio realizou-se um protesto contra o " Plano de Emergência ".

O funcionamento das CEBs. consiste na prática da solidariedade, ajuda mútua, tendo por consequência a disciplina e a responsabilidade. (36)

Diz D. Fragoso: " As CEBs. não aceitam lideranças impostas ou populistas. No funcionamento das CEBs. não se organizam partidos políticos nem sindicatos, mas os membros das CEBs. são motivados na sua fé para um compromisso na prática política e sindical. A CEB lhes oferece a motivação evangélica para a prática política e o horizonte do projeto de Deus, que se ensaia em todos os projetos humanos e em nenhum deles se realiza de modo perfeito e total. O projeto de Deus é o homem livre numa terra livre. O capitalismo traiu este projeto. O socialismo será superado pelo projeto de Deus. O de Marx está dentro da história; o projeto de Deus está além. (37)

O bispo de Cratéus constata que a doença do povo é alienação. O povo está a margem do processo social, político e econômico. Os camponeses parecem não ter confiança em si. Eles " delegam " as responsabilidades de decisão às autoridades. Parecem estar convencidos que a solução de suas dificuldades será dada por essas autoridades. São fatalistas, resignados, sem ver uma saída no sentido de liberdade. Atribuem este estado de coisas à vontade de Deus. Para eles a conquista da liberdade é utópica.

(36) Cf. Luis Carlos ANTERO, op. cit., p. 183.

(37) Ibid., p. 183.

E ele continua: " após longas e sérias reflexões acreditamos que a pessoa, no trabalho de conscientização é atingida no momento em que se torna autora de seu desenvolvimento integral. Em lugar de aceitar a dominação e a passividade, ela se torna criadora. A educação que visamos quer o crescimento solidário de cada um e de todas as pessoas da diocese. Estamos convencidos de que a educação das pessoas e da comunidade deve ter como causa e raiz uma fé adulta... não vemos claramente para onde se dirige a Igreja de Cratêus. É certo que ela deve assumir e animar a esperança do povo: tornar-se um povo de irmãos numa terra livre. A luta pela justiça, as atividades de libertação, a ação política para mudar de dentro o homem as condições de vida, a reforma agrária, o desejo de denunciar todas as formas de opressão e de imperialismo, a educação de base que torna o povo consciente para se tornar criador do progresso... (38)

Para comemorar os 15 anos da existência da Diocese no dia 09 de agosto de 1979, o povo das CEBs fez uma romaria chamada " A Grande Caminhada da Libertação."

Veio gente de diversos municípios, depois de ter feito um planejamento em cada comunidade. Na primeira parada da romaria já havia mais de 15 mil romeiros. A alegria estampada em cada face, a felicidade do encontro, a dura viagem se misturavam com o sol quente e o suor transbordante. Os que chegam pela estrada do Realejo matam a sede nos potes de água, lendo e cantando as histórias e os versos do Livro dos Romeiros.

Gonçalo Ferreira, lavrador fala sobre a caminhada: "Essa romaria tem muita diferença prá romaria do Juazeiro ou do Canindé, do homem que não pensa seus problemas, da religião que não está ligada à vida, à ajuda do irmão. Antigamente o homem do campo lutava aqui, mas não tinha sentido; hoje, a organização

(38) CNBB, "A experiência Pastoral da Igreja de Cratêus, As CEBs" (documento de 23/7/1973.

nossa é que é importante." Um lavrador diz que as " bolsas de trabalho " concedidas pelo governo em épocas da seca são opressão porque escravizam sem resolver o problema." (39) Os Romeiros entram de noite na praça da Igreja da Matriz. A multidão é de mais de 30 mil pessoas. É unânime a impressão de que "o anseio de liberdade e participação chegou ao povo pobre desta região do nordeste.

A " Grande caminhada " produziu também seus frutos, na busca de aprofundamento da opção libertadora, com maior participação nas decisões administrativas e pastorais, a socialização dos bens da Igreja, com a utilização em comum, em favor de todos, dos prédios, terras e assim por diante. Articula-se o projeto de uma grande assembléia de comunidades, formadas somente com as CEBs, com a possibilidade de garantir as decisões de base sem maior influência do padre ou equipe paroquiais. A finalidade é sentir que todos se sintam independentes na condução de seus próprios destinos, o motor da história. (40)

c) As CEBs. de SÃO FELIX DO ARAGUAIA (Mato Grosso)

A prelazia de São Felix do Araguaia, nordeste de Mato Grosso tem uma extensão de 150 mil km². Em 1980 atingia 60 mil habitantes, exceto a população flutuante. A expansão do latifúndio, substitui homens por bois. É a triste realidade.

A fama da prelazia deve-se ao pioneirismo do seu compromisso com os pobres e oprimidos da Amazônia: peões, posseiros, índios, vítimas do latifúndio expropriador.

Na década de 70, com a política dos incentivos fiscais da Sudam empresas nacionais e estrangeiras ali se instalavam, facilitadas pela abertura da Transamazônica e a Cuiabá -

(39) Cf. Luis Carlos ANTERO, o. cit., p. 189.

(40) Ibid., p. 189-190.

- Santarém.

Começam a surgir os primeiros conflitos, devido a escravização dos peões que trabalhavam na derrubada da mata ou a invasão de terras indígenas. Contudo a prelazia ainda estava apática.

Quando o bispo Pedro Casaldáliga chegou em julho de 1968 ao lugar, encontrou povoados distantes entre si e que recebiam algum religioso uma vez por ano. Contudo, aquele povo era de grande convicção religiosa adquirida nas práticas do Maranhão, Pará, Goiás, lugar de sua origem. " Nas festas dos santos padroeiros, seja nos povoados e nas pequenas fazendas dos posseiros, quando não havia padre para casar ou batizar, revezava-se da mesma forma, sob a direção de algum velho ou alguma velha que 'puxava' longos benditos e ladainhas incompreensíveis, muitas vezes em latim." (41)

Foi a partir da religiosidade pura da experiência de sertão que se partiria para a emergência das CEBs. Aquele povo desconhecia o que era doutrina social da Igreja e estruturas tradicionais católicas. Disponha-se apenas de alguns agentes pastorais (padres e leigos) que estavam mais ao norte. Além de tudo, faltavam escolas, assistência médica, serviços básicos, transportes.

A dura caminhada foi aberta a poder de sangue e lágrimas por uma equipe que acompanhava Pedro e aceitou encarnar-se na vida e sofrimentos do povo sendo que o bispo não foi o chefe que decidia, mas o companheiro que assumia os passos planejados por todos.

Em 1970 chegaram os primeiros agentes pastorais leigos e no ano seguinte algumas religiosas, procurando dar orientação sanitária, onde a missão construiu um ginásio e um ambulatório.

(41) Antonio Carlos MOURA, "As Comunidades Eclesiais de Base ou a Re-invenção da Igreja", op. cit., p. 192.

Pedro realiza em 1971, juntamente com um professor e um enfermeiro visitas a povoados menores, abrindo espaços para campanhas missionárias. Nessas andanças vem a informação do Vaticano que Pedro tinha sido escolhido para primeiro bispo da prelazia.

À beira do Rio Araguaia, muitos posseiros assistiram à sagração episcopal de Pedro. Ele não deixando pairar dúvidas sobre o compromisso com o povo renunciou aos símbolos do poder episcopal, a mitra e o báculo, recebendo em lugar deles um chapéu de palha sertanejo. Fazendeiros, agentes policiais disfarçados, também participavam daquele acontecimento no meio do povo. São Felix do Araguaia estava marcado na ação da "Segurança Nacional". Realmente a coerência com uma situação concreta de conflito introduziu, na Igreja de S. Felix, novos caminhos de pastoral e de ação social.

A atividade do povo em participar começa a manifestar-se: aparecem grupos de reflexão bíblica; as visitas nas casas dos núcleos do sertão; formam-se grupos para lecionar (com agentes de pastoral e leigos); abrem-se cursinhos de saúde na rua e no sertão; mutirões na construção de capelas, salas de aula, casas, no trabalho das roças...

Foi crescendo a unidade do povo, sentia-se comunidade, Igreja. Crescendo a união foi crescendo a força. O povo da rua e o povo do sertão foram se conhecendo, se encontrando, ajudando-se, foi-se formando um povo só. Experiências dolorosas vieram provar a unidade da comunidade.

Realmente em 1972 começam as agressões dos latifundiários. Empresários da Amazônia publicam nos jornais do país, matéria paga denunciando "o bispo comunista". Era a investida da companhia Bordon. E a empresa Codeara havia destruído, com trator, as paredes de um ambulatório que a comunidade de Santa Terezinha estava construindo. (42)

(42) Antonio Carlos MOURA, "As Comunidades Eclesiais de Base ou a Re-invenção da Igreja, op. cit., p. 194.

A Codeara não desistiu, nova destruição do ambulatório um mês depois. Os posseiros que apoiavam a obra responderam a agressão. Veio a repressão policial e abriu-se um processo contra o Pe. Jentel, que era acusado de ser o autor intelectual daquela "subversão". Esse padre seria condenado no ano seguinte a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande. Absolvido no STM e finalmente expulso do país.

O aparato policial na região era desproporcional em razão das dimensões demográficas dos povoados de S. Felix. O exército inventou uma operação Ação Cívico-Social na área com treinamentos antiguerrilha. A equipe de pastoral ficou ciente que os órgãos de segurança associavam a guerrilha desenvolvida no sul do Pará pelo PC do B com as ações dos posseiros de Santa Terezinha. Mas o que havia de comum entre posseiros combatentes, guerrilheiros e exército era o rio Araguaia, que banhava a região e que se dava a expropriação de posseiros e a exploração de peões. Contudo, o exército estabelecerá bases em Xambioá, na margem goiana do rio.

A grande repressão veio em 1973. Nos meses de junho e julho, toda área da prelazia foi ocupada militarmente por centenas de soldados, oficiais do Exército, da Aeronáutica e a PM de Mato Grosso. Casas foram vasculhadas, posseiros agredidos. Bispo, padres, religiosas tiveram suas casas revistadas. Seis agentes pastorais leigos foram presos, levados para Campo Grande e torturados. A polícia queria saber as ligações (imaginárias) entre a prelazia e organizações clandestinas.

Os agentes de pastoral foram gradualmente soltos. Bispo e padres foram interrogados como também agentes de pastoral em S. Felix ou em Goiânia pelo mesmo delegado da Polícia Federal que presidia inquérito instalado em Campo Grande. Quase um ano, a abertura do processo contra eles servia de ameaça.

Assim o povo que vivia unido, começou a preocupar-se, andava assustado e abalado pela notícia das torturas. Em 1974, lentamente retomam as reuniões, iniciavam-se as tarefas

comunitárias, aprofundava-se a leitura bíblica. Começava o período Geisel da "abertura lenta, segura e gradual", mas não cessavam as pressões de todo tipo.

No ano de 1975, a semente plantada na terra ia frutificando graças aos esforços do povo. Em Goiânia numa reunião dos bispos da Amazônia, era criada a Comissão Pastoral da Terra - (CPT); denúncia profética de Pedro e o povo produziu eco. A Comissão a partir daí iria assessorar os agentes a serviço dos lavradores.

A repressão contra o trabalho da pastoral da prelazia de S. Felix em 1973, a campanha difamatória de D. Sigaud em 1977, serviram para fortificar ainda mais a equipe. No dia-a-dia, as equipes espalhadas pelos povoados já estavam realizando a opção feita de assumir a vida e as lutas daquele povo de posseiros, peões e índios, na pobreza das casas de barro e palha, como as do povo; alimentando-se frugalmente, nos tempos difíceis, como o povo; trabalhando duro na roça e nos mutirões junto com o povo. (43)

Para reforçar o que até agora foi descrito sobre as Comunidades de Marabá e São Felix, faremos um breve enfoque dos acontecimentos sociais no campo.

O regime militar, desde 1964, armou uma estratégia de dominação e legitimação no campo, utilizando-se da repressão e da legitimação da ordem. Contava entre outros, com a Igreja católica; sindicatos; cooperativas agrícolas e, também diversas instituições criadas nas regiões mais críticas.

Desta maneira a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e o Gebam (Grupo Executivo do Baixo Amazonas),

(43) Antonio Carlos MOURA, "As Comunidades Eclesiais de Base ou a Re-invenção da Igreja, op. cit., p. 196-198.

o Polonordeste e assim por diante, procuravam ganhar o apoio da população camponesa na implementação de sua política. Mas acabou não dando resultado.

A Igreja católica foi-se separando do regime (que tinha apoiado no começo) colocando-se na oposição.

Surgiram organismos como as Comissões Pastorais da Terra (CPT); CEBs; o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as Pastorais Rurais, o Movimento dos Sem-Terra, ligados direta ou indiretamente à Igreja, desenvolvendo admirável mobilização entre posseiros e pequenos proprietários. A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a partir de 1979 começou a lutar pela aplicação do Estatuto da Terra e a Reforma Agrária. A Contag conta com 8 milhões de trabalhadores sindicalizados e força necessária para negociar com o Estado, dispondo de 2.650 sindicatos de trabalhadores rurais.

O Movimento dos Sem-Terra vem se expandindo pelo menos por 15 estados, cuja atuação mais constante seja no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É formado por filhos de colonos, arrendatários, assalariados temporários. Vem realizando ocupações de terras improdutivas e organizando acampamentos com aproximadamente 25 mil famílias, sempre a espera da tão decantada reforma agrária.

Diante da pressão da sociedade civil, o governo da "Nova República" encaminhou uma proposta provisória de reforma agrária em 1985, colocando-a em discussão pela sociedade. Apesar das limitações do plano, foi, contudo criticado pelas lideranças dos latifundiários, especialmente a UDR, que em aliança com setores empresariais e militares, conseguiram colocar suas "opiniões" dentro da proposta.

Em 10 de outubro de 1985, pelo decreto nº 91766, divulga-se o primeiro plano nacional de reforma agrária. Plano próximo da Lei 4504/64. Na melhor das hipóteses, de que ela seja cumprida, produzirá um impacto mínimo na estrutura fundiária.

Mantendo-se as condições atuais de apropriação de terras, os latifundiários ganham 97.209.042 ha. a cada seis anos - (1978-84), enquanto a reforma agrária dará aos sem-terra 43 milhões de hectares num período de quatro anos, isto é, cada reforma agrária que se faz a favor dos pequenos, os grandes proprietários se apropriam de quase duas reformas agrárias.

Por meio desses mecanismos, surgiu no Brasil uma nova classe de latifundiários, formada em parte por setores da burguesia industrial. Proprietários paulistas, por exemplo, possuem quatro vezes o território de S. Paulo em terras.

O conflito, atualmente, está levando a um confronto : por um lado os trabalhadores rurais e os camponeses sem terra, e do outro os latifundiários. A Nova República mostra-se incapaz diante do impasse colocado pelo desenvolvimento capitalista na agricultura.

Os movimentos de luta no campo, desarticulados e fragmentados e alguns com relativo sucesso, foram se expandindo por diversas regiões: no nordeste, com a luta dos trabalhadores da cana; no norte, a luta dos posseiros da região do chamado Bico do Papagaio; no centro-sul a luta dos sindicatos, a mobilização dos sem terra. Diante do grau de mobilização existente, o agricultor hoje se empenha pela reforma agrária.

Da parte dos latifundiários, a sua organização se expande de maneira impressionante. Durante a ditadura havia uma confederação chamada CNA (Confederação Nacional de Agricultura). Mas à medida que o conflito no campo foi-se acirrando, novas organizações foram criadas, sendo a mais radical a UDR (União Democrática Ruralista) que, organizando os pecuaristas, se opõe duramente ao projeto de reforma agrária do governo.

Nessa entidade e em outras são acobertados pistoleiros, jagunços, responsáveis pela morte de 721 trabalhadores rurais entre 1980 e 1985, dos quais 222 só no ano de 1985. No primeiro semestre de 1986 foram assassinados outros 110, entre trabalha -

dores rurais, sindicalistas, padres, advogados, freiras e agentes pastorais.

No dia 25 de julho de 1986, várias entidades emitiram um "informe publicitário" nos seguintes termos: " O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Central Única dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a CNBB (linha 6) e a ABRA comunicam ao povo em geral que, desde o dia 15 de março de 1985, quando se instalou a "nova república", até o dia 16 de julho de 1986, foram assassinados no campo: 274 trabalhadores rurais, 13 dirigentes sindicais, 26 índios, 4 advogados, os padres Ezequiel Ramin (RO) e Josimo Morães Tavares (MA), as irmãs Adelaide Molinari (PA) e Cleusa Coelho (AM) e o pastor José Inácio da Silva (MA). Dados do MIRAD.

O sacrifício desses mártires é consequência do latifúndio e da decisão do governo em não fazer uma VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA. Até agora não houve nenhuma punição aos assassinos e aos latifundiários mandantes. PORQUE OS RESPONSÁVEIS CONTINUAM IMPUNES? ATÉ QUANDO TANTA IMPUNIDADE? O referido informe foi publicado na Folha de São Paulo.

Dados da CPT, em 1984 foram registrados aproximadamente 117 conflitos trabalhistas envolvendo 655 mil trabalhadores e 483 conflitos pela terra, envolvendo mais de 322 mil camponeses.

Tentando avançar na organização, articulação e unidade das lutas no campo, foi criada em 1983 a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, com a participação da Contag, CPT, CNBB (linha 6), ABRA, Ibase, CIMI. Com ampla campanha unitária nas cidades, realizando passeatas, palestras, cartazes, procurando atrair o apoio dos trabalhadores urbanos, intelectuais à luta pela reforma agrária. (44) O fato é que sem uma reforma agrária justa, o

(44) Cf. Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, 94:26-28.

Brasil no campo agrário torna-se um conflito perene e campeia o massacre indiscriminado.

d) As CEBs. de VITÓRIA (Espírito Santo).

A Arquidiocese de Vitória tem 22 mil quilômetros quadrados e mais de um milhão de habitantes (urbanos e rurais), grande parte vivendo em morros da periferia da cidade.

A Arquidiocese de Vitória divide-se em seis áreas pastorais; nelas encontram-se aproximadamente mil CEBs. Na área da Grande Vitória existem possivelmente 250.

Como surgiram as primeiras CEBs?

Basicamente surgiram da renovação conciliar, onde os conteúdos do Concílio Vaticano II eram transmitidos às lideranças eclesiais através de "concilinhos" que tinham a duração de uma semana, contando com a participação de leigos, padres e freiras. O movimento bíblico também proporcionou o nascimento das CEBs, constituindo um novo estilo de catequese popular e servindo de releitura para a Bíblia. (45)

As CEBs aparecem primeiramente no meio rural depois na periferia de Vitória, Colatina e Linhares. Agrupam-se cada uma de 80 a 100 pessoas. Sua estrutura básica de sustentação são os conselhos: de comunidade, de setores, paroquial, de região e de área e finalmente o Conselho Diocesano Pastoral. Todos os organismos são constituídos de leigos com assessoria de padres.

Nos últimos dez anos progrediu muito o nível de organização das CEBs de Vitória, refletindo-se até no movimento sindical: em setembro de 1979 operários da construção fizeram greve com a vitória de suas reivindicações. A Igreja de Vitória apoiou os grevistas cedendo o pátio da arquidiocese para as reuniões.

(45) Cf. Laura Maria DUARTE, op. cit., p. 42.

A Assessoria da CPT teve importante papel, formando grupos de lavradores que começaram a discutir os seus problemas através de reuniões.

Nos diversos bairros da periferia de Vitória mulheres se organizaram: com picaretas nas mãos abrem manilhas a fim de impedir que a água do esgoto invada suas casas.

Como se faz ali a ligação entre o trabalho de CEB e a política? Isto se dá quando emerge a leitura da realidade em que o povo vive gerando a tomada de decisões concretas, numa tentativa de transformação da sociedade. Essas ações concretas partem da reflexão da fé onde o povo se descobre filho de Deus, portador de uma missão específica de construir um mundo novo: " as pequenas comunidades sempre partem de um núcleo religioso, por isso a principal característica é a religiosa, nunca o núcleo político", afirma o bispo de Vitória D. Luis Fernandes.

Assim no desenvolvimento de uma ação política, a motivação que existe é a motivação da fé. Na reflexão da fé, o povo não sabe conversar muito sobre doutrina e diante dos fatos da Bíblia, o povo discute e analisa a própria vida. (46)

Às vezes só ao fim de um processo de vários anos é que chega a amadurecer no povo o fato de que sua Igreja tem muito a ver com esta política muito concreta da qual todo mundo está lançado.

Em 1979 as CEBs de Vila Velha (extensa área da cidade de Vitória) fizeram um grande movimento por melhores transportes urbanos. Movimentaram a cidade e um terço da população fez um abaixo-assinado que foi levado à Prefeitura. As CEBs atuaram em conjunto com grupos políticos de base, sem ligações com a Igreja.

As CEBs de Vitória tem promovido debates a nível dos

(46) Cf. Laura Maria DUARTE, op. cit., p. 42.

setores e de cada coordenação, sobre questões ligadas a partidos políticos, com assessoria especializada, convidando-se candidatos a cargos eletivos, buscando propostas dos candidatos. Após a proposta do candidato, dá-se lugar ao debate para todos se posicionarem diante da realidade.

A Arquidiocese edita publicações como "Ferramenta" (para o mundo operário); "Caminhada" (das CEBs); "Boletim da Gente" (do secretariado da Arquidiocese). O Boletim nº 11 abordava a morte do bispo de El Salvador, Oscar Romero; uma história sobre migrantes; falta de moradias e um balanço das últimas lutas populares das CEBs contando a vitória da oposição sindical rural de Colatina. Outras publicações como "Beabá do Sindicato Rural" e "Vida de Grupo nas CEBs".

No dia 27 de outubro de 1979 com a reunião de 256 pessoas, abriu-se a Assembléia Arquidiocesana para avaliação anual da vida da comunidade (cerca de 30 ou mais leigos representando cada área da diocese). Sinteticamente os temas tratados foram:

- a "abertura política" ("parece estar dando maior oportunidade aos setores da classe média de se expressar e mesmo criticar algumas coisas").

- por outro lado, "parece que as camadas mais pobres (operários e camponeses) estão à margem da chamada abertura política; a continuidade da repressão, a miséria crescente, a conscientização política do povo, a participação da Igreja.

- "a Igreja de Vitória mostrou que está ao lado do povo, não só com palavras mas em atos: nas enchentes, nos despejos, nas greves..."

- "também dentro da Igreja há padres, religiosos e leigos ainda ligados aos grandes, aos poderes públicos. E muitos por ignorância ou comodismo preferem uma religião em compromisso com a realidade; dão ouvidos a quem quer alienar o povo.

- " os atropelossãõ normais para quem quer caminhar. O importante é ter garra para levar as coisas à frente..."

- "Vamos lutar pelos nossos direitos de viver como gente; vamos participar do sindicato. Vamos estudar os partidos políticos e ver como podemos participar na transformação de nossa sociedade." (47)

E para completar este rápido panorama das CEBs de Vi - tória, e avaliar o potencial crítico da comunidade, um documento nos revela com precisão, como planejar a partir dos problemas - que surgem. O documento diz: "vamos usar como exemplo o trans - porte coletivo; para conhecermos de verdade o funcionamento dos ônibus é preciso:

- saber o que é uma empresa de ônibus
- onde fica situada a garagem e o escritório
- saber por que existem os ônibus
- o tempo da existência da empresa
- quantos ônibus ela possui
- quantos bairros a empresa atende
- quantos passageiros são transportados em cada viagem
- saber o tempo de demora dos ônibus e por que
- saber quantas vezes num ano a passagem aumenta de preço
- saber quantos empregados trabalham para a empresa
- qual é o salário dos empregados
- qual é a carga horária deles
- como é o atendimento nos outros bairros

(47) Cf. Helena SALEM, op. cit., p. 207.

- quanto cada pessoa gasta por mês com transporte
- saber as leis que regulamentam o transporte coletivo
- saber a situação da estrada
- saber a opinião dos moradores sobre a situação
- que tipo de pessoas utilizam os ônibus. (48)

Visto que as Comunidades se espalham nesta vastidão do território nacional, surgiu a necessidade de que as experiências realizadas em cada comunidade pudessem ser conhecidas por todos; é uma comunicação até certo ponto educativa de evolução. " Nos últimos anos algumas Igrejas começaram a promover encontros intereclesiais de comunidade de base, reunindo comunidades de várias dioceses. Posteriormente, participantes desses encontros continuaram promovendo encontros de nível nacional, pedindo a uma determinada Igreja particular que os acolhesse. Esses encontros são preparados por encontros diocesanos e regionais onde se buscam representantes para os encontros nacionais." (49) São os encontros Intereclesiais de CEBs.

Os Encontros Intereclesiais de CEBs dinamizam, aprofundam, estimulam a caminhada, testemunham a vida fraterna e servem de termômetro político avaliar a sensibilidade da Igreja institucional no seu grau de apoio aos movimentos populares.

Até agora foram realizados seis encontros intereclesiais no Brasil:

- 1 - O primeiro encontro em janeiro de 1975 foi em Vitória, Espírito Santo, com a existência de 80 representantes de quase todo Brasil. O tema foi "Uma Igreja que nasce do povo pelo espírito de Deus." Na prática

(48) Cf. "Vida de Grupo nas Comunidades Eclesiais de Base", p. 20.

(49) CNBB, CEBs na Igreja do Brasil, p. 32.

1 - foi simples reunião de alguns bispos (num total de sete) com assessores e reduzidíssimo número de leigos. O objetivo do encontro: descobrir as características da Igreja nova que nasce no meio do povo, principalmente através das CEBs. Significativamente presentes o Bispo de Goiás D. Tomás Balduino; peritos como Frei Leonardo Boff, Frei Carlos Mesters, etc. Estavam presentes através de leigos e padres as dioceses de Caxias do Sul, Jales, Olinda e Recife, Volta Redonda, João Pessoa, São Luis do Maranhão, Goiás, Rio Branco, S. Mateus, Cratéus e Campina Grande.

Conclusões do Encontro: Na linha do Povo de Deus 1) que esse povo de Deus se organizem em comunidades de fé e vida, comunidades autônomas em sua criatividade. Na linha da política 1) que a Igreja participe na luta da libertação do povo 2) que o processo de libertação se inicie no interior da própria organização eclesial. Na linha da cultura 1) que a religiosidade popular seja respeitada e assumida na valorização de seus gestos e sinais e descobrindo a cultura popular como realidade... 2) que se descubram os valores de protesto e de denúncia contidos na cultura popular. Na linha metodológica, para uma ação eficaz na base 1) partir sempre de uma análise da realidade 2) atitude crítica 3) desenvolver instrumental de observação e de análise, capaz de identificar as verdadeiras causas das injustiças... (50)

2 - O segundo encontro em julho de 1976, também em Vitória com o tema: "Igreja, Povo que Caminha". Presença de 100 pessoas sendo a metade bispos, agentes de pastoral e assessores. Segundo D. Antonio Fragoso bispo de Cratéus, "havia o risco de os agentes pastorais falarem mais que o povo. Então, decidiram separar: os

(50) Cf. SEDOC 7 (1975), p. 1215.

2 - agentes reunidos de um lado, o pessoal da base, do outro. No fim, a turma da base disse que queria caminhar junto com os agentes, e todos se uniram." (51)

3 - O terceiro encontro deu-se em julho de 1978 em João Pessoa na Paraíba. O tema foi: " Igreja Povo que se liberta." Estavam presentes duzentas pessoas, sendo dois terços da base. A organização estava nas mãos de leigos, provenientes das CEBs. Refletiu-se sobre a opressão e o sofrimento do lavrador e operário.

4 - O quarto encontro das CEBs se deu em Itaici em abril de 1981, quando se tratou do tema: " Igreja, Povo Oprimido que se Organiza para sua Libertação. A participação foi de 300 pessoas englobando 71 dioceses e 19 regiões do País. As CEBs coordenaram este encontro.

5 - O quinto encontro foi em 1983 em Canindé, Ceará. O tema do debate foi: "CEBs, povo unido, semente de uma nova sociedade." Eram 376 participantes sendo 7 da imprensa, 17 observadores, 15 assessores, 60 agentes de patoral, 35 bispos e 243 das bases das mais diversas profissões. As conclusões foram de que as CEBs , ajudam a libertar a miséria que padece o povo e a busca de uma sociedade democrática, fraterna, construída a partir dos abandonados da história.

6 - O sexto encontro Intereclesial de CEBs foi em julho de 1986 na cidade de Trindade (GO), com o tema " A Igreja em busca da terra prometida."

Esta visão de conjunto dos Encontros Intereclesiais de CEBs, manifesta a força crescente e participante das Comunidades, não podendo ser consideradas como grupinhos disseminados pelo

(51) BETTO, Frei, "CEBs, rumo à nova sociedade". O 5º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, p. 19.

país. Mas comunidades que apresentam condições de interferir decisivamente na Igreja-instituição, pois segundo Pedro A. Ribeiro de Oliveira, sociólogo, " a partir de agora, as CEBs já apresentam uma forma de Igreja que se consolida e que se difunde por toda parte, entrando assim numa fase mais avançada da caminhada. Nesta, a questão de relação com a hierarquia torna-se especialmente importante." (52)

Neste sub-ítem, concluindo, tentamos mostrar a situação histórica das CEBs no Brasil: emergência, caminhada e desenvolvimento, colocando em relevo comunidades historicamente significativas pelos seus resultados até agora obtidos a partir de realidades distintas como Cratéus, um povo em luta contra as adversidades do solo e das injustiças sociais; Marabá, em busca da garantia da dignidade e o respeito pela vida humana dilacerada pelos oportunistas do capital; São Felix do Araguaia e sua capacidade fantástica de resistência ao poder opressor, gestando na prática da vida a própria educação popular, finalmente, a comunidade de Vitória, tecendo sua existência na organização e consciência popular, evoluindo política e socialmente dinamizada pelo ato de fé.

As experiências de Marabá, São Felix e Vitória, sugerem a necessidade da união do povo para conquistar a sua liberdade, serem ouvidos, contribuir para a mudança desta sociedade convencional para uma sociedade fraterna.

Com a unidade, consciência crítica e articulação com a sociedade, o Estado perceberia a necessidade de dialogar não em sentido vertical, mas horizontal com as comunidades. Dependendo da coesão das CEBs a nível nacional, articuladas com grupos sociais, apoiadas não por palavras mas por atos da Igreja institucional, será possível construir uma sociedade melhor, onde as comunidades vivas podem suprir a sociedade com o exemplo da unidade, vivências, auto-educação, etc.

(52) Pedro A. OLIVEIRA, "A Consolidação das CEBs", SEDOC, p.311

O senso comunitário, a participação, a conscientização, a fé madura, fazem das CEBs o ponto unitivo e a experiência única de fraternidade com liberdade. Estas experiências regionais, convergem para um ponto comum nos encontros intereclesiais nacionais, sintetizando teoricamente as atividades e sugerindo novos enfoques metodológicos na caminhada.

Com esse breve perfil histórico de algumas comunidades no Brasil teremos melhores condições de analisar o quadro estrutural das CEBs, tentando mostrar como é possível a educação popular através de suas vivências, o cotidiano.

2.2 - A ação das CEBs manifesta sua própria educação

O terreno especial da luta dos movimentos populares em geral, é a cidade. A cidade cresceu com rapidez nas últimas décadas, expandindo-se tremendamente, abrigando uma enorme população diversificada e provocando grandes desequilíbrios.

A lógica imposta pelo capitalismo monopolista e dependente encontra sua contradição na dialética cidade-campo onde neste último há uma estrutura agrária que eterniza o latifúndio.

Na medida que o Estado visa o interesse de classe dominante não se importa em atender necessidades básicas como saúde, educação, etc. surgindo então os conflitos sociais urbanos exigindo melhores serviços e no campo a Reforma Agrária e o fim do latifúndio.

Esses movimentos não são evidentemente recentes, pois movimentos de favelados no Rio, organização das sociedades de Bairro em São Paulo e invasões em Salvador são da década de 40.

O movimento popular não é um esquema montado por lideranças institucionais como Igreja, Estado, mas pela necessidade de sobrevivência. O quadro brutal de carências e a violência institucionalizada induzem o povo a reagir, inicialmente de forma instintiva de autoconservação. Contudo corresponde a obje -

tivos bem definidos como terra, saúde, moradia, etc.

O povo resiste à violência institucionalizada contornando-a ou gerando novas formas de resistência como os Sem-Terra.

A pedagogia da resistência possui vários níveis que vão dos pedidos às autoridades, encontros religiosos onde se manifesta publicamente a situação em que vivem até a tomada de decisões mais abrangentes e firmes. Estes níveis refletem a consciência e a prática necessárias para evoluir para um plano de maior envergadura. É a escola da vida. (53)

Vê-se portanto que os movimentos populares vão do espontâneo aos mais bem organizados. É preciso entender agora seu grau de poder e em torno de quais interesses atuam, pois correm o perigo de serem manipulados por escolas de samba, clubes de futebol, manifestações religiosas, indo contra os interesses populares.

Muitos consideraram a Igreja durante a ditadura e na nova República, como a instituição que tinha influência decisiva. Não deixa de ter realmente seu papel significativo (como vimos em Marabá, S. Felix, etc) mas seria exagerado dar primazia à Igreja como centralizadora dos movimentos em geral. (54)

A Igreja oficial sempre marcou presença garantida no meio rural e urbano através de paróquias e nesse ambiente "religioso" associado às situações sócio-político-econômicas emergiram as CEBs como um protesto à massificação, dispersão, incomunicabilidade, exploração, opondo-se a uma fé ritualista e formalista. É um acontecimento organizacional e político novo que está tendo uma influência importante no presente e repercussões no futuro da Igreja e de algum modo na sociedade brasileira.

(53) Cf. Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base", CA DERNOS DO CEAS, (75): 27.

(54) Ibid., p. 28.

A afirmação de um membro das CEBs: " Que o povo veja com os próprios olhos, pense com a própria cabeça, fale com a própria boca, ande com os próprios pés", indica uma tomada existencial autônoma de vida das próprias comunidades como também um protesto diante do mito da incapacidade atribuída ao povo pobre na solução dos seus problemas.

" As CEBs nasceram na década de 60, no meio rural, e aí se desenvolveram mais, favorecidas certamente pela estrutura povoado-capela já existente. Em seguida passaram para a cidade onde encontraram maiores dificuldades e se instalaram mais nas periferias urbanas, talvez ajudadas pelo esquema territorial do lugar de moradia e pela experiência rural de muitos imigrantes." (55)

Qual é a natureza das CEBs? Esta questão nos coloca dentro da sua estrutura de organização, funcionamento, os níveis de participação, as práticas exercidas no seu interior, a relação com a hierarquia e o seu potencial transformador.

Na medida que as CEBs atingem uma vasta base territorial, indica um número expressivo de militantes. Nas grandes cidades elas constituem-se em grupos bastante heterogêneos, mas há em comum o fato de fomentarem uma nova forma de participação. É preciso portanto, entender como se organizam, os métodos, sua especificidade e como se articulam com a sociedade.

Conforme Perani (56), reconhecemos quatro etapas na evolução das CEBs, não necessariamente cronológicas:

1 - Encontro religioso

Pequenos grupos e o contacto direto com a Bíblia, prevalecendo entre seus membros as mulheres e os jovens.

(55) Cf. Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base", CA DERNOS DO CEAS, (75): 28.

(56) Ibid., p. 28-29.

2 - Abertura para a problemática social

Relacionando fé com a vida mediante o Evangelho. Sente-se a necessidade de fazer algo antes mesmo de uma visão crítica da realidade.

3 - Aprofundamento das causas da situação

Reconhecida como o lugar de opressão, superando uma visão assistencialista-promocional (não em sentido completo) para uma reivindicação-mobilização, participando mais de perto do movimento popular. Nesta etapa há outros agentes (estudantes, intelectuais, profissionais) onde a CEB abre-se para outras entidades, procurando colaborar. Esta abertura teve em certos momentos a colaboração de intelectuais de esquerda.

4 - Ampliação do movimento e politização na atualidade

À nível de CEBs há uma abertura para o político em decorrência da reflexão sobre os partidos políticos. Além disso, hoje, as CEBs colocam a questão do seu crescimento, do seu nível de poder, as formas de articulação e organização, inclusive as indefinições entre autonomia e institucionalização diante da Igreja oficial, conforme veremos mais adiante no Capítulo IV.

Poderemos elencar os elementos que são mais comuns nas CEBs, evidentemente sem esquecer as diferenças regionais e situações próprias a cada comunidade: o senso comunitário, o sentido da participação, a consciência do povo, a convergência para a Bíblia, a dimensão política, o processo de libertação, o avanço educativo popular pela reflexão-ação e o animador e agente de pastoral.

1 - O Senso Comunitário

As reuniões são de 30 a 50 pessoas uma vez por semana ou mais. Os relatórios das CEBs sempre assinalam o fato das reuniões tendo em vista a sua realidade local, interesses comuns

(na área rural ou urbana), formando-se grupos de culto, evangelho, de cooperativas, etc. Na prática o encontro de pessoas unidas por interesses afins resultam em relações primárias para relacionamentos mais profundos na comunhão de idéias e vivências. Atravessa no comunitário o momento da espontaneidade, desencadeando certo dinamismo que permite novos relacionamentos. Opõe-se portanto à uma Igreja formal, hierarquizada, "paroquial" onde permanece a estrutura normativa.

Paralelamente e independentes da fé, multiplicam-se grupos na sociedade atual onde as pessoas se conhecem, são aceitas, reagindo assim contra o anonimato imposto pelo modo de vida hodierno. É importante na medida que favorece a comunhão entre os seres humanos.

A razão comunitária não se entende como o lugar da "fuga do mundo", o encontro da paz absoluta, mas o lugar das tensões, da luta por uma sociedade mais justa, embora haja a tentação das comunidades para o comodismo.

2 - A Participação

Com a falta de padres e a atuação sócio-política das elites distanciadas do povo não deixou de favorecer o processo de maior atuação dos leigos. Desta maneira o sentido da participação é uma das características da experiência das CEBs, participação que se localiza no culto, catequese (lugar próprio do padre) e na tomada de decisões.

Encontram-se hoje comunidades onde leigos assumem responsabilidades efetivas na orientação da pastoral, contribuindo para uma certa diminuição da presença da estrutura eclesial e possibilitando maior expansão da ação das comunidades. A participação ativa incide sobre a Igreja oficial que se vê obrigada a uma revisão e renovação coerente. Ela então dá-se conta de seus velhos laços com o poder. A partir daí toma consciência do necessário processo de democratização interna, provocando

logicamente um certo afastamento do poder, para assumir funções de cunho comunitário mais realista.

Toma forma uma Igreja que nasce com o povo, de base. O assumir da base adquire gradualmente poder e consegue interferir na orientação da pastoral, sem deixar de lado, que há comunidades de leigos que entram no esquema do padre onde este acaba neutralizando lideranças. Apesar disso, a participação do povo é fundamental como processo educativo na caminhada das CEBs.

Entendemos participação no duplo sentido de tomar parte e de assumir a responsabilidade da decisão e escolha, pois somente "a participação realiza a dialética do indivíduo e do grupo, a única que pode produzir a mudança e a criatividade."⁽⁵⁷⁾

Esta participação tem o significado da ação e da liberdade, como vimos atrás, como iniciativa de começar algo novo. A participação é o jorrar da liberdade no seio da comunidade.

3 - A Consciência do Povo

A comunidade vai tomando consciência (capacidade humana para planejar, refletir, e criticar) de que é povo marginalizado, pobre e explorado na sociedade atual e que constitui a imensa maioria da população. Por isso as Conclusões do I Encontro de Vitória afirmava que trabalho de CEB é em atenção ao Evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica numa clara opção pelos oprimidos.

Igreja do "povo" significa que o povo se torna ponto de referência de toda pastoral e sintoma de eficácia do trabalho de base onde a tarefa educativa consiste em possibilitar um espaço afim de que o povo possa manifestar sua fala e encontrar seus caminhos. Mais ainda: a sociedade mais justa poderá aparecer

(57) Roger GARAUDY, "O Projeto Esperança", p. 65.

na medida em que as classes populares consigam seus direitos e maior participação.

Conforme Perani (58) existe a necessidade de explicar o conceito "povo" que está presente em todo momento para indicar quem são membros destas comunidades, inclusive para indicar o sentido desta renovação eclesial. As CEBs já dissemos, formaram-se especialmente na zona rural com pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais. Multiplicando-se também nas periferias das grandes cidades, evoluem entre moradores de bairros pobres.

Nas cidades as comunidades tem mais dificuldades de aproximação, notando-se maior presença das mulheres às reuniões. Na cidade o "povo" fica mais indiferenciado e em certos momentos acabaligando-se a grupos como "Sociedade Amigos do Bairro, onde a solução para os problemas a nível de bairro são imediatistas como saneamento básico, luz, luta contra o custo de vida, etc.

Na medida que as comunidades aprofundam a sua vivência, diríamos como Paulo Freire, passam da visão mágica (fatalista) à consciência ingênua (populismo) para chegar finalmente à consciência crítica (consciência de classes). Tomam consciência que são, pelo seu trabalho, fé, oração, o "povo de Deus" caminhando na história, um povo redescobrimdo o valor de viver fraternalmente. Isto é muito real na quase totalidade das comunidades de base. Sabem que estão excluídos das vantagens do sistema. Sabem que são povo.

4 - A Convergência para a Bíblia

O povo de Deus das CEBs tem a Bíblia como um grande instrumental que faz a relação com a sua prática, especialmente o evangelho, constituindo-se força dinamizadora e libertadora.

(58) Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base", CADERNOS DO CEAS, (56): 44-48.

A Bíblia é lida em círculos públicos, reuniões de culto. Embora a leitura bíblica seja tradicionalmente livro de bolso dos protestantes, a redescoberta da Bíblia pelos católicos estava entre os leigos com o movimento da Ação Católica. Atualmente se popularizou entre as comunidades católicas: leituras, comentários, roteiros, relacionamento com a vida, constituem os pontos centrais de seu uso.

A manifestação histórica dos pobres que se apropriam, até certo ponto, do Evangelho como fonte de inspiração e esperança de sua luta por libertação está profundamente enraizada na tradição bíblica.

Carlos Mesters (59) mostra a importância da Bíblia nas comunidades cristãs colocando três maneiras de leitura: a) muitos grupos se reúnem em torno da Bíblia por ocasião de festas, novenas, Campanha da Fraternidade. Ainda não há aqui um contexto de comunidade; b) outros grupos se reúnem dentro de um contexto maior de comunidade. Tentam refletir a palavra bíblica em função da vida da comunidade. As perguntas nestes grupos são: "como se explica o livro do Apocalipse?" Não aparece a realidade social e política; c) a terceira e última situação nos mostra Mesters participando de um curso no Ceará: noventa agricultores, a maioria analfabetos. Eles fizeram diversas perguntas como: 1) se esses trabalhos de comunidade são coisas que vem só da cabeça do padre, se é comunismo ou vem da palavra de Deus? 2) Evangelho é só coisa de reza ou de alguma coisa mais? 3) O patrão tem o catecismo da escravidão, nós na comunidade temos o catecismo da libertação e por isso o patrão nos persegue. Como é que ficamos? Queriam finalmente saber se a Bíblia confirmava ou não o processo da comunidade.

(59) Cf. Carlos MESTERS, "O uso da Bíblia na Comunidades Cristãs de Base", in Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, p. 297-311.

Em síntese, há nesse quadro anterior três fatos: o primeiro grupo ficou apenas dentro da Bíblia, o segundo sinto - nizou-se com a vida da comunidade, o terceiro introduziu a realidade ou a visão mais ampla. Os três elementos que aparecem na interpretação que o povo está fazendo da Bíblia: a própria Bí - blia (texto), as Comunidades (con-texto) e a realidade (pre-tex - to).

As CEBs externam alguns bloqueios no contacto com a Bí - blia: 1) muitos não sabem ler, mas estão inventando métodos para superar isso com teatro, poesia, pintura, contos, desta forma estão fazendo a seu modo a "bíblia dos pobres". Conclusão, mui - tos que não leram a Bíblia conhecem-na a partir do canto. 2) aparece outro obstáculo quando a Bíblia está muito distante da comunidade e desligada da realidade: é ambígua e nada pode ser mudado, tudo passa a ser entendido literalmente.

Para superar esses bloqueios, o primeiro passo é o bom senso do povo: num texto onde havia a proibição de comer carne de porco eles perguntaram: "o que Deus nos diz hoje?" e concluí - ram: "através deste texto Deus nos manda comer carne de porco". E disseram mais: "Deus está preocupado em primeiro lugar com a vida e a saúde". Por aqui nota-se que eles tentam superar a escravidão da letra.

Outro bloqueio mais comum é a concepção do tempo que o povo tem. Por exemplo: "Abraão era antes ou depois de Cris - to?" Para nós pode parecer uma pergunta simplória, ingênua, uma confusão. Para eles não é confusão mas a manifestação de uma concepção circular do tempo onde não se sabe quando está o come - ço e o que está no fim. É uma questão de cultura e então não se injeta facilmente na mente dessas pessoas a concepção linear da história. Na prática eles acabam descobrindo essa linearidade, na medida que os ajudemos a recuperar a memória de sua própria história das lutas esquecidas. Como exemplo do que dissemos, po - demos citar um camponês do Paraná quando lia o gênesis: "pois é, a Bíblia mostra que antes tudo era vazio depois chegou a vida

e a comunidade ". Na prática, deu-se conta que a Bíblia era a memória coletiva que dá identidade ao povo.

Um dos bloqueios que mais persistem é a dependência : " o padre é que sabe tudo ". Historicamente a apropriação da Bíblia pelo clero provocou o monopólio da interpretação, agora o povo procura redescobri-la com sua própria interpretação a partir da realidade de suas vidas e tomam consciência que eles tem história parecida ao povo bíblico.

A ruptura com o saber do "doutor" e do agente de pastoral implica em deixar o método lógico-científico para seguir o método de associação de idéias. O método "lógico" é do "fazer saber", o associativo é de " fazer descobrir ".

O deslocamento da Bíblia do especialista para o povo reforça a afirmativa cristã: " Pai, eu te agradeço porque escondestes estas coisas aos sábios e aos doutores e as revelastes aos pobres ". Daí porque a pessoa colocando-se do lado dos pobres enxerga coisas da Bíblia que um exegeta não enxerga. Um fato curioso que se passou em Angola no tempo do colonialismo português: um africano dizia " o homem branco veio com a Bíblia e nós tínhamos a terra, agora nós temos a Bíblia e eles ficaram com a terra ". Este exemplo mostra que o deslocamento da Bíblia para o povo era alienante e ideológico.

Hoje, o povo das comunidades está colocando a Bíblia em segundo lugar. A vida está em primeiro lugar, a palavra de Deus é uma "experiência modelo" de vida das primeiras comunidades antigas e as pessoas das CEBs encontram nela a alavanca da caminhada para uma nova sociedade. " A Bíblia não é um objetivo a ser alcançado; não é um modelo de perfeição humana para ser copiado, mas é, antes de tudo uma luz que ilumina a vida dos pobres, cheia de pedras da injustiça da desigualdade, do sofrimento." (60)

(60) Laura Maria S. DUARTE, op. cit., p. 44.

O livro do Evangelho, na sua letra é insuficiente; é preciso inseri-lo no fluxo da vida comunitária. Isto acontece quando a comunidade aprofunda os fatos humanos com os recursos que possui.

5 - A Dimensão Política

Para as CEBs, a política é o resultado normal do processo de organização, conscientização, ação (muitas comunidades chegaram a essa dimensão outras ainda estão bem atrás). Apesar de tudo sempre houve o conteúdo político latente na medida que o discurso religioso (enquanto discurso histórico) nunca foi neutro. Ele é portador de uma mensagem.

A dimensão política das CEBs incomoda a Igreja institucional (setores) e o Estado. O comportamento e a fala política da denúncia pode servir para o Estado como argumento para controlar as CEBs através da própria Igreja e esta, pode barrar a atuação política das comunidades.

Realmente setores da Igreja mais hierárquica e autoritária é levada mais facilmente a apoiar a autoridade civil. A nível mundial isto notou-se a partir de 1984 quando o Vaticano (via João Paulo II) e Reagan aproximaram-se e pressionaram a Teologia da Libertação.

Na medida em que as CEBs realizarem uma Igreja popular e democrática, que questione o poder hierárquico, poderão quebrar os velhos resquícios da aliança Igreja-Estado e tornar-se-ão o estigma de oposição na sociedade, obrigando à Igreja institucional, a definir de que lado está.

As CEBs estão conscientes de que não são um partido político, mas tem suas simpatias políticas por partidos de oposição e de versão socialista. A presença política das comunidades se dá explicitamente no momento de se perceber a necessidade de um serviço concreto em favor dos oprimidos numa perspectiva mais ampla, levando em consideração a dimensão do grau de poder

e organização que as CEBs possuem até aquele momento.

É importante que fique claro que se por um lado as CEBs se abrem aos problemas sociais globais (revelando sua organização não só espiritual mas também política), por outro lado estão cientes de sua raiz eclesial. " Não há comunidade eclesial senão onde a fé é explicitamente nutrida, refletida e celebrada." (61)

A fé explícita pode necessariamente favorecer de modo poderoso a política. " A contribuição teórica da fé em favor da política não consiste na explicação mas na compreensão do que se passa na dimensão política." (62) Mais ainda, " participar da atividade política faz parte essencial da missão evangelizadora da Igreja que aí exerce a sua forma mais perfeita da caridade " (63) , enquanto compromisso com os outros.

O lugar especificamente político é o partido, sindicato, etc, a CEB é o lugar da sensibilidade da fé expandindo-se politicamente. Assim " as funções específicas de que são respectivamente dotados esses lugares não podem ser confundidas sem provocar uma desidentificação (alienação) tanto da fé como da política." (64) Isto não implica que as CEBs não possam abrir-se sempre mais a problemática política, pelo contrário , " justifica-se a abertura das comunidades para que favoreçam instrumentos que não são propriamente mas que são indispensáveis para o povo conquistar a sua libertação." (65)

Segundo FREI BETTO, " as comunidades eclesiais funcionam como núcleos de articulação e motivação de militantes cristãos que atuam nos movimentos populares e nas organizações operárias de base. Mas as comunidades não se confundem com esses

(61) FREI BETTO, "O que é Comunidade Eclesial de Base", p.104

(62) Clodovis BOFF, "Comunidade Eclesial-Comunidade Política" p. 16.

(63) FREI BETTO, op. cit., p. 105

(64) Clodovis BOFF, op. cit., p. 17.

(65) Claudio PERANI, CEAS (57), op. cit., p. 48.

núcleos autônomos da base popular nem disputam com eles qualquer objetivo. As comunidades são espaços de animação da vida em sua totalidade, à luz da fé." (66)

A participação política das CEBs, especialmente com seus líderes, é um fato real e aumenta gradativamente, como se pode observar pela seguinte pesquisa.

O economista Ricardo Galletta em sua tese de mestrado "Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil" (67) realizada em 1986 revela, mediante pesquisa, que o engajamento político das CEBs e outros movimentos passou de 30 para 50% entre os encontros intereclesiais a nível nacional.

A pesquisa de Galletta começou em 1979 com centenas de entrevistas e no preenchimento de dezenas de questionários totalizando 133 depoimentos que abrangeram todos os estados e territórios do país. Entre leigos e membros da Igreja, ele atingiu 134 áreas diocesanas. A partir desse levantamento concluiu que a forma como as CEBs experimentaram, enfrentaram e superaram complexas situações de toda índole, ocasionará profundas influências para o futuro político do Brasil e América Latina.

Em 1981, Galletta realizou uma pesquisa político-partidária das CEBs no encontro intereclesial de base em Itaicí, verificando que 66% dos presentes eram petistas, 16% PMDB e o restante outros partidos. Ele constatou também, que nas eleições de 1982 a "pastoral popular" (conceito abrangente de vários movimentos dentro da Igreja, inclusive CEBs) teve 902 candidatos em todo o país, sendo que 67% dos leigos católicos eram candidatos pelo PT e 31% pelo PMDB, 2% PDS, 1% PDT. Destes candidatos, 117 se elegeram, sendo 68% pelo PMDB e 29% pelo PT. E segundo Galletta, "uma causa fundamental de tal fenômeno foi a força eleitoral do PMDB, incomparavelmente maior que a do PT, princi -

(66) FREI BETTO, op. cit., p.104.

(67) Dermi AZEVEDO, "Tese indica interação crescente entre Igreja e Política", FOLHA DE SÃO PAULO, 08/06/86, p. 10-11.

palmente fora do Estado de São Paulo, destacando-se também que vários candidatos do PT virtualmente eleitos foram arrasados pelo mecanismo do voto útil, combinado com o voto vinculado."

Por outro lado, havia a preocupação da hierarquia católica quanto à convivência entre pastoral popular e partidos políticos de esquerda, devido a ocupação de espaços materiais da Igreja. Internamente esta também manifestava entre seus membros posições divergentes em relação a partidos e participação política.

As "cartilhas políticas" criadas e utilizadas pelas comunidades e dioceses revelava o grau de conscientização político-partidária. Galletta pesquisou 135 "cartilhas" feitas em todo o Brasil onde verificou posições críticas dos militantes das comunidades às esquerdas, em razão das experiências negativas das próprias esquerdas. De certa forma, isto nos induz a concluir que os militantes só justificariam a esquerda atuante na medida que aceitassem a participação da Igreja popular no meio deles e não isoladamente.

6 - O Processo de Libertação

É a libertação, num contexto estrutural e comum na consciência das Comunidades. " A palavra libertação sobressai no vocabulário das CEBs. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação. Ela ajuda a comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da transformação social..."⁽⁶⁸⁾. E como diz muito bem Perani, " esta palavra é muito usada e nem sempre esclarece, porque é ampla e é usada para indicar processos diferentes. Contudo, ainda associada ao fenômeno das CEBs. Indica o objetivo do trabalho que as comunidades desenvolvem: pastoral libertadora ,

(68) FREI BETTO, op. cit., p. 24.

libertação do povo, dos oprimidos, dos marginalizados..." (69)

O processo libertador nas CEBs implica a própria comunidade em ação descobrindo as raízes de sua história vivida, fazendo com que os conflitos existentes na sociedade sejam entendidos, buscam entendimento da diferença entre cultura do povo e cultura da elite, relacionam as necessidades da comunidade carente com o supérfluo das classes dominantes; entendem que a libertação é a superação da ignorância, da miséria, da alienação, da domesticação da fé, da falsa consciência. Finalmente desejam superar o moralismo individualista que fecha a libertação da comunidade como um todo.

Vê-se que é uma libertação de estruturas seculares arcáicas opressoras de um capitalismo dependente, periférico e selvagem e por isso o anúncio da utopia de uma nova sociedade que as CEBs estão gestando. As CEBs, percebem que a libertação pura e definitiva de todas as opressões se dará pela ressurreição futura, querem desde já tornar real e visível no mundo esta libertação do homem concreto de tudo aquilo que o humilha, rebaixa, oprime.

Nessa perspectiva de fé e ação em vista da libertação temos a confirmação de Boff quando diz que " o polo da prática libertadora remete ao polo da oração como a fonte que alimenta e sustenta a força na luta e garante a identidade cristã no processo de libertação." (70)

Na ótica existencialista cristã de Paulo Freire envolvido pelo personalismo de Mounier afirma que "... somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam. O importante por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça

(69) Claudio PERANI, CEAS (57), op. cit., p. 43.

(70) Leonardo BOFF, " O caminhar da Igreja com os oprimidos: vale de lágrimas à terra prometida, p. 213.

para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo, não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se." (71) E Paulo Freire explica mais sua concepção de homem livre: "A pedagogia do oprimido como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se com a praxis, com a sua transformação; o segundo em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação." (72)

A libertação vista na perspectiva marxista apresenta certa analogia com a cristã na medida que a sociedade dispor de tempo livre suficiente poderá realizar as potencialidades do homem. Isto se tornaria possível na medida que a socialização fosse livre e consciente; em que a divisão do trabalho não implicasse em nenhuma forma de escravatura; o desenvolvimento cultural de alguns não se desse em empobrecimento cultural de outros, mas a condição para o desenvolvimento de todos.

Por outro lado Marx aspira a uma socialização livre e consciente, mas esta socialização deverá passar pela luta de classes, daí porque os marxistas divergam da concepção cristã, quando esta exige amar também os inimigos: o amor concreto do próximo é o próprio combate aos opressores do homem segundo os marxistas; é por isso que os marxistas entendem os cristãos como criadores de utopias irrealizáveis.

A libertação é uma aspiração de todos. Na concepção de Marx as duas faces da liberdade do homem são a independência e a universalidade dos homens em suas relações com a natureza e a sociedade, resultado de um processo necessário e doloroso ao longo do tempo. Desta forma "... a libertação do homem só

(71) Paulo FREIRE, " Pedagogia do Oprimido ", p. 46.

(72) Ibid., p. 44.

será compreendida tendo presente uma série de formações sociais, uma série de tipos de relações sociais. Essas formações sociais deverão ser explicadas a partir de sua base econômica, a partir do modo de produção correspondente a cada uma delas. O estudo dessa sucessão de formações sociais deverá começar pelo estudo de produção da sociedade burguesa." (73) , pois " a sociedade burguesa é a organização histórica de produção mais desenvolvida, mais diferenciada ... a economia burguesa fornece a chave da Economia antiga, etc. Porém não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade." (74)

A concepção de Marx sobre a libertação tem caráter científico, baseado na análise científica da realidade, o que lhe confere certa força em decorrência do próprio prestígio que a ciência possui. Concebendo a liberdade do homem como independência, Marx concebe a libertação como luta por esta independência. (75) Resta saber se diante da verdade científica há espaço para a liberdade, para não cairmos num determinismo científico, em outras palavras, assistimos hoje a uma hipocondria epistemológica que mata a espontaneidade popular e o sentido comunitário de vivências.

O povo tem significativa intuição para compreender o sentido da libertação. Colocamos como exemplo o seguinte canto dos lavradores de Goiás:

(73) Eduard HUBER, CADERNOS DO CEAS (100).

(74) Karl MARX, " Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos", p. 126.

(75) Eduard HUBER, "A libertação do Homem segundo Marx " , CADERNOS DO CEAS, (100), p. 82.

ABRE O OLHO

O operário está sofrendo
e também o lavrador
estão sem terra e sem salário
estão sofrendo a mesma dor.

ABRE O OLHO MEU AMIGO
VAMOS JUNTOS CAMINHÁ
SÓ COM A FORÇA DA UNIÃO
QUE NOIS VAMOS LIBERTÁ

Já tem muito bóia-fria
muito serviço é temporário
prá vendê tudo é barato
prá comprá tudo é mais caro.

Os nosso trabalhador
que rancou todas as riquezas
depois eles ficam sem nada
fica tudo com as impresa.

Eles dizem que pobreza
isso é sorte que Deus deu
abre o olho meu amigo
eles estão querendo o que é seu.

A lavoura é 50 por cento
50 é do proprietário
15 por cento é o imposto
30 é do intermediário.

O salário quando sobe
é somente prá enganá
custo de vida sobe mais
a situação vai piorá.

Até o nosso sindicato
 já poseram divisão
 prá operário e lavrador
 não ter mais introsação. (76)

A leitura da realidade do lavrador goiano capta com rara felicidade os acontecimentos e os transpõe numa linguagem direta, brotando daí uma filosofia social, política e econômica. Articula a própria educação popular como podemos ver também neste canto: (77)

FILHO DE LAVRADOR

Eu vou contar uma história
 Que eu vejo acontecendo
 Os pobres não tem saúde
 Todos vive padecendo
 Os grandes tomam a fama
 De nome de produtor
 Mas quem faz todo o trabalho
 É o filho do lavrador

Eles tocam o maquinário
 Para preparar o chão
 Já vem a semeadeira
 Prá fazer as plantaço
 É por isso que os pobre
 Já perdeu o seu valor
 Mas quem tá em cima das máquinas
 É o filho dos lavrador

(76) CENTRO DE REFLEXÃO E DOCUMENTAÇÃO (CRD), " Cantos dos Lavradores de Goiás", p. 17-18.

(77) Ibid., p. 19-20.

Os pobres doente fraco
 Falta alimentação
 Até falta a coragem
 De enfrentar esta opressão
 Os grande gritando alto
 Diz que é agricultor
 Mas eles vive as custa
 Dos filhos dos lavrador

No braço desta viola
 Convido todos os irmão
 Para viver mais unido
 Para ter libertação
 Prá mostrar aos poderoso
 Que também temos valor
 Aceite aqui um abraço
 Do filho do lavrador.

O básico do povo é sua sabedoria de vida, o básico do intelectual é sua ciência das coisas. É esta a contribuição específica que um pode dar ao outro. Implica em intercambiar os "saberes" distintos e não anulá-los. Por exemplo, o intelectual ensina a palavra arado ao camponês, este ensina ao intelectual para que serve e como manejá-lo. Parece-nos uma noção simples da aplicação do método dialético interagindo-se educação formal e educação informal-popular.

7 - A Reflexão - Ação

O avanço educativo popular também integra o resultado da dinâmica interativa presente nas CEBs que é a reflexão e ação. As comunidades sabem por experiência de luta que sem ação ou reflexão elas se expõem à crise existencial enquanto sentido de comunidade.

Paulo Freire conhece bem o valor das CEBs e o sentido ativo da reflexão e ação. " Uma das novidades que encontrei - neste país, ligada a coisas antigas deste país, é, exatamente, a maravilhosa experiência das Comunidades Eclesiais de Base . Elas são uma novidade e, ao mesmo tempo, uma coisa velha. Elas são antigas e velhas mas não são tradicionais. Há um caráter que é exatamente o da comunhão, sobre o qual Puebla insistiu e que tem muito a ver com um primitivo cristianismo. Mas o fenômeno é, ao mesmo tempo, novo mas sem ser modernizante. Há uma novidade nelas: é o povo aprendendo a fazer história. Uma das razões da emergência das Comunidades Eclesiais de Base nesses dez, doze anos para cá foi justamente a dificuldade da massa popular ter voz, no período do silêncio imposto. Então, as CEBs aparecem como constituindo-se em palcos para a voz. Neste sentido, elas são proféticas, no sentido etimológico da palavra. Constituem-se como áreas de denúncia e de anúncio. Neste sentido, elas são políticas desde o começo. Não há como negar este caráter político das Comunidades Eclesiais de Base. Isto não quer dizer que elas devam ser partidárias. O que estou dizendo é que elas são políticas. Estão interessadas na reconstrução da sociedade. Isso é política." (78)

O sentido da reflexão-ação encontra em Paulo Freire sua melhor explicitação pois a " ação e reflexão, de tal forma solidárias em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentia imediatamente, a outra" (79) ou seja, " não é no silêncio que os homens se fazem mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão." (80)

As comunidades percebem a necessidade da reflexão onde se inclui para muitas a alfabetização, outras desejam ainda

(78) Entrevista com Paulo Freire, REVISTA DE CULTURA VOZES, 76(1):55.

(79) Paulo FREIRE, "Pedagogia do Oprimido", p. 91.

(80) Ibid., p. 92.

conhecer certa realidade do mundo capitalista e socialista, as dimensões sócio-econômicas da sociedade, proposta estimulada pelos agentes de pastoral (agentes que teremos oportunidade de analisar mais adiante). Por isso as comunidades não são contra a teoria, talvez sejam contra os teóricos que se utilizam de uma linguagem distante do linguajar das comunidades. Nota-se desta forma que não há uma aversão contra a sociedade em si, muito pelo contrário o que a comunidade quer é levar uma proposta alternativa de mudança para uma nova sociedade a partir dos pobres.

A reflexão-ação encontra em algumas comunidades um apoio metodológico sugerido pela Igreja e de ampla utilização, na Ação Católica que o popularizou largamente. É o método Ver, Julgar e Agir: ver atentamente a realidade, julgar e analisar os fatos com critérios cristãos de justiça evangélica e agir a partir dos dados objetivos adquiridos dos dois conceitos anteriores. "O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em seqüências estanques... o ver já traz em seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais." (81) As CEBs adaptando o método segundo as suas necessidades concretas, aprofundam o agir e o remetem à reflexão (teoria) que por sua vez sugerem novas experiências mais qualitativas.

Dependendo da comunidade, os métodos podem variar, por exemplo, numa comunidade em formação, o método "Ver, Julgar, Agir" se presta bem numa comunidade iniciante mas quando a comunidade avançou significativamente em termos econômico-políticos, uma metodologia mais ativa é procurada pela comunidade quer intuitivamente ou sugerida pelo agente de pastoral com a

(81) FREI BETTO, op. cit., p. 30-31.

finalidade de perceber melhor a raiz dos conflitos na sociedade capitalista, por isso algumas comunidades utilizam o método dialético onde teoria e prática combinam bem em comunidades mais maduras. (82)

8 - O Agente de Pastoral

As Comunidades não dispensam colaboradores que podem ser da própria comunidade ou externa a ela. Quem estimula no avanço qualitativo das Comunidades é o Agente de Pastoral que pode ser leigo ou religioso. O leigo surge espontaneamente como animador e logo vai enfatizando sua liderança, o agente religioso padre, freira assessoram a comunidade ou várias comunidades. Realmente o Agente de Pastoral estabelece maior contato da comunidade com a hierarquia na solução de problemas especialmente religiosos.

A ação do agente varia enormemente de comunidade para comunidade, dependendo do grau de formação intelectual, capacidade de liderança que pode ser democrática, carismática ou autoritária com grande capacidade de ouvir e relacionar a vida com a Bíblia. " Na realidade, a comunidade estabelece laços afetivos com o agente, os quais propiciam o reconhecimento e a confiança num irmão de luta, um crente na fé que os une". (83)

O papel do Agente de Pastoral ao longo da história das CEBs não foi tranquila, conflitos existiram e existirão até alcançar uma forma adequada às necessidades das Comunidades, pois o andamento da comunidade vai revelando o agente certo. Ele apresenta várias etapas.

No começo o agente falava e o povo escutava: a impressão que ficava era de que o agente sabe, a comunidade não sabe. É a inculcação. No segundo momento é a concepção do certo e

(82) Cf. L. Eduardo W. WANDERLEY, "CEBs e Educação Popular", REB, (41):690-1.

(83) L.M.Schneider DUARTE, op. cit., p. 57.

errado que consiste levar o povo das trevas à luz, o agente era aquele que iluminava o caminho para a comunidade. Um terceiro momento é a forma de subordinar a comunidade ao agente no sentido de que o povo tem um saber ingênuo e o agente um saber crítico, com isso fica a impressão que o agente está agindo sobre uma massa inerte, esquecendo-se que o conflito é a "parteira da consciência". O agente não pode ser um treinador das consciências mas um estimulador que desperta a capacidade da comunidade. (84) " Os 'grilos' surgem por parte dos agentes de algumas lideranças mais visíveis e de hierarquia com elementos desta última em geral temerosos de perder a sua hegemonia na interpretação política e temerosos de respeitar a plena autonomia dos leigos na ação política. É claro que no processo da vida cotidiana, surgem conflitos interpretativos e algumas pessoas, quando entram em movimentos e partidos políticos tendem a deixar (alguns deixam efetivamente) o convívio nas comunidades, tentados pelas solicitações mais imediatistas que estas práticas políticas reivindicam. O que se nota é que aqueles que avançam em seu conhecimento teórico geral, sem concomitantemente avançar no conhecimento teológico, são mais propensos a encontrar dificuldades; aqueles que aprofundam seus conhecimentos nos dois campos, sempre que ligados com práticas concretas, encontram maior unidade e, por isso mesmo, normalmente aperfeiçoam sua militância dentro e fora da Igreja". (85)

O Agente de Pastoral que vive ligado ao povo, entende melhor as palavras do povo das comunidades, numa postura de escuta e aprendizado. Assim recria a sua teoria a partir da prática e torna possível a sua REVISÃO conceitual, questionando suas análises a partir da vida dos trabalhadores. Percebe que o povo sabe elaborar sua teoria que nasce da prática, embora

(84) Cf. Clodovis BOFF, "Agente de Pastoral e Povo", REB, (40): 217-220.

(85) L. Eduardo W. WANDERLEY, op. cit., p. 692-3.

não seja oficialmente ou reconhecidamente científica.

Por outro lado, o Agente de Pastoral, quando religioso (padre ou freira) tem " a tendência idealista de querer dar mais valor ao que se pensa sobre a realidade que à ação capaz de transformá-la. Por força desse condicionamento o Agente de Pastoral faz das reuniões da comunidade sessões reflexivas, cerebrais onde a 'conscientização' constitui o objetivo mais importante." (86)

Em que sentido o Agente de Pastoral contribui com as Comunidades? transmitindo elementos de interesse do povo como a história passada e a presente, isto é, difundindo a cultura acumulada. Pode o Agente intervir democraticamente formulando questões que estão latentes na necessidade do povo e finalmente elaborar as vivências e práticas do povo numa linguagem dele, isentas de teorias pre-construídas ou mesmo teorias científicas que pululam na mente do Agente de Pastoral intelectualista; reforçar a união, a organização e a luta por melhores condições de vida a partir da situação vivida e não idealizada. A presença do Agente junto ao povo já implica numa intervenção, mas requerida pelas comunidades conforme os encontros intereclesiais.

Em que sentido a comunidade colabora com o Agente de Pastoral? O "forte" do povo não é o saber teórico mas a força da prática, por isso a questão do sentido se coloca melhor a nível da existência, da prática. Não é o que ele sabe mas o que pode fazer na prática política. Logo, o que a comunidade pode oferecer aos agentes é a transformação de sua posição social no processo de mudança global. Por isso entendemos que as comunidades ensinam aos intelectuais por suas ações. A sua fala é a fala da vida concreta.

Portanto, o saber intelectualizado do Agente e o saber popular são dois modos de abordar o mundo, cada um tem

(86) FREI BETTO, op. cit., p. 76-77.

sua lógica própria, sua autonomia. O povo sabe a mesma coisa que o intelectual porém de maneira diferente, isto é, do seu jeito. " O povo, por exemplo, não ignora o que é a exploração capitalista. Vive-a e sente-a na pele. Tem dela um verdadeiro conhecimento, mas um conhecimento experiencial e prático e não um conhecimento conceitual e teórico como o cientista. O povo aprende o que é exploração pela vida, o cientista pelos livros. O saber do povo é sabedoria da vida; o saber do intelectual é ciência das coisas. O povo aprende pelo trabalho negativo, pelo sofrimento; o intelectual pelo trabalho da razão analítica, pelas instituições culturais. O povo faz sem saber (teoricamente); o cientista sabe sem fazer (concretamente). O povo tem o controle prático de sua prática; o cientista o controle simbólico da prática." (87)

A interação entre saber intelectual e sabedoria popular é um processo contínuo. " Não se trata portanto de o povo assimilar a ciência como se fosse constituída uma vez por todas, e nem de se dar proteção à cultura popular como se fosse inteira e sadia. Trata-se de uma fecundação mútua, onde há enriquecimento de uma pela outra, mas também correções." (88)

De fato, " o Agente de Pastoral e a comunidade criam um espaço onde se dá uma aprendizagem que não se notabiliza pela imposição do saber de quem sabe sobre os que não sabem . Tanto o Agente como o grupo ensinam e aprendem, trocam experiências e informações; trocam saberes " (89), sendo assim, o "Elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe; e o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende ou particularmente sente." (90) O Agente de Pastoral colabora na

(87) Clodovis BOFF, "O Agente de Pastoral e povo", op. cit. p. 236.

(88) Ibid., p. 242.

(89) L.M.Schneider DUARTE, op. cit., p. 56.

(90) A.GRAMSCI, "El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce, p. 123-4.

caminhada da comunidade, na sua auto-educação. Podemos citar aqui, literalmente, a contribuição dos Agentes de Pastoral através de uma cartilha, publicada pela Equipe de Pastoral da Diocese de Juazeiro, norte da Bahia:

" Companheiros das comunidades

Aqui está o livrinho que vocês nos pediram. Queriam conversar sobre o 'comunismo'. Queriam saber que bicho era esse. Sabiam apenas que os 'grandes' ameaçavam as comunidades, chamando vocês de comunistas. Muitas vezes, vocês mesmo disseram, parecia que eles queriam assustar o povo. Queriam impedir a organização e a luta pela justiça. Por isso, queremos colocar nas mãos de vocês esse livrinho. Ele vai ser nosso instrumento de trabalho nesse estudo. Ele é a enxada que a gente vai usar para capinar a roça. Mas se aparecerem outros instrumentos para a gente ir limpando a roça, vamos aproveitar. O importante é a roça, não a enxada.

Para entender o 'comunismo', temos que começar pelo bicho que veio antes dele, que é o capitalismo. Mas não dá para entender o capitalismo sem entender o bicho que veio antes dele. É o 'feudalismo'. E não dá para entender o 'feudalismo' sem entender o que veio antes do próprio 'feudalismo'. Numa palavra, vamos estudar um pouco a história da humanidade. Desde o comecinho. Mas vamos dedicar uma atenção especial à questão econômica." (91)

(91) " O Povo descobre a Sociedade. Capitalismo X Socialismo ", Equipe de Pastoral da Diocese de Juazeiro, p. 7.

Este é o terceiro documento de um projeto de " Educação Política " onde o primeiro falava sobre " Política: a luta de um Povo ", o segundo recebia o nome de " Como Votar " em que este alertava para os casuismos da Legislação Eleitoral . Pelo pedido que a comunidade fez, demonstra o avanço da consciência política do povo numa região bastante agredida pela seca.

Concluindo esses tópicos até agora elencados, reflete um conhecimento popular. E para tornar claro o que entendemos por educação popular, especialmente nas CEBs, vamos reforçar neste tópico final o sentido da educação popular.

O sistema educativo nunca é uma realidade independente e neutra à sociedade. Logo a educação é um subsistema do sistema social, uma parte que integra o todo.

Inicialmente não se deve partir da própria educação para compreender um sistema educativo mas da natureza do projeto social que a define. A um determinado modo de produção corresponde um determinado tipo de educação: no capitalismo do terceiro mundo o sistema educacional oficial é um fato político antes do fato pedagógico. Logo a educação que pretenda ser popular encontra na base o antagonismo de classe.

A educação popular está inserida no interior e em função da luta das comunidades para um projeto alternativo, vinculada a história das classes oprimidas, visando uma nova sociedade livre da exploração. A educação popular é uma tarefa política, porque todas as práticas sociais são políticas.

Quando enfatizamos política, nos referimos as relações de poder existentes nas práticas sociais. Nas sociedades de classe, o jogo de poder existente nas práticas sociais é um jogo entre classe dominante e dominada. Assim para as classes dominadas a luta pela hegemonia visa subverter a classe dominante como passo e condição necessárias para a mudança social.

A classe dominada não aceita passivamente o poder que a domina. A sua resistência advém da necessidade de sobrevivência, de não serem oprimidos pela fome, cansaço, doença, exploração. Por isso na prática social ela resiste, no campo, fábrica, bairro, organizações, nas festas, recusando as regras de vida do sistema e tentando fazer suas próprias regras.⁽⁹²⁾

Entendemos que a educação popular é uma prática na qual o que está sendo criado, desenvolvido ou destruído é basicamente o conhecimento das camadas populares. Mas nem todo conhecimento é produzido unicamente pela educação: ele nasce e se desenvolve na medida em que as pessoas pensam e refletem sobre a experiência vivida. E a reflexão sobre a experiência vivida independe de práticas educativas formais ou oficiais.

Assim a Educação Popular é a educação que as classes populares praticam em relação a si próprias. E são elas o sujeito determinante do processo de transformação. A teoria determinante nesse processo é a própria teoria construída pelas camadas dominadas.

Por outro lado, " a educação popular é um lugar entre muitos outros lugares da vida das camadas populares, onde elas efetivamente exercem um outro tipo de poder. Qual poder? O poder de criar e desenvolver entre si, relações não dominadoras; o poder de agir na prática de educação popular de acordo com seus interesses e a partir de decisões tomadas por elas mesmas; o poder de fazer valer e desenvolver suas próprias formas de pensar, apreender, expressar e explicar a vida social: o trabalho, as relações patrão-empregado, a família, a religião, o governo, as relações entre os trabalhadores, a escola, o sindicato, o partido, outras formas de organização, o universo, a técnica, a história, a amizade, a arte, as suas próprias lutas, e

(92) Cf. Beatriz COSTA, "Para analisar uma Prática de Educação Popular", CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR, (1):11.

muitas outras coisas; enfim o poder de questionar e aprofundar, em conjunto, as suas próprias teorias, e de criar e desenvolver um tipo de poder que reforça a sua capacidade de transformar o sistema. Nessa prática de poder, elas elaboram e incorporam um conhecimento que, então sim, passa a se constituir num elemento que aumenta o seu poder de resistência e de luta em todas as situações, lugares e momentos da sua vida, e não apenas naquele 'lugar' da educação popular." (93)

Reforçamos ainda o significado de educação popular na definição de Wanderley, " entendendo por educação popular a educação que é feita pelas classes populares ou em conjunto com elas , de acordo com seus interesse de classe, queremos sugerir que ela se constitui no instrumento democrático que mais deve ser valorizado atualmente no trabalho dos movimentos sociais populares e dos grupos que colaboram na promoção dessas classes. Quando digo feita pelas classes populares, trato da educação que elas proporcionam a si próprias através de trabalhos de classe, dos sindicatos e outras instituições legítimas de classe. Quando digo em conjunto com elas , falo do trabalho de agentes externos à essas classes (incluindo agentes de pastoral) que procuram uma identificação com elas, ajudam-nas em tudo o que for possível, e tentam se transformar em verdadeiros " intelectuais orgânicos " delas. E quando menciono de acordo com seus interesses de classe , levo em conta a necessidade de conhecer esses interesses, que variam historicamente, de não impor fórmulas prontas, de não manipular em função de interesses particulares de grupos ideológicos." (94)

(93) Cf. Beatriz COSTA, "Para analisar uma Prática de Educação Popular ", CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR, (1):22-23.

(94) Luis Eduardo WANDERLEY, " Movimentos Sociais Populares: aspectos sociais e políticos " in: Congresso Internacional de Teologia, (4):124).

Fé, realidade cotidiana, participação comunitária, apoio bíblico, reflexão-ação, animação dos Agentes de Pastoral, processo de libertação, são elementos dinâmicos que constituem a própria educação dentro das CEBs, fazendo-a avançar. A prática da educação popular nas mãos do próprio povo organizado das CEBs caracteriza a educação popular como auto-educação. Seu desenvolvimento teórico-prático implica num aprofundamento contínuo dessa praxis na qual a auto-avaliação constitui o elemento vital para avançar em solidariedade.

2.3 - Os problemas internos e externos das CEBs.

Acreditamos que a nossa tarefa não será suficientemente completa se omitirmos os problemas existentes nas CEBs, reconhecendo que não há progresso em estado puro, existem a nosso ver falhas que devem ser resolvidas a curto, médio ou longo prazo, de acordo com a natureza do problema.

Muito se falou das origens das CEBs, em que o movimento de catequistas populares em Barra do Pirai (desenvolvida por D.Agnello Rossi) foi um deles. A questão central desse movimento era o mal religioso, nas camadas pobres, isto é, a ignorância religiosa. Era urgente e necessário substituir o que os letrados da Igreja julgavam ignorância pelo tipo de saber apropriado, adaptado, mas saber de que eram detentores os orientadores eclesiais do próprio movimento. Logo, os manuais dos catequistas populares seriam o modelo de ensino do povo, uniformizando o ensino religioso numa posição de verticalidade.

Deixava-se de lado a experiência religiosa do povo, tolerada, na esperança de que um dia o saber dos letrados instalasse um novo tipo de experiência, criada pelo saber transmitido em substituição à nascida em contato com a vida.

Portanto, se este movimento é apontado como início das CEBs, o problema que então se coloca é o de saber se ainda em

algumas CEBs prolongam a perspectiva positivista dos catequistas populares formados pela Igreja ou se elas conseguiram superá-lo. Mais ainda: como se operou esta ruptura? o problema se colocará na vinculação entre um tipo de experiência religiosa e social e o saber racional dos letrados. É uma questão que merece aprofundamento.

Não seria fora de propósito saber quem deu realmente, o nome de CEBs. Provavelmente um autor anônimo ou apropriado pela Igreja? o fato é que o nome apareceu pela primeira vez num documento oficial da Igreja em 1966, no 1º plano Pastoral de Conjunto da CNBB, apresentando a "Comunidade Eclesial de Base" como um espaço onde os cristãos não devem ser pessoas anônimas mas se sintam acolhidas e responsáveis.

Por outro lado, dentro da tendência renovadora, a partir da Igreja, as CEBs se deixam perpassar pelas várias orientações que diversificam as atuais tendências dentro da Igreja, havendo diferentes análises segundo os diferentes enfoques dos autores. Claro que isso pode auxiliar na compreensão das experiências, mas nem sempre contribui para discernir o que é mais importante no esforço de renovação.

Como as CEBs são um processo popular, torna-se difícil uma sistematização de fato, afirmações apressadas são passíveis de erros. Contudo, diante dos vários resultados obtidos até hoje e das análises realizadas, é sempre possível reconhecer os bons resultados como também assinalar as ambiguidades.

Um problema que surge situa-se a nível comunitário: a comunidade às vezes se organiza em oposição à sociedade, na medida em que forma uma espécie de "absolutismo", fora do contexto da realidade social, procurando a "realidade e a paz" internamente, esquecendo-se dos problemas e conflitos do conjunto da sociedade. Esta atitude pode levar a crescente sectarismo. Numa determinada comunidade alguns diziam: "o povo, não quer nada, deve entrar para nós". Tal fechamento é percebido em muitas experiências.

Ocorre também o perigo maniqueísta: "o mundo dos que estão fora das CEBs" e os de "dentro", facilitando a penetração da ideologia dominante através das práticas. No plano da mensagem religiosa, o discurso religioso no interior das CEBs se defronta com uma situação de dominação exercida pela ideologia dominante, na sociedade, à qual se serve da mediação de dispositivos culturais, religiosos e leigos tentando inculcar a sua concepção de sociedade. (95)

Assim a pretensa "sociedade cristã utópica" não considera os conflitos, as tensões, e como consequência é fácil pensar na solução comunitária como um paraíso de paz, modelo idealista de uma sociedade cristã sem conflitos. Nessa perspectiva a comunidade se torna necessariamente impermeável à sociedade.

Quanto à participação comunitária, ela possui certas ambiguidades, na medida que o bispo é o dirigente eclesiástico, e o padre muitas vezes o agente. Desta maneira fala-se da participação leiga auxiliando o culto, presidido pelo bispo ou padre. Há comunidades onde leigos estão assumindo uma responsabilidade maior na orientação pastoral (sobretudo quando se abrem espaços para maior engajamento das classes populares). A participação efetiva do leigo é ainda um tabu e o será por muito tempo no que diz respeito a ser ministro do culto; será preciso a desclericalização gradual da Igreja para ser Igreja-povo. Aliás como afirma Leonardo Boff: "Leigo, em seu sentido originário grego, significa membro do povo de Deus. Nesta concepção também o padre, o bispo e o papa são leigos. Entretanto, na divisão eclesiástica do trabalho, leigo é todo aquele que não participa do poder sagrado. Por causa disso não era considerado portador de eclesialidade, no sentido de também produzir bens simbólicos e ser criador de comunidade eclesial; era beneficiário daquilo que o corpo de funcionários sagrados produzia

(95) Cf. Francisco ROLIM, "Comunidades Eclesiais de Base - Notas preliminares de uma pesquisa, CADERNOS DO ISER, (8):62.

e um executor das decisões deles. Nas comunidades de base , constituídas quase exclusivamente por leigos, vê-se que são verdadeiros criadores de realidade eclesial, de testemunho comunitário, de organização e de responsabilidade missionária. Possuem a palavra, criam símbolos e ritos e reinventam a Igreja com os materiais das bases". (96) Mas continuam distantes das tarefas específicas da Igreja como missa, sacramentos vários, etc. além da escolha do próprio bispo.

Numa Igreja que nasce do povo, numa Igreja de base não falta perplexidades e reservas, quanto ao problema da efetiva democratização. Há casos em que a mudança é só aparente e a participação formal. Facilmente os leigos entram no esquema do padre, imitando o seu papel tradicional, leigos que, em lugar de expressar uma dinâmica própria deles, continuam no esquema eclesiástico, preocupados apenas em substituir os padres através de paraliturgias. Assim não somente o poder fica com os padres, mas sobretudo não se modifica a estrutura pastoral .

Do lado dos Agentes de Pastoral que querem uma efetiva participação do povo, muitas vezes é fácil projetar valores e aspirações sobre o povo e depois colhê-las como se fossem do povo. O processo de democratização não consegue facilmente atingir escalões superiores. Qual é a influência do povo na escolha dos bispos mais populares? Qual seu peso em contaminar a própria doutrina social da Igreja com posições concretas? (97)

É fundamental que as CEBs compreendam a situação histórica concreta das camadas populares marginalizadas, conheçam o sistema de exploração em que estão presas, etc. Se as CEBs não fizerem isso acreditamos que permanecerão sempre numa certa

(96) " Notas Teológicas da Igreja na Base", in: Congresso Internacional de Teologia, op. cit., p. 222.

(97) Cf. Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base" , in: CADERNOS DO CEAS, (56):40.

ambiguidade, sem sabermos se representam um efetivo serviço ao povo ou prevalece uma ação paternalista e populista. (98)

Constata-se na prática um certo esvaziamento do trabalho de CEB quando não se abre a uma ação mais concreta. Começa animada ao redor de temas religiosos, vivência pessoal, responsabilidade dada aos participantes, mas depois as comunidades não evoluem, ficam anêmicas, sem dinamismo, devido a atitudes autoritárias dos coordenadores e agentes.

A nosso ver, existem duas tendências dentro das CEBs e na observação de teólogos e educadores: de um lado os que sacralizam o povo e toda e qualquer afirmação sua, defendendo a não-intervenção nas comunidades por pessoas intelectuais, valendo somente o pensamento e ação do povo, como antigamente se dependia dogmaticamente da autoridade eclesiástica. Então se absolutiza a vontade do povo. Os Agentes não intervêm, deixam falar o povo, aceitam qualquer decisão. " Tal tendência pode ser encontrada também em CEBs mais críticas e em agentes de pastoral com boa capacidade de análise." (99)

A outra tendência refere-se àqueles que, reconhecendo a importância fundamental do povo, negam-lhe a capacidade de uma lúcida visão da realidade. Apesar de respeitar a necessidade do povo decidir, contudo constatam que a ideologia da classe dominante está presente na consciência dos dominados, "... afirma a incapacidade da consciência popular de ter uma visão correta da sociedade e realizar uma prática de transformação..." (100) Sendo assim, cria-se artificialmente a necessidade da intervenção dos Agentes de Pastoral onde irão proporcionar uma visão mais crítica e científica, porque somente eles podem possuir a ciência. Então a consciência libertadora não se dá no povo, necessariamente deve vir de fora.

(98) Cf. Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base", in: CADERNOS DO CEAS, (56):p. 43.

(99) Ibid., p. 45.

(100) Ibid., p. 45.

Na prática, são duas posições em conflito com fluxos e refluxos. " A relação entre Agentes e povo deve ser avaliada, não tanto confrontando os dois polos, quanto pelos sucessos ou insucessos da comunidade toda frente à situação social concreta com seus apelos para determinado engajamento." (101)

Não resta dúvida que também a consciência do povo é influenciada pela ideologia dominante, condicionando muitas vezes a palavra e a ação do povo, pois as classes oprimidas vivem na mesma e única sociedade opressora que elabora sua ideologia justificadora. A periferia está ligada ao centro. A simples presença do Agente, mesmo sem falar e procurando maior identificação com o povo, é uma presença que condiciona. Logo o Agente carrega toda uma ligação com a estrutura da Igreja da qual é representante. " É necessário por isso, não considerar acriticamente a linguagem e os símbolos que o povo usa, mas saber 'interpretar' utilizando também os recursos das ciências sociais." (102)

Não queremos afirmar que a consciência do povo seja totalmente absorvida pela ideologia dominante onde estariam ausentes elementos próprios do povo. Seu saber e sua prática contêm elementos de resistência e oposição à própria ideologia dominante.

Outro problema que está nas preocupações das CEBs é o tempo dedicado à palavra e à reflexão, onde prevalece a palavra enquanto tal, revelando-se com isso o estado idealista em que muitas CEBs se encontram, não obstante os esforços para atualizar o compromisso com os pobres.

As dificuldades tão ligadas à visão demasiadamente interna das CEBs. Considera-se "ação" tudo o que se refere à

(101) Cf. Claudio PERANI, "Comunidades Eclesiais de Base", in: CADERNOS DO CEAS, (56):45.

(102) Ibid., p. 45.

estrutura interna: entrada de novas pessoas, celebrações litúrgicas, cursinhos. Deve-se então pensar a ação para fora, com as CEBs abrindo-se à problemática externa. Outra dificuldade é a tendência de colocar a bíblia e recursos teológicos como esquemas de ação. Na verdade existem outros instrumentos metodológicos que podem ser eficazes numa determinada realidade concreta.

Existem duas questões que precisam de uma solução : abertura das CEBs a uma problemática mais social e global em força de seu compromisso pela justiça que é evangélico e exigido pela fé. A outra questão é a sua referência eclesial, razão de sua especificidade mas lugar de tensão entre autonomia em relação ao clero e ação política das próprias CEBs muitas vezes "controladas" pelo próprio clero.

Ao contrário de outras pastorais (Pastoral da Terra e Operária) que tem coordenações nacionais eleitas pelos seus militantes, as CEBs são dirigidas pelos bispos e padres herdeiros de uma estrutura hierárquica historicamente centralizada e verticalizada. É preciso acrescentar também que " militantes incentivados pelas CEBs para uma participação mais ativa na área política não encontram um espaço adequado para análise de sua nova situação nas próprias comunidades de onde vieram, de - pois que ocupam posições de liderança nos sindicatos, partidos e outros organismos da sociedade civil." (103)

Vivendo uma situação não resolvida entre autonomia e institucionalização, as CEBs carecem de melhor formação dos seus militantes no campo sócio-político em que atuam, segundo afirmativa do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira em sua afirmação ao jornalista Dermi Azevedo.

(103) Dermi AZEVEDO, " CEBs indefinidas entre autonomia e institucionalização", in: FOLHA DE SÃO PAULO, 4/5/86, p. 6.

Em várias pesquisas realizadas pelos assessores , o índice de participação dos membros das comunidades é pequeno. O sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira fez uma pesquisa em quarenta CEBs de quatro dioceses e encontrou uma média de participantes de apenas 1% . " Numa CEB com cinco mil membros, por exemplo, a pesquisa apenas indicou cinquenta como 'participantes ativos.'" (104)

Desde 1975 com reuniões a nível nacional até agora , as CEBs enfrentaram dificuldades no seu relacionamento com a hierarquia, embora sejam uma das prioridades pastorais da CNBB. Esta dá apoio tácito, não explícito.

Do apoio do episcopado até a oficialização da experiência das CEBs por Paulo VI, o Vaticano as aceitava em virtude da união com os bispos. No encontro Intereclesial das CEBs em julho de 1986 em Trindade, Goiás, os bispos aumentaram sua presença com a participação de 51 deles.

Acontece que o povo que vive nas CEBs tem modos distintos de ver a participação dos bispos: se por um lado demonstram interesse e sua participação é um estímulo à caminhada das comunidades, por outro lado o povo fica preocupado temendo restrições no processo de democratização das estruturas de poder dentro da própria Igreja.

" Quanto aos assessores, os leigos da 'base' demonstraram, várias vezes, na reunião ampliada de Trindade, preocupação quanto ao papel de influência que exercem nos encontros e reuniões com os militantes das CEBs. 'Queremos um encontro nacional das CEBs e não para as CEBs' afirmou uma militante, dona de casa da periferia de Porto Alegre (RS), há uma semana, num dos plenários de Trindade, ao propor a redução progressiva do número de assessores, como os irmãos Leonardo e Clodovis Boff ,

(104) Dermi AZEVEDO, "CEBs indefinidas entre autonomia e institucionalização", in: FOLHA DE SÃO PAULO, 4/5/86, p.6.

o padre José Oscar Beozzo, frei Beto e Pedro Ribeiro de Oliveira, entre outros." (105)

As CEBs enfrentam outro problema representado por uma certa cooptação dos Agentes de Pastorais, oriundos das comunidades para o exercício de serviços eclesiais tradicionais, de caráter hierárquico, clerical. A tentativa de "clericalização" dos leigos é acompanhada com frequência pelo controle exercido, sobre as CEBs, pelos assessores teológicos, apesar de que as CEBs persistem, na prática de formar novos tipos de bispos, padres, etc.

Uma outra ambiguidade pode estar se ocultando no próprio fenômeno da comunicação entre os membros e os dirigentes. Não basta comunicar sua experiência religiosa para suprimir a influência da ideologia dominante. "De um lado este clima de abertura leva os leigos a dizerem 'somos a Igreja' e do outro, os responsáveis eclesiais a declararem que se trata de uma Igreja diferente. Não se nega que isto constitui sem dúvida um passo à frente. Mas não é tudo. É preciso ver ainda o conteúdo das comunicações, a seleção dos significados, pois detrás destes elementos a ideologia dominante pode estar presente nas CEBs". (106) A palavra perde a sua função comunicadora no momento em que instala o dinamismo da opressão.

Concluimos esta parte, com uma questão proposta por Marilena Chauí, advertindo sobre a ambiguidade do popular: "Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de

(105) Dermi AZEVEDO, "CEBs indefinidas entre autonomia e institucionalização", in: FOLHA DE SÃO PAULO, 4/5/86, p. 6.

(106) Francisco C. ROLIM, op. cit., p. 62.

saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambiguidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação". (107)

Abordaremos a seguir, a ação do Estado em relação com as Comunidades de Base, analisando especialmente as divergências e aproximações.

(107) "Conformismo e Resistência", p. 124.

CAPÍTULO III

O AUTORITARISMO DO ESTADO

Não poderemos compreender a reação do Estado diante das CEBs, nem compreender a ação das CEBs como povo que busca sua libertação se não tivermos o necessário referencial histórico da ação do capitalismo dependente latinoamericano. Capitalismo em crise permanente. Esta crise, atinge milhares de pessoas, despossuindo-as do trabalho, da saúde e da educação.

Para o historiador José Honório Rodrigues. " a realidade brasileira, contém, historicamente falando, elementos arcaicos, coloniais (absolutismo, patriarcalismo, autoritarismo, latifúndio) sobrevivência imperiais (falsidade da vida política representativa, organização econômica dirigida para o exterior, e enquadrada numa estrutura internacional que a subjuga, predomínio de preconceitos e privilégios, conciliação, divórcio entre Poder e Sociedade) e vivências atuais (marchas e contra-marchas, reformismo e anti-reformismo, com predominância deste, proscricão e acolhida dos trabalhadores..." (1)

A história do Brasil revela o lado oficial (dominante) e esconde o Brasil real (dominado). Por isso temos oficialmente uma história conservadora. " A história do Brasil que conhecemos é a história do que tem se passado na elite: superestrutu-

(1) "Filosofia e História", p. 10.

ral, ela é, politicamente, uma soma de arbítrio, terror, sítios, intervenções, conspirações, alienações, militarismo e pessoal - mente o reino da mediocridade... (2) O outro lado da história, a história vivida " se passa na área popular, com um povo auditivo, mudo, sempre ameaçado de ser sangrado..." (3) Quando fala, entra a proibição.

De certa forma, o Brasil oficial teme o Brasil real, pois sempre se procurou ocultar a história subterrânea do povo, uma história não escrita porque é difícil conhecer suas angústias e aspirações. Contudo, " a história do Brasil tem sido feita com o sangue e suor desta gente, mas ela não aparece na história escrita pelos historiadores das classes dominantes... (4) Não é de estranhar portanto, que o Estado, produto da classe dominante, se oponha a qualquer processo de mudança estrutural da situação, especialmente quando a mudança é originária das CEBs. Os confrontos são reais. Em outras palavras, se a classe dominante se sente ameaçada pela circulação de ideologias contrárias que conquistaram espaço para poder difundir-se, ela pode lançar mão do controle do Estado sobre o sistema do ensino de modo a torná-lo um instrumento adequado a seus interesses." No Brasil tem havido sempre mais tempo de conservação que de mudança, em face das poderosas forças... A sociedade e a economia brasileiras, por sua tradição colonial, são uma rocha granítica de resistência à mudança, resistência oferecida pelas classes dominantes a qualquer intenção reformista ou revolucionária de gente média e pobre". (5)

As colocações de Honório Rodrigues são fortes diante da história do Brasil, afirmando que as classes dominantes -

(2) " Filosofia e História ", p. 12.

(3) Ibid., p. 13.

(4) Ibid., p. 13.

(5) Ibid., p. 31.

"... nunca viram o povo brasileiro como autêntica criatura de Deus, apesar do cristianismo integrado no espírito deste povo . Por isso, é necessário criar um homem novo no Brasil, que não seja feita à imagem de sua liderança. Esta foi formada com montanhas de preconceitos, ao contrário do povo, que sofreu desde a sua origem..." " Quando se vê a história assim, as virtudes do povo e deliberada maldade da minoria dominante, a verdadeira missão da história torna-se subversiva, no sentido de combater pela transformação desse quadro opressivo e deformado. Uma liderança que detesta seu povo, que o oprime, que lhe nega tudo, que desejaria ter outro povo - branco, educado, culto - não tem o direito de liderá-lo ". (6)

No Brasil a crise do capitalismo não é recente, muito pelo contrário, a história da dominação e seus mecanismos expõem constantemente a crise de um capitalismo dependente, mas sempre desafiado pelas forças emergentes. O exercício desse domínio se fazia pela coerção legal do Estado através das leis, dos valores vigentes e ideologias." A dominação se exercia através dos valores, das ideologias, dos estilos de vida, das crenças..." (7)

No Brasil a aliança da classe conservadora com a burguesia liberal se utiliza dos mesmos mecanismos e se recicla permanentemente no poder.

No interior da classe latifundiária emergia a burguesia agrícola do café e na área de S. Paulo surgia a burguesia industrial.

Enquanto a nova classe buscava sua hegemonia (organizações sociais, imprensa, etc) e ligava-se às leis do Estado, ao mesmo tempo estavam presentes as classes emergentes ou populares. Estas nem sempre existiam como classe porque o sistema

(6) " Filosofia e História ", p. 32.

(7) Luis A. GOMES, "Estruturas e Mecanismos de Dominação no Capitalismo", in: A Igreja que Emerge da base, p. 40.

capitalista gera sempre a burguesia e o operariado. Contudo , no fim da década de 20, estão presentes forças populares, não somente como classe mas como práticas de classe, por exemplo, o movimento sindical no Brasil de 1920 a 1930 com greves e manifestações generalizadas.

1 - O ESTADO E A RESISTÊNCIA POPULAR

Pelo que dissemos, não existe um primeiro momento de dominação, com hegemonia pacífica da burguesia na sociedade civil e a presença tranquila do Estado para então surgir uma crise. " Para provar que isso não se verifica, aí estão os populismos que são esforços de alianças mais amplas, que reúnem não somente a velha classe latifundiária, a burguesia industrial , a pequena burguesia, mas também procuram atrair para o novo pacto, por cooptação, as novas forças populares. São os esforços de Cardenas no México, de Vargas no Brasil, no final de seu governo de 1943 a 45. O que se nota é que esta burguesia , esta nova classe que vai ocupando os mecanismos da sociedade civil e do aparato do Estado necessita de alianças permanentes. E quando lhes faltam as alianças, ela chama ao Estado um aparato de coerção: as forças armadas." (8)

O que realmente acontece é uma crise permanente de hegemonia e coerção, isto é, há uma crise de domínio com enorme capacidade de adaptação e sobrevivência. " Quando há menos força das classes dominantes nos aparatos hegemônicos da sociedade civil (as igrejas, escolas, as organizações sociais , os partidos) há necessidade de mais coerção e então a intervenção militar torna-se necessária para reequilibrar a dominação que cambaleia. É uma tensão permanente e a volta contínua de períodos autoritários." (9)

(8) Luis A. GOMES, "Estruturas e Mecanismos de Dominação no Capitalismo", in: A Igreja que Emerge da base, p. 41-42.

(9) Ibid., p. 41-42.

Ao lado dessa funcionalidade do Estado e as elites do minantes, estão as classes emergentes populares que vão lentamente ocupando os mecanismos da sociedade civil. "Ocupam a Igreja, que de certo modo é mecanismo de dominação, mas que também se transforma em lugar de libertação." (10) Aí é lugar de experiências de educação popular.

Há, portanto, um processo histórico onde as próprias instituições que estão nas mãos da classe dominante, são permanentemente ameaçadas e eventualmente ocupadas pelas classes emergentes.

Muitos mecanismos de coerção não serão entendidos se não se perceber o comportamento do Estado na tentativa de barrar o processo de libertação do povo. A educação é um exemplo. As estruturas educativas tem sido historicamente mecanismos de dominação onde através da educação se transferem valores, modo de vida e a discreta interiorização de atitudes passivas.

"Os mecanismos de dominação se dão em diversos níveis pois não existe a dominação somente econômica da terra e dos meios de produção, nem só a dominação cultural das classes dominantes. Temos a dominação do homem sobre a mulher, a dominação sobre os negros, os jovens e todas as minorias oprimidas e discriminadas. Num período em que as classes populares emergentes lutam para ocupar a sociedade civil, os sindicatos, os partidos, as organizações de vizinhos, etc. que Gramsci chama 'a guerra de posições', todas essas lutas são de enorme importância. Aparentemente são desconexas e a união não se verifica teoricamente, salvo na ação e especialmente quando há um confronto decisivo." (11) Quando se analisa os mecanismos de

(10) Luis A. GOMES, "Estruturas e Mecanismos de Dominação no Capitalismo", in: A Igreja que Emerge da base, p. 42.

(11) Ibid., p. 45.

dominação, vai-se descobrindo sua firmeza e fraqueza e ao mesmo tempo vislumbrando os espaços para a ação dos setores populares. Quando nos referimos a classes populares ou subordinadas, queremos dizer que são aquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo.

A educação oficial passa necessariamente pelo poder político. Numa situação de profunda divisão de classes, o que significa educar? Numa democracia formal que não transforma as estruturas de poder, boa parte dos setores populares ainda está marginalizada, mas aceitando cada vez menos esta situação. A partir das diretrizes do Estado, educar é formar a elite dirigente para formar produtores e reprodutores, mas quem sabe, no meio deles, aparece a própria contradição do Estado, formando homens livres que se opõem ao Estado e proporcionam instrumentos de libertação.

Alguns podem entender que uma forma de responder às necessidades dos homens marginalizados será adaptando-os à sociedade, o que é uma falsa liberdade, visto que seriam conduzidos para dentro do sistema. Como vimos, a sociedade é autoritária. A questão, portanto, é outra: "... é criar, junto com os marginais, alguma coisa nova, diante de nós. De certo modo, numa sociedade separada por classes sociais estanques, todos estão marginalizados uns dos outros, ainda que alguns gozem de todos os privilégios. Para superar isto, temos que ter um projeto social novo, e é em função dele que a educação terá que ser pensada, repensada e julgada. Não se trata de integrar (possível subterfúgio para manter o que existe) mas recriar". (12)

Educar não deveria implicar em ser portador de uma cultura doada aos que estão à margem, mas sim, perceber novas manifestações imanentes na cultura do povo, manifestações até certo ponto bloqueadas por uma situação de dependência econômica, política e cultural que pulveriza e ignora esse tipo

(12) Luis A.G. de SOUZA, "Classes Populares e Igreja nos caminhos da História", p. 101.

original de criatividade vital nas camadas pobres. Desta maneira as classes privilegiadas impedem o povo de assumir a responsabilidade de sujeito de sua própria história, julgando que uma educação libertadora é algo de subversivo. " É dos grupos emergentes que brotam as iniciativas carregadas de renovação. Conscientizar o povo não é criar uma necessidade artificial de revolta e luta. A luta já existe na dominação atual e em suas injustiças estabelecidas e aparentemente naturais." (13)

O Estado, tanto na América Latina e Brasil é bastante distanciado das classes populares, logo a participação popular é sempre negada, salvo a cooptação. De fato, " A estrutura do poder atual não parece disposta a recolocar a problemática educativa num clima de democracia real, isto é, de libertação e de participação criadora. As estruturas escolares carregam o peso de uma rotina. Os planejadores planejam para este poder e para estas estruturas. O nascimento de uma nova educação, antes que assumam o poder aqueles que estejam realmente dispostos a uma revisão profunda, brota em movimentos de base e encontra receptividade em alguns educadores, grupos estudantis, profissionais e principalmente nas organizações operárias e camponesas. Uma política educativa renovadora terá que dialogar e criar fundamentalmente com estes grupos." (14)

Para sintetizar essa perspectiva da educação, há três etapas da evolução da educação que não se excluem e coexistem hoje. A primeira toma uma orientação individualista e elitista onde se procura o "cultivo" dos valores humanistas tradicionais. Ela está alheia a realidade social em toda extensão. A segunda etapa é originária do processo da industrialização, onde a educação representa uma resposta às crescentes necessidades -

(13) Luis A.G. de SOUZA, "Classes Populares e Igreja nos caminhos da História", p. 101.

(14) Ibid., p. 104.

sócio-econômicas; aparece o interesse pelo planejamento a fim de satisfazer as exigências quantitativas e qualitativas da nova situação, logo, a educação se reduz aos aspectos econômicos, considerando-se o homem como simples elemento de produção e a educação propriamente como inversão de capital. A terceira etapa, e a desejável para a maioria da população, é a educação que poderíamos chamar de libertadora da pessoa humana na medida que a capacita econômica, cultural e politicamente para assumir livremente suas tarefas de responsabilidade na sociedade. Ela pretende superar as etapas anteriores integrando valores que nelas existem e avançando numa transformação das estruturas. Desta maneira, a educação tem como tarefa o cultivo da cultura popular.

Fizemos breve reflexão sobre a presença histórica das elites na vida brasileira, a ação do capitalismo dependente em crise, a tensão entre o Estado e as forças populares mediatizados por uma educação formal e informal. A partir desses dados, podemos compreender melhor o papel do Estado e assim defini-lo. Mas como definir o Estado?

Numa primeira aproximação, o Estado é oposto à Nação. Identificar o Estado como Nação é admitir a ideologia do Estado autoritário. Mas o Estado representa a Nação. Na medida que se faça a absorção da Nação pelo Estado é admitir a usurpação. Não é o Estado que constitui a Nação, é a Nação que constitui o Estado. " Digamos portanto, que o Estado não é a sociedade mas é o sistema de sua ordenação social". (15) Também o Estado não é o Governo. O Governo é o aparelho técnico-administrativo do Estado, inclusive o aparelho jurídico-ideológico e o aparelho repressivo. " Os aparelhos exercem as três funções mais importantes de um Estado, que são respectivamente a função de ordenação social, a função de inculcação simbólica (ou ideológica)

(15) Clodovis BOFF, "Comunidade Eclesial, Comunidade política", p. 88.

e a função de coerção ou de dominação". (16) A função do Estado é a da unidade da sociedade como um todo.

O Estado é uma realidade histórica, um objeto cultural dotado de poder político, isto é, um dos modos de estruturação de instância de Poder na sociedade. " Sempre que encontramos , um corpo autônomo de dirigentes profissionais, dotados de poder coercitivo, aí temos o Estado. O Estado é portanto uma das concretizações históricas da forma política da sociedade." (17)

Historicamente, o Estado no Brasil (que esteve unido à Igreja) arvorou-se de uma aura divina e eterna, esta auto-divinização "sacralizou" uma extraordinária autoridade a ponto de comportar-se autoritariamente perante a Nação. Por isso o Estado passou a ser um "fetiche" adorado pelos fetichistas que dele participam: as elites do poder. Não é por acaso que o Estado "sagrado" vive distanciado do "profano" onde as grandes massas populares são destituídas de poder e controladas sutilmente. Não é por acaso que a pressão das CEBs para modificar o Estado encontra dificuldades e provoca conflitos na tentativa de ver o Estado funcionando com perfil realmente democrático . Afinal, demos a este capítulo, o título de " O Autoritarismo do Estado " para assinalar a distância que o Estado mantém diante da Sociedade e a posição utópica das CEBs em querer modificá-lo, pois entendemos um Estado autoritário como aquele em que os portadores do poder não necessitam do livre reconhecimento dos seus cidadãos para se organizar e funcionar.

Por outro lado, a teoria social funcionalista concebe o Estado como um poder político que tem por função a manutenção da ordem e do equilíbrio social, identificando-se acima de grupos em conflito. O expoente máximo é T. Parsons, o qual se

(16) Clodovis BOFF, "Comunidade Eclesial, Comunidade Política, p. 88,

(17) Ibid., p. 90.

filia à corrente weberiana. Do outro lado, a concepção dialética. Para esta, a sociedade é conflitiva, logo o Poder político é um instrumento de classe dominante e sua interpretação do Estado é entendida para um determinado tipo de sociedade: a capitalista, por exemplo. Nesta concepção, a existência do Estado evita que os conflitos de classe precipitem a sociedade no caos: o Estado gerindo o conflito, impede a destruição de uma classe por outra. Eis por que o Estado se "interessa" também com a classe dominada. (18) Parece-nos que a corrente dialética é mais explicativa.

A classe dominante de posse da máquina estatal, coloca esta máquina em favor de seus interesses econômicos, políticos e ideológicos. Daí porque não é difícil explicar o comportamento do Estado, quando fala de colaborar com comunidades, desejando participar ou mesmo criando comunidades ativando-as com recursos do próprio Estado. O que iremos analisar agora é o fundo ideológico da participação, que serve para neutralizar a autonomia e a criatividade de comunidades. Algumas resistem, outras são cooptadas.

A implantação de ações voltadas para o controle social quer através de mecanismos legais-repressivos (limitações das pessoas, etc) quer pela via da cooptação através de instrumentos de aparência democrática participativa é o interesse atual do Estado.

Até a década de 1970, havia o predomínio do controle social através da repressão policial. Com os contornos reformistas a partir de 1980, o Estado assume um papel que as forças sociais desorganizadas não conseguem assumir e se transforma no elemento essencial desse processo. O Estado então ressurgiu como organizador do processo social, tentando isolar as comunidades que são altamente críticas, apoiando comunidades a-críticas e a-políticas. " Há quem veja aspectos positivos naquilo

(18) Clodovis BOFF, "Comunidade Eclesial, Comunidade Política", p. 91-92.

que se configura como participação dos trabalhadores nesse processo de tomada de decisões governamentais. Hoje, as federações de trabalhadores na agricultura participam dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento; as associações de moradores são responsáveis pela distribuição do leite às populações da periferia; o governo cria ele mesmo as associações comunitárias para execução de projetos de sua lavra..." (19)

Em qualquer planejamento governamental, a expressão "participação comunitária" passou a ser expressão obrigatória. Até os governos municipais com suas administrações regionais testaram o "slogan" da "participação". O Estado não deixou por menos, criou a SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária): verticalizada.

Qual o sentido da participação desejada pelo Estado que continua controlando as organizações sindicais; que reprime e mata trabalhadores em Leme, São Paulo, quando estes reclamam por direitos; que impede a golpes de baionetas a manifestação de produtores sem terra na fazenda Anoni? O que é participar para o governo? É organizar a população para receber migalhas regamente pagas com seu próprio suor, como o programa do leite? É dar subsídios a comunidades acomodadas?

Bom número de pessoas insiste no papel do Estado como pressuposto das transformações sociais, sem questionar o seu direcionamento autoritário e calcado na reprodução do capitalismo periférico com implicações anti-sociais na crescente miséria da população. " Não se tem constatado na história dos povos , acesso ao poder econômico e político que não tenha sido objeto de fortes contradições e dolorosos confrontos." (20)

(19) Nelson OLIVEIRA, "Estado, Mitos e Equívocos", CADERNOS DO CEAS, (107):55.

(20) Horacio M.de CARVALHO, "Ideologia do Planejamento Participativo", CADERNOS DO CEAS, (108):33-34.

Duas, são as formas de "participação" da classe dominante: a primeira, quando eles se vêem pressionados nas lutas sociais, cedendo parte do poder através de negociações e alianças; a segunda, quando eles se antecipam aos movimentos organizados das classes que lhe são contrárias e tomam a ofensiva ideológica buscando cooptações.

Atualmente o Estado descobriu a vantagem do "Planejamento Participativo", mas com um fundo de autoritarismo e verticalização. Na prática é uma proposta de urgência do aparelho do Estado carregada de um passado sem liberdade, mas as idéias do planejamento participativo fazem parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominação da classe dominante. A criação de organizações operário-populares em função de interesses do Estado, fortalece os movimentos ideológicos e políticos do próprio Estado, na medida que este mantém o monopólio representacional, frustrando qualquer tentativa de questionar ou criticar o sentido da participação. Nesse sentido as CEBs não tem possibilidades de acesso à essa forma de planejamento participativo, pois elas insistem pela horizontalização em sua organização; a participação não se obtém por doação.

" O planejamento participativo é uma das propostas ideológicas para dar legitimação às políticas econômicas e sociais do Governo. Em outras oportunidades, buscou-se no campo da comunicação, entre outros, o respaldo para tal legitimação. Então, propunha-se o que se denominava de 'componentes de comunicação nos projetos de desenvolvimento'. Foi uma das tentativas de envolver pela comunicação as populações-objeto de um plano ou projeto de ação governamental para 'aceitarem' os objetivos e diretrizes políticas econômicas e sociais" ⁽²¹⁾. Em síntese, é a legitimação do poder vigente.

(21) Horacio M. de CARVALHO, "Ideologia do Planejamento Participativo", CADERNOS DO CEAS, (108):34.

Ora, as políticas econômicas e sociais provenientes do Estado não podem se antepor aos interesses das classes dominantes, porque estas detêm o poder de Estado e por outro lado porque mantém como dominante sua ideologia ao qual transfere aos dominados uma concepção de mundo onde capital e trabalho, não aparecem como antagônicos, mas complementares.

Portanto, " ... quando o Estado, ou os intelectuais a ele ligados, propõe um planejamento participativo, o que de fato está estimulando é a criação de alternativas, de cima para baixo ..." (22) Será que reuniões políticas e econômicas para dar solução à reforma agrária, a distribuição de renda, aumentos salariais, a liberdade política poderão ser tratados adequadamente onde o "planejamento participativo" pretende atuar? Como se fará a participação e atuação, se tudo vai depender do Executivo?

Os intelectuais favoráveis ao planejamento participativo procuram envolver as "bases" para realizar com a população a aceitação do aparelho do Estado autoritário. É a política da "abertura".

Parece-nos que a "abertura política" é a transposição para a prática do clássico populismo com a finalidade de apoiar o projeto de direção-dominância da classe dominante em crise de hegemonia. Dessa maneira o planejamento participativo parece voltar-se para setores da população camponesa e operariado urbano tentando atraí-las, contudo, o Estado pode surpreender-se com essa população subalterna, especialmente as CEBs, na medida que trazem consigo interpretações democráticas baseadas em suas experiências de luta diária: a posse da terra, a política, melhores salários e os conflitos com poderosos grupos rurais.

(22) Horacio M. de CARVALHO, "Ideologia do Planejamento Participativo", CADERNOS DO CEAS, (108):35.

O questionamento " ... dessa população emergente na luta econômica e política (populações até então submetidas ao patrimonialismo), aliadas às interpelações de setores operário populares organizados com tradições de luta e, em certo sentido, aliadas também aos interesses imediatistas de setores de classes médias, agudizam a crise política e ideológica do bloco no poder. " (23)

Na medida que a crise de hegemonia se amplia, cresce também a crise do discurso dominante, tornando-se incompetente para neutralizar o antagonismo potencial das classes dominadas. Por isso o Estado tem a " necessidade de articular as diversas concepções do mundo emanadas das classes dominadas de forma a produzir um novo (ou renovado) projeto de direção-dominância , que ao mesmo tempo resgate a articulação populista das interpretações democráticas, mas retire delas os antagonismos potenciais capazes de induzirem as situações revolucionárias." (24)

Com a cooptação das lideranças das classes subordinadas pelas classes dominantes, o Estado estará apto para fazer frente à crise econômica mediante pactos econômicos artificiais, por isso que essas lideranças são importantes para o Estado na medida que servem para estender o controle às classes subalternas.

O que é, então, participar no planejamento do Estado? É aceitar a verticalização das decisões, propor acordos econômicos mas sabendo que isso tem uma implicação a nível internacional e que portanto, nem sempre as decisões tomadas no planejamento serão viáveis, devido a dependência no plano internacional. É preciso saber que a educação e saúde dependem do projeto ideológico das classes dominantes. Fica claro que " ...

(23) Horacio M.de Carvalho, "Ideologia do Planejamento Participativo", CADERNOS DO CEAS, (108):35.

(24) Ibid., p. 36.

... o Governo, não deixa margens para a participação subten -
 dida na expressão 'planejamento participativo' ... (25)

O que se nota na prática é que essa participação não pressupõe o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil como as CEBs, sindicatos autônomos do Estado, camponeses, nas suas lutas específicas. Na prática é o atrelamento à máquina do Estado dos movimentos da sociedade civil. Toda contestação será vista como enfrentamento e possível subversão.

Ora, o poder do Estado é representado pela balança (Direito) e pela espada (a Força). O Direito realiza concretamente a Lei, a força é simbolizada pela espada e se realiza historicamente (no caso do Estado) através da presença do aparelho coercitivo ou também chamado repressivo. Embora a força não é o todo do poder, ela é a extensão armada. Com isso que -
 remos afirmar que um Estado sem poder de imposição é contraditório. Vimos atrás, que o interesse pelo planejamento participativo é uma imposição do Estado direcionando seus objetivos pelo aspecto colorido de classe e do aparelho coercitivo.

A ação politicamente autônoma das CEBs não interessa evidentemente aos objetivos do Estado na medida que elas independem dele na sua ação. Por isso existem e existirão confrontos eventuais entre as CEBs, o Estado e o seu aparelho repressivo. Vamos provar isso com um relatório recente.

Representantes dos Exércitos de 15 países das Américas (incluído o Brasil) assinaram em novembro de 1987 um acordo prevendo a intervenção dos Exércitos nos demais campos do poder, além do estritamente militar. Na verdade foram 15 acordos mantidos em segredo. O Jornal a "Folha de S.Paulo" obteve cópias dos acordos em setembro de 1988.

(25) Horacio M. de CARVALHO, "Ideologia do Planejamento Participativo", CADERNOS DO CEAS, (108):37.

O que nos interessa aqui é mostrar trechos de um relatório brasileiro à reunião, mencionando as CEBs. Nesse relatório a sigla 'OS' significa "Organizações Subversivas", sendo estas (laconicamente) grupos militantes e simpatizantes da subversão. Um trecho diz: " O campo psicossocial é a área onde as " OS " desenvolvem o trabalho de massas, buscando conquistar o apoio imprescindível da população para a conquista de seus objetivos ..." (26) O relatório é bem específico no seguinte trecho: " c. Movimento Religioso: Dirige suas atividades sobre os trabalhadores (rurais e urbanos) índios, estudantes, favelados, presidiários/presos, marginais e instituições de movimento popular, com o objetivo de organizá-los nas chamadas ' Comunidades Eclesiais de Base '. É o maior trabalho de massa desenvolvido no país." (27)

Diz Arturo Fernández: " La influencia política de cualquier clase de Fuerzas Armadas es una fuente de autoritarismo, aún en los casos en que las instituciones castrenses representan a sectores sociales mayoritarios. Ello significa que la esencia de la disciplina militar es incompatible con la práctica política y que el mando militar debe ser ejercido de manera diferente a la conducción política." (28)

Se por um lado o Estado pretende legitimar a " participação " de comunidades, por outro, cerceia a legitimidade das comunidades através de seu braço armado. Autoritarismo e coerção constituem a ambiguidade e a contradição do Estado atual.

Após esta análise, veremos como a Igreja, enquanto instituição também tem problemas internos e problemas práticos diante das Comunidades de Base.

(26) Clovis ROSSI, " Os documentos militares secretos", FOLHA DE S. PAULO, 25/9/88, p. 10.

(27) Ibid., p.10.

(28) "Renace el Militarismo Latinoamericano : 1^{er} Semestre de 1987 ". p. 72.

CAPÍTULO IV

A IGREJA: TENSÃO ENTRE O FORMAL E O REAL

Há vários elementos para analisar a Igreja Católica enquanto instituição no tempo histórico. A chamada "Igreja Primitiva" que tinha profunda simpatia nos meios carentes, foi pressionada pelo clero judaico e império romano, estruturas fortemente institucionalizadas. Esta pequena Igreja comunitária acabou "convertendo-se à institucionalização dentro do Império Romano com Constantino. "Conversão" carregada de certo triunfalismo e não faltaram as táticas políticas da conversão, pois o poder temporal buscou apoio na Igreja.

A herança sócio-cultural da civilização romana é assimilada e no vazio institucional do Império, a Igreja busca dar continuidade, que a levará fatalmente à tentação teocrática na chamada Idade Média. Aparece aí a confusão de poderes onde a Igreja detém a soberania no campo espiritual e grandes privilégios no temporal, produzindo conflitos entre Papas e Imperadores.

Nos tempos modernos, no fim do século XV aparece o mercantilismo numa manifestação visível de autonomia das ciências e das instituições; o comportamento dos humanistas facilitou as lutas entre as igrejas cristãs. Acabou-se a catolicidade no sentido de universalidade e a projeção da cristandade ocidental dividida mostrou sua tensão. E como se isso não bastasse, o racionalismo do século XVIII questionou os credos

religiosos, abrindo a brecha ao ateísmo contemporâneo.

1 - OS PROBLEMAS HISTÓRICOS: PODER, AUTORIDADE E LIBERDADE NA IGREJA

A Igreja percebeu o quanto estava distante do povo, até Pio XI afirmou que no século XIX a Igreja perdera o mundo operário. Ficava claro que uma Instituição que se separa do mundo, terá logicamente dificuldades para entender o mundo real. Esta separação atingirá de cheio a nossa realidade, pois "... é fácil entender a onda de anticlericalismo na América Latina, diante de uma Igreja que deteve tantas terras, um sem-número de instituições e que representa um poder considerável." (1)

O teólogo Leonardo Boff acentua algumas patologias do catolicismo romano pela excessiva valorização da instituição, da doutrina, da lei, do rito, dos sacramentos. "Assim a instituição da Igreja é de tal maneira absolutizada que tende a substituir Jesus Cristo ou a entender-se igual a ele. Ao invés de ser função sacramental de redenção se independiza, bastando-se a si mesma e se impondo opressivamente sobre todos." (2) Colocando a palavra e a lei como privilégio, exige pessoas esclarecidas no assunto, no caso o teólogo e o canonista. "Assim surgiram as elites dos doutos e dos hierarcas que possuem a gestão exclusiva do sagrado. Como são os únicos versados, presumem que somente mediante suas doutrinas, dogmas ritos e normas se obtém a salvação e se pertence à Igreja." (3)

Percebemos que a Igreja na história está permeabilizada por crises permanentes. Estas, devido à forma de seu comportamento institucional, marcadamente dependentes do Estado

(1) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p.138.

(2) Ibid., p. 138.

(3) Ibid., p. 139.

e da classe dominante, pois o " ... endurecimento institucional conduziu à ausência de fantasia, de espírito crítico, de criatividade. O novo é logo colocado sob suspeição enquanto predominam as tendências de apologia do 'status quo' eclesiástico, apelos de lealdade à instituição mais do que a mensagem e às exigências evangélicas, a idéia de segurança é muito mais forte do que a da verdade e da veracidade. As tensões são sufocadas frequentemente por repressão onde não raro se violam direitos fundamentais da pessoa humana, respeitados até por sociedades aconfessionais e ou oficialmente atéias." (4)

Desde a colonização da América, a cristandade católica reproduzia a economia mercantilista, a sua ligação com o Estado e a classe dominante. O sentido de libertação colocado por alguns bispos ou padres em relação aos índios não abalava em nada a estrutura institucional da Igreja.

Após a independência política da América Latina, a crise institucional continua com o liberalismo. A Igreja agora precisa acomodar-se a novas formas políticas. A solução é aliar-se com a devida diplomacia aos liberais. A crise da Igreja durante a guerra de independência dos países latino-americanos coloca em crise o padroado e a cristandade colonial. Mas não colocando em questão a legitimidade ou a validade do modelo como tal; a Igreja tornava impossível toda solução para a crise interna e social.

É preciso salientar que, a Igreja aparecendo demasiadamente ligada ao Estado e às classes dominantes, a religião popular reveste-se de formas que tem um conteúdo de classe oposto à dominação. O fato é que a Igreja procura reconstruir uma nova cristandade sem realizar o trabalho prévio e fundamental de submeter-se a uma crítica global.

(4) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 139.

A partir de 1930 e especialmente desde a segunda guerra mundial, a aliança entre a Igreja, classes dominantes e o Estado funciona relativamente bem. O governo populista brasileiro da época procura estabelecer uma "colaboração leal" com a Igreja. Durante o período desenvolvimentista que se segue ao período populista, este processo de aproximação vai intensificar-se. Por isso se atribui, indiretamente ao desenvolvimentismo, o pensamento social cristão.

A Igreja articulando-se com os estratos modernos da sociedade (portadores de ciências e técnica), modernizou-se em suas estruturas, permeabilizando-se no secular e simplificando sua liturgia. Passa ao discurso profético pedindo a reforma agrária e denunciando os abusos do capitalismo contra as classes pobres. A atitude era de reformismo sem ferir evidentemente os grupos de poder e muito menos pedia por uma nova sociedade. Adaptava-se perfeitamente ao modelo do capitalismo tecnológico avançado.

"A Igreja se libertou de uma carga tradicional que a tornava pouco simpática ao homem moderno e conseguiu elaborar uma nova codificação da fé que respondesse ao espírito crítico do homem urbano. A Igreja confia muito mais nos centros de poder decisório que procuram engajar-se em tarefas eclesiais... assim os vários movimentos como Cursilhos de Cristandade, Movimento Familiar Cristão, Movimento Carismático e outros deste gênero têm como endereçados primeiros os grupos bem situados na sociedade e não o povo proletarizado e pobre." (5)

De uma Igreja na defensiva na luta contra o liberalismo, passa-se a uma Igreja na ofensiva, na luta contra o subdesenvolvimento. De uma Igreja romanizada, estrangeira, centralizada sobre devoções formais e manifestações religiosas de massa e absorvida pelos problemas familiares e educacionais,

(5) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 23.

avança-se para uma Igreja aberta aos problemas latino-americanos. Há como que um populismo eclesiástico.

As consequências deste modelo de cristandade coligada com os estratos modernos da sociedade dependerá do destino da própria sociedade moderna, por isso, " ... a Igreja tentará evangelizá-la a partir dos valores e da ótica própria da modernidade. A relação para com os pobres se definirá a partir da ótica dos ricos acerca dos pobres; os ricos serão convocados a ajudarem na causa dos pobres, mas sem precisar, necessariamente, mudar de lugar social e de prática burguesa." (6)

O problema institucional na Igreja se torna mais sensível a partir do momento em que o povo proletarizado começa a agir social e politicamente contra o sistema e as classes dominantes. A própria Igreja se vê diante do problema de sua divisão interna: uma Igreja que permanece ligada ao modelo de nova cristandade e uma outra Igreja que recusa esse modelo.

A visão piramidal e a horizontalização se confrontam continuamente vindo à tona a questão da autoridade e seus limites como também a dimensão da liberdade em relação às comunidades de leigos. " É manifesta a centralização do poder decisório da Igreja ... assim por exemplo, os postos de direção na Igreja desde o Papado até o presbiterato não são precedidos de consulta às bases do Povo de Deus e quando, por acaso se realiza alguma consulta, não é levada em conta. Os dirigentes são escolhidos por cooptação dentro do círculo restrito daqueles que detêm o poder eclesial, impostos às comunidades, marginalizando a imensa maioria dos leigos, mesmo aqueles que possuem atualmente grande qualificação profissional, intelectual e até teológica. A centralização das decisões gera inevitavelmente marginalização e esta afeta direitos fundamentais concernindo à

(6) Leonardo BOFF, " Igreja, Carisma e Poder", p. 23.

informação, à participação decisória naquilo que afeta a todos e às responsabilidades comunitárias." (7)

Este controle da hierarquia atinge com sutileza todas as atividades pastorais. Clodovis Boff, por exemplo, descreve um problema prático acontecido na Igreja do Acre (Amazônia Ocidental), especialmente da Igreja do Acre e Purus no trabalho de CEBs. Um padre que era agente de pastoral e animador de uma CEB, veio a casar com uma militante ativa da comunidade. Ambos pretendiam continuar atuando na comunidade ele como padre e ela como animadora. As CEBs aceitaram a nova situação do padre sem problemas, inclusive a continuação na própria paróquia. A decisão era portanto comunitária. Mas as implicações jurídicas da "Igreja oficial" determinaria a rejeição da decisão comunitária, infalivelmente. Sabendo-se das consequências da permanência do ex-padre na paróquia, recolheu-se a proposta em favor da legalidade. Assim uma solução comunitária da CEB torna-se um problema disciplinar a nível da Igreja hierárquica. " Que sucedeu ao casal? Decidiu desligar-se do trabalho pastoral direto e passou a trabalhar no nível diretamente político-partidário. Essa decisão se deu recentemente e foi motivada pelo bloqueio que a Igreja oficial pôs ao movimento expansivo da 'Igreja popular' como se exprimiu no seu caso. Na carta aberta enviada a todas as CEBs em junho último, o ex-sacerdote o diz claramente. Aí afirma que desde o seu casamento recebeu a estima da Igreja local, mas constatou que a Igreja oficial nada fez na direção do sacerdócio casado." (8) Desta maneira a Igreja oficial permanecendo imutada induz os membros das CEBs à política pura, destituída da dimensão transcendente da fé.

A mentalidade da hierarquia ainda está profundamente marcada pela aliança com a classe dominante e o Estado. Diante das crises (apesar das exceções) ela faz como o capitalismo :

(7) Leonardo Boff, "Igreja, Carisma e Poder", p. 23.

(8) Clodovis BOFF, "CEBs e Práticas de Libertação", p. 622.

reformas, adaptações, moderações, etc. Da crise da nova cristandade ao surgimento de uma Igreja popular a Instituição vacila. A própria Igreja se vê diante do problema de sua divisão interna a nível da prática, isto é, uma Igreja que permanece ligada a um modelo de "nova cristandade" e uma outra que recusa esse modelo. "O modelo de nova cristandade, embora entre um processo de crise e desarticulação, ainda não é abandonado pela maioria da Igreja. Procura-se ardentemente a adaptação desse modelo de cristandade com vistas a poder conservá-lo."⁽⁹⁾ A própria Igreja não avaliou com profundidade a sua tentativa superficial de inserção nos chamados "Movimentos Populares", pois setores conservadores da Igreja mantêm certa desconfiança nesses movimentos. As CEBs, por exemplo não tem tido apoio da maioria do Episcopado e acreditamos que dificilmente terá no futuro, devido a marchas e contra-marchas que tem norteado os interesses pessoais do episcopado ou mesmo a tibieza de posicionar-se claramente com os movimentos. E um sinal disso aparece no mundo: a Igreja católica como um todo, caminha em direção do conservadorismo e tradicionalismo, levando em conta os pronunciamentos do Papa.

Se a Igreja oficial fizesse uma auto-crítica, provavelmente reconheceria os erros praticados ao longo da história, tomando consciência que formas paternalistas e assistencialistas não produziram a superação da miséria da imensa população católica do terceiro mundo. Sem transformações mas somente adaptações, a visão social cristã foi superada por soluções de base no âmbito socialista em várias partes do mundo. Ora, as CEBs propõem romper com esse "eterno retorno" de paternalismos e assistencialismos mediante uma forma de vida fraterna e que possa servir ulteriormente de modelo para uma nova sociedade. Contudo, a autoridade do Estado e da Igreja limitam sobremaneira a alternativa das comunidades, aquele pela ideologia da participação neutralizando a criatividade das comunidades e

(9) Pablo RICHARD, "Morte da Cristandade e Nascimento da Igreja", p. 136-7.

esta pelo controle da liberdade exercida pelos bispos em relação às comunidades.

As CEBs certamente reconhecem que a Igreja é autoridade oficial e qualificada para levar a mensagem cristã, mas não exclusiva: ela foi certamente uma Igreja para os pobres, mas nunca conseguiu ser uma Igreja de pobres desde Teodósio.

É preciso entender então em que sentido a Igreja toma para si a exclusividade da mensagem e limita a ação das CEBs. Historicamente o poder e a autoridade da Igreja absorvem a liberdade do leigo e instalam o autoritarismo mesmo sabendo-se que " ... o leigo não é um homem secular. É um membro da Igreja no mundo secular." (10)

A estrutura do poder da Igreja é piramidal e monárquico: a decisão vem do Papa para o bispo e deste ao padre, excluindo-se o leigo. No cristianismo primitivo o poder é poder do amor. Mas, no caminhar da história, as formas de ver isso se alteram. " Sociologicamente considerando, a Igreja se rege nos quadros de um sistema autoritário." (11) Desta maneira a hierarquia não precisa do voto ou da opinião dos leigos para assegurar sua autoridade e se constituir, pois ela entende que o seu poder vem de Deus e os crentes devem aceitá-lo. " A atual estrutura de poder na Igreja é devedora de representações de poder que possuem séculos de existência e que nela convergiram. Duas especialmente cabe ressaltar: a experiência com o poder romano e com a estrutura feudal. Deles assumiu costumes, títulos, expressões, símbolos de poder. A hierarquia como palavra e como concepção é resultado deste processo." (12)

(10) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 55.

(11) Ibid., p. 70.

(12) Ibid., p. 71.

Esse processo continua até hoje e não deixa, na prática, de provocar desconfiança das CEBs quanto à real dimensão do poder e da autoridade da Igreja. Se assim é como se entenderá a autonomia e a liberdade explícita das comunidades em busca da libertação de toda opressão? Não resta dúvida que as limitações são óbvias apesar de toda a literatura em contrário: " Esta estrutura de poder centralizada gera marginalização especialmente dos leigos; estruturalmente são cortados os caminhos da participação mais efetiva nas decisões que interessam a toda a comunidade. Não são considerados como portadores e produtores do material simbólico porque estão na base da pirâmide, sem poder; sua verdade e sua palavra é feito eco da voz das instâncias superiores. Aqui se ferem, estruturalmente (independentemente da boa ou má vontade dos membros da Igreja), direitos consagrados da pessoa humana." (13)

Por outro lado, a autoridade, diferente do autoritarismo, do poder e da dominação, é determinada pela livre adesão de um grupo de pessoas a uma pessoa ou instituição, mas a autoridade na forma romana e feudal é hierárquica, sagrada e intocável, logo a legitimidade vem de cima, da vontade de Deus . Ora, qualquer movimento da base, de baixo, se torna fundamentalmente mau e " contra a vontade de Deus ". Não é de estranhar portanto, a desconfiança de muitos bispos em relação à ação das CEBs no plano político e social ou quando insistem por maior participação e autonomia comunitária. O Bispo D. Amaury Castanho, que participou do Encontro intereclesial de Trindade manifestou sua preocupação com as CEBs. " (...) A eclesialidade exige, por parte das CEBs, adesão incondicional à palavra de Deus, celebração frequente da Eucaristia e comunhão efetiva com os pastores da Igreja. O mais não parece tão importante . Pois é nesses três pontos que as falhas e limitações das CEBs,

(13) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 72-73.

pelo menos a julgar pelo 6º Encontro de Trindade, vieram à tona." (14) O controle sobre a ação política ("o mais não parece tão importante") é visível e anuncia uma nova etapa do fechamento da Igreja católica diante dos movimentos populares.

Sociologicamente falando, é inegável a divisão e desigualdade na Igreja onde um produz o material simbólico e o outro o consome: o ordenado que produz e decide e o não-ordenado que assiste ou se associa. Embora os excluídos tenham capacidade de participar, a Igreja não os inclui diretamente. Quem detém os meios de produção simbólica elabora e reforça o seu poder conferindo-lhe origem divina à forma histórica de sua atividade. (15)

Apesar disso, o conflito interno permanece, isto é, o poder de uns sobre outros. Para os leigos, especialmente as CEBs, o reconhecimento dos direitos da hierarquia existem historicamente, mas elas não aceitam facilmente a asfixia da autoridade hierárquica sobre sua liberdade de agir em termos políticos, sociais, como também não se sentem livres quando são reduzidos à meros complementos na pastoral, liturgia e nas decisões episcopais. Portanto, se por um lado um setor progressista da Igreja vê as CEBs com simpatia e esperança "enquanto Igreja que surge da base", outro setor a limita em sua atividade, temendo seus pronunciamentos políticos, sociais e atuação prática.

Está muito claro que a Igreja-instituição vive uma tensão entre o formal e o real; contradição entre teoria e prática, isto é, denuncia as injustiças contra os pobres mas por outro lado a cúpula dirigente não deseja mudar o "status quo". "A Igreja não se subtrai a esta difícil dialética; em outras palavras, nela também a teoria é uma e, em certo sentido, a prática é outra." (16)

(14) Jornal do Brasil, 19/09/86, citado por Claudio Perani, CADERNOS DO CEAS, (107):40.

(15) Cf. Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 75-6.

(16) Ibid., p. 59.

Dois blocos se confrontam dentro da instituição: um procura defender a Igreja mediante a opção preferencial pelos pobres (são os setores que sofreram a perseguição e torturas pós-64 no Brasil). O outro bloco é aquele que, acabado o regime militar e as perseguições, tenta enfraquecer o bloco da "opção preferencial pelos pobres", procurando estar bem com qualquer governo mesmo que esse esteja distante da sociedade civil. A nível interno a divisão da hierarquia poderíamos vê-lo mais ampliado, em três grupos: os conservadores, ligados às elites dominantes; os moderados, sintonizados com a burguesia da classe média; os progressistas vivendo os problemas populares, exercendo um papel semelhante aos intelectuais orgânicos (na concepção de Gramsci).

Apesar dessas diferenças significativas, Boff acredita " ... ser sensato alimentar uma razoável esperança devido à contradição interna à própria consciência eclesial. Se por um lado há práticas, justificadas ... que cerceiam direitos humanos fundamentais, por outro há uma instância evangélica sob a qual está a Igreja, que permanentemente critica e denuncia todas as formas abusivas ou restritivas do poder..." (17). Mas também deixa um aviso. " Não basta, entretanto, a pura proclamação. Na verdade ela só será realmente ouvida, se testemunhar por suas práticas que ela é a primeira a respeitar e promover os direitos humanos ao interior de sua própria realidade." (18) Contudo Boff, em Setembro de 1984 sentiu na prática o que criticava teoricamente nos livros: no capítulo quatro do livro " Igreja, Carisma e Poder ", estava a raiz da polémica entre ele e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Conclusão: foi reduzido ao "silêncio". A segunda investida da Igreja no Brasil atingiu o bispo D. Pedro Casaldáliga em setembro de 1988, sendo " convidado a ser fiel aos ensinamentos da Igreja e não interferir nas questões de outras Igrejas." (19)

(17) Leonardo BOFF, "Igreja, Carisma e Poder", p. 76-77.

(18) Ibid., p. 80-81

(19) FOLHA DE SÃO PAULO, 25/9/88, p. 5.

A Igreja como um todo, fundamentalmente é conservadora, deu e dá provas disso na história. A partir de 1984, com a aproximação com o governo Reagan, a Igreja vem modificando sua prática de evangelização na América Latina, pressionando de cididamente os teólogos da libertação. A pressão sobre a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de maioria moderada e progressista é uma realidade indiscutível. O objetivo é claro: despojar os progressistas. A chamada "restauração" é a nova palavra de ordem do Vaticano desenvolvida pela figura conservadora de Ratzinger (prefeito da Congregação Vaticana para a doutrina da fé), ele busca o novo equilíbrio na ação da Igreja, na prática, pretende recuperar a tradicional cristandade (cultura greco-romana) repensando o "espírito" do Concílio Vaticano II.

Esse repensamento sobre o Concílio está produzindo uma revisão de todas as reformas (liturgia e catequese) de cima para baixo, atingindo a criatividade de comunidades cristãs que a partir de 1984 deveriam afinar-se com as diretrizes centrais. O centralismo está dominando a Instituição católica.

Não há dúvida que a revisão dos rumos da Igreja com Wojtyla, a nomeação de Ratzinger, é a aplicação mais rigorosa das normas canônicas sobre a censura prévia às publicações que se referem à doutrina. Um exemplo disso: em dez anos de Pontificado, o Papa afastou da cátedra de teologia o teólogo suíço Hans Küng, admoestou o teólogo holandês Schillebeeckx, silenciou por algum tempo o teólogo Leonardo Boff e admoestou duramente o bispo D. Pedro Casaldáliga.

Ora, a nomeação pelo Papa de bispos "progressistas" brasileiros para dioceses historicamente conservadoras (como a mudança de D. Luciano para a diocese de Mariana) e a divisão da arquidiocese de S. Paulo em dioceses autônomas, configura o objetivo conservador da Igreja, sem contar a nomeação de bispos rigorosamente ortodoxos e dóceis às determinações romanas (isso aconteceu na CNBB, conferências da Espanha e Estados Unidos).

Se Paulo VI insistia sobre o diálogo das Igrejas com o mundo, reconhecendo o pluralismo existente, com João Paulo II o pessimismo diante do mundo é uma característica notória pois os teólogos são vistos sob suspeita e acusados de interferir de masiadamente no magistério da Igreja. Nessa visão, o diabo que tinha sido após o Vaticano II uma figura simbólica, adquire realidade e presença mais concreta, pois teme-se que a civilização ocidental esteja ameaçada de morte. Para a Igreja, a crise moral existente é resultado do pecado humano e da tentação do "maligno". Aliás, os assessores republicanos de Reagan e os exércitos da América Latina, reunidos em 1987, pensam identicamente. Igreja, governo Reagan e exércitos da América Latina com seus governantes consideram perigoso para os valores ocidentais a ação prática da Teologia da Libertação onde, para eles, se aproxima do "comunismo ateu". A partir daí, a neutralização das Comunidades de Base na sua espontaneidade e ação política é um passo.

A Igreja na sua ação política mundial aplica dois conceitos básicos: nação e cultura, através desses conceitos ela pretende ser a porta voz diante do Estado dos interesses morais e espirituais dos cidadãos e com isso manter aceso o tradicionalismo cultural do cristianismo greco-romano.

Não fica apenas nisso: os projetos "Evangelização 2.000" e "Lumen 2000" com um investimento de 400 milhões de dólares serão a nova cruzada para conquistar "o mundo para Cristo."

De Medellin a Puebla houve avanço ou retrocesso na Igreja em termos de engajamento social da hierarquia? Em termos mundiais houve retrocesso, em termos regionais houve avanços. Os dois documentos (Medellin e Puebla) são realistas, contudo, estão limitados pelas diretrizes da hierarquia (de hegemonia conservadora), esvaziando-se na sua evangelização prática.

De 1966 a 1984, a Igreja católica no Brasil conheceu o lado negro do Estado: sofreu inúmeras perseguições, tortura e morte. Mas nesse conflito entre Igreja e Estado, o Estado procurou apoio na nunciatura e na Santa Sé, no sentido de conter internamente a Igreja brasileira, tendo obtido certo sucesso. Um exemplo desse sucesso foi quando a Santa Sé interveio diretamente para forçar a CNBB a suspender seu patrocínio às "Jornadas Internacionais para uma Sociedade superando as dominações"

O conservadorismo traz dentro dela uma atitude autoritária. O sociólogo Otto Maduro coloca bem essa questão. "Quando um sistema religioso, através de um longo processo histórico, chega a se constituir como 'igreja', no sentido sociológico, o mesmo sistema tende a desempenhar funções conservadoras com relação à estrutura social interna da sociedade de classes na qual opera". (20) Basta lembrar como a CNBB e grupos mais ortodoxos saudaram o golpe de 64. Mas em certos momentos a Igreja pode agir de maneira "avançada" para certos grupos sociais (como a contestação do regime ditatorial a partir de 1966) contudo, a Igreja tende a desempenhar quase sempre uma função conservadora, especialmente na sociedade de classes com estrutura de dominação bastante acentuada.

Essa função conservadora acontece porque a Igreja tem um público bastante heterogêneo e multiclassista. Logo a Igreja se acha interessada em conservar seu público reproduzindo os laços religiosos que os unem a ela. Na medida que fluírem conflitos internos de seu público "... o interesse eclesiástico de conservar esse público leva à produção de um discurso suficientemente ambíguo para satisfazer todas as frações sociais que solicitam seus serviços religiosos, e impedir a defecção em massa de setores de uma classe social qualquer (dominante ou subalterna)" (21)

(20) "Religião e Luta de Classes", p. 171-172.

(21) Ibid., p. 172.

Otto Maduro completa sua reflexão " ... toda igreja tende a produzir um discurso religioso unitário e ambíguo, que tem como uma das principais e inevitáveis funções conservadoras ocultar, deslocar e superar simbolicamente, na transcendência, os conflitos sociais inerentes a toda sociedade de classes . Sociologicamente, uma Igreja não pode, em condições de estabilidade social, de consolidação de uma estrutura social de dominação, produzir sistemática e exclusivamente um discurso religioso sócio-politicamente parcializado e unívoco. Não pode, simplesmente porque a fração social assim desfavorecida poderia provocar então uma ruptura religiosa que enfraqueceria, material e simbolicamente, a Igreja correspondente. Mas produzindo um discurso religioso sócio-politicamente unitário e ambíguo, a igreja favorece a reprodução das relações de dominação estabelecidas e, portanto, favorece sócio-politicamente as classes ali dominantes." (22)

Essa função conservadora, na prática, se efetivará a nível da manutenção da ordem simbólica, na inculcação da lógica hierárquica (em termos de obediência à autoridade e por extensão à hierarquia política, militar, etc). Nessas condições, as CEBs e outras comunidades que se pretendam autônomas irão encontrar vários obstáculos ao veicular sua própria liberdade devido ao controle de sua ação pela hierarquia. Qual é a saída para as CEBs?

A proposta de Otto Maduro é interessante. " A transformação da visão do mundo das classes subalternas, em visão autônoma e distinta daquela das classes dominantes, é condição indispensável para criar a possibilidade objetiva de transformar suas próprias condições de existência material e deixar, efetivamente, de ser classes subalternas. Assim, para os grupos sociais subalternos com visão predominantemente religiosa

(22) " Religião e Luta de Classes ", p. 172-173.

do mundo, a capacidade de transformar sua condição social subalterna depende de sua aptidão para construir uma visão religiosa do mundo independente da, diferente da, e oposta à visão dominante do mundo em sua própria sociedade. " (23)

Camponeses, marginalizados, oprimidos que se uniram para a libertação integral nas CEBs só poderão alcançar seus objetivos mediante um grau de consciência, organização, mobilização de classe e autonomia institucional. Tem de deixar de aparentar um " novo modo de ser Igreja " para ser uma Igreja nova, dessacralizada e horizontalizada com um movimento contínuo, organizado, disciplinado e consciente " ... capaz de situar e orientar as classes subalternas em seu meio sócio-natural de modo autônomo, diverso das e oposto às classes dominantes , então a produção religiosa, ali, tenderá a desempenhar função social revolucionária." (24)

Sem inovações religiosas, que superem a própria orientação hierárquica da Igreja não será possível chegar a autonomia completa. Por quê? " Simplesmente, porque a manutenção de uma visão religiosa tradicional, sob a hegemonia de um bloco de classes dirigentes, não pode orientar os partícipes dessa visão religiosa a não ser para a conservação do que já é tradicional: a ordem social estabelecida." (25) Essa inovação religiosa e autonomia institucional a nosso ver não deve ser simples mudança adaptativa mas dinâmica. Essa ruptura marcará a diferenciação entre o que é tradicional e institucional daquilo que é inovador e autônomo.

Se as CEBs continuarem sob a dependência da Igreja institucional (apesar das boas intenções de bispos, padres e agentes de pastoral progressistas) não acreditamos que terão um

(23) " Religião e Luta de Classes ", p. 176-177.

(24) Ibid., p. 177.

(25) Ibid., p. 180-181.

futuro promissor pois mais tarde ou mais cedo seus líderes serão cooptados em vista de uma ação mais moderada e na eventual ação política mais radical delas, poderão ser simplesmente suprimidas. O caso do bispo Casaldáliga oferece um pequeno exemplo do que poderá acontecer se Estado e Igreja enquanto instituições fortes e autoritárias, estiverem muito bem entrosadas ou a Igreja entender que as CEBs extrapolam os objetivos evangélicos e pastorais da Igreja.

O tempo se encarregará de definir melhor essa questão. A Igreja por seu lado continuará nessa sanfona dialética de apoio e retração aos mais variados movimentos que surgem e surgirão. Ela sem dúvida manifesta uma tensão entre o formal e o real.

CONCLUSÃO

" Finis coronat opus " (o fim coroa a obra). A locução latina sugere que os resultados sejam como o começo os fazia prever. Mas esta obra não chega concretamente ao fim , apenas academicamente.

A nossa tarefa é uma obra aberta, provisória, sujeita a retificações, a comparações com outros trabalhos similares , está aí para ser julgada.

Sintetizamos no pensamento a experiência e a teoria do próprio tempo vivido. Ulteriormente poderá servir de subsídio ou sugestão a quem queira aprofundar ainda mais a investigação sobre comunidades, instituições, liberdade, autoridade e assim por diante. É portanto um trabalho inconcluso.

Vimos que o fundo da nossa questão é a América Latina e o Brasil dos pobres, dos esquecidos, daqueles que não tem voz, mas que agora se levantam organizados em comunidades. Eles perceberam que para sobreviver e conquistar sua dignidade é preciso organizar-se. Isso provoca intranquilidade nos poderosos e esperança nos fracos.

Num determinado momento da história, a nossa opção de serviço pela via religiosa, proporcionou-nos valiosa experiência com comunidades emergentes a partir de 1966. Daí, até hoje, tornou-se mais fácil entender por que essas comunidades se espalharam rapidamente por todo o Brasil, como uma resposta comunitária aos desafios colocados pelo autoritarismo , a

situação política, econômica e o comodismo fatalista religioso.

Para fundamentar a ação das comunidades no Brasil , foi preciso recorrer a um referencial conceitual sócio -político -filosófico antepondo uma perspectiva fenomenológica do sentido das experiências vividas, o mundo que nos cerca e a relação intersubjetiva. Com isso, acreditamos que as experiências vividas permeabilizam a totalidade da nossa tarefa, na medida que recompomos e teorizamos os acontecimentos.

Não seria possível entender as CEBs (limitadas pela distensão ou contração da hierarquia eclesiástica) se não fizéssemos uma análise da sua constituição: como vivem , como se organizam, enfim as relações diretas e afetivas que marcam o seu cotidiano e projetam a utopia na direção de uma sociedade comunitária e menos convencional.

Constatamos, que as CEBs são um processo comunitário em amadurecimento político, social, cultural, religioso, sem resultados completos a curto prazo, pois elas enfrentaram e enfrentarão obstáculos de ordem institucional (Igreja - Estado), fazendo-as oscilar entre a autonomia e a dependência , além disso, sofrem a ação da sociedade convencional que atrai suas lideranças, transferindo-as para outros movimentos e abandonando a Comunidade. Por outro lado, o Agente de Pastoral, trazendo inconscientemente o condicionamento instrumentalizador da estrutura eclesial, acaba muitas vezes por limitar-se estritamente aos aspectos religiosos da comunidade, reduzindo significativamente sua ação transformadora na sociedade.

Não deixa de haver em tudo isso, um mal-estar e tensão entre hierarquia e comunidades pela mediação do agente . Esta questão foi muito pouco investigada pela literatura existente, talvez na tentativa ideológica de ser mostrado o ambiente harmonioso entre as comunidades e o Agente de Pastoral e ocultando sutilmente os conflitos existentes no seu interior , levando os conflitos para fora, como conflitos meramente entre CEBs, latifundiários, polícia, etc.

Na medida que as comunidades se desenvolvem qualitativamente, acabam naturalmente expondo a sua face política, ultrapassando os limites estritamente religiosos e demonstrando na prática, a forte analogia entre a mensagem cristã e a política, desmitizando de vez o dualismo maniqueista do " sagrado " e do " profano ". Embora distintos, os dois elementos interpenetram-se, relacionam-se sem se confundirem . Soma-se a isto, a fé e vida: estrutura bipolar da unidade comunitária.

Ora, esta comunidade gradualmente crítica, exigente e coerente com a mensagem cristã, especialmente em torno da justiça, ocasiona conflitos e confrontos com segmentos da sociedade civil conservadora (enquanto sociedade negadora ou indiferente aos direitos humanos) . Mas não fica apenas nisso, as exigências de justiça chegam aos ouvidos do poder governante , confrontando-se um cristianismo de experiências vividas e do lado do poder, um cristianismo convencional, oficial, de linha nitidamente conservadora, oriunda da tradicional cultura clássica greco-romana que se acomodou à ordem vigente da vida social.

Como o confronto se torna evidente ao nível da prática das comunidades, nada mais natural que analisar as funções do Estado no seu processo histórico e na sua passagem de autoridade ao autoritarismo. Portanto é um estudo indispensável e necessário, condição sem a qual não compreenderíamos os antagonismos existentes.

Analisando o Estado como agente controlador e eventual cooptador de lideranças críticas, mostramos que ele agirá sempre no sentido de neutralizar comunidades contestadoras e altamente conscientes que não se afinam às diretrizes da verticalização das decisões. A proposta tentadora do " planejamento participativo " oferecida pelo Estado é vista com desconfiança pelas comunidades, desconfiança histórica marcada pela experiência repressora de mais de vinte anos de autoritarismo militar e indiferença frente a grupos subalternos. O distanciamento das comunidades em relação ao Estado é significativo, pois as

propostas de participação comunitária das CEBs são diametralmente opostas às do Estado.

Se por um lado o Estado tem o dever constitucional de zelar pelo bem da sociedade, não faz o mesmo com as comunidades questionadoras, assim sendo, ele buscará apoio adequado na instituição eclesial (via Santa Sé) no sentido de controlar e submeter a um relativo silêncio toda a ação política das CEBs. Como a Igreja tem uma longa tradição de alianças com os Estados, sempre haverá alguma forma de atendimento às razões do Estado, (apesar das discordâncias das Igrejas locais, ou mesmo da CNBB ou ainda de teólogos engajados profundamente na teologia da libertação).

A centralização e o conservadorismo crescentes da Igreja a nível mundial facilita enormemente a tarefa dos Estados no plano de uma ação coercitiva e controladora das comunidades de base mais conscientes. Por isso, não se deixou de lado uma análise da estrutura funcional da Igreja para que se possa avaliar a médio e longo prazo o futuro das CEBs dentro da Igreja institucional: especialmente a nível de aceitação, interferência e a dimensão autônoma das comunidades.

A nossa análise recolhe primeiramente o conceito de autoridade da Igreja, o seu discurso ambíguo, a concepção interna dos direitos humanos. Com isso poderemos compreender a sua analogia com o autoritarismo do Estado.

No período mais autoritário da história do Brasil, de 1964-84, com torturas, repressões, mortes, a Igreja oficial se posicionou contra essas arbitrariedades, mas não abdicou de sua ligação histórica com o Estado e as classes dominantes. Por isso não será de estranhar o conflito existente entre as Igrejas locais moderadas e a Igreja via Roma. Se por um lado as CEBs receberam apoio e estímulo por outro não são vistas com tanta tranquilidade pelos grupos mais ortodoxos que pretendem um controle mais rígido sobre as comunidades. Nesse sentido

a função da Igreja acaba sendo um conjunto heterogêneo e variável de funções múltiplas conflitivas e imprevisíveis.

Baseando-nos nisso, como a instituição, através de seus bispos poderá permitir uma verdadeira autonomia e liberdade das CEBs? Os fluxos e refluxos da autoridade máxima deixam as comunidades na difícil opção entre a autonomia e a institucionalização. A tendência atual é um maior controle sobre elas (apesar de toda oposição dos teólogos da libertação) começando pela redução ao silêncio da chamada " Igreja progressista ". Parece que não há outra alternativa.

Desta forma, se as CEBs querem ser destinatárias da sua liberdade, de sua história, também devem ser completamente autônomas em relação à hierarquia e com isso fazer aparecer a nova Igreja, Igreja utópica, livre de controles externos. Se elas não optarem por uma caminhada totalmente livre não vemos outra situação senão tornarem-se mais um " movimento " dentro da Igreja, sendo gradativamente absorvidas pela instituição e fazendo no futuro parte de mais um grupo saudosista. A decisão é complexa mas é de fundamental importância.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- 01- ALVES, Marcio Moreira. "Igreja e Política no Brasil".
Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- 02- ARENDT, Hannah. "Entre o Passado e o Futuro". São Paulo,
Perspectiva, 1972.
- 03- AZEVEDO, Thales. "Igreja e Estado em tensão e crise".
São Paulo, Ática, 1979.
- 04- BARBE, Domingos & RETUMBA, Emmanuel. "Retrato de uma Comu-
nidade de Base". 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1971.
- 05- BARREIRO, Julio. "Educação Popular e Conscientização".
Petrópolis, Vozes, 1980.
- 06- BERGER, Peter. "A Construção Social da Realidade". Petró-
polis, Vozes, 1973.
- 07- BETTO, Frei. "O que é Comunidade Eclesial de Base". 3.ed.
São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 08- BLOCH, Ernest. "Thomaz Münzer- teólogo da revolução". Rio
de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1973.
- 09- BOFF, Clodovis. "Comunidade Eclesial, Comunidade Política"
Petrópolis, Vozes, 1978.
- 10- _____. "Como trabalhar com o Povo?" Petrópolis, Vo-
zes/IBASE, 1985.

- 11 - BOFF, Leonardo. "Eclesiogênese. As Comunidades Eclesiais de base reinventam a Igreja" Petrópolis, Vozes, 1977.
- 12 - _____. "O Caminhar da Igreja com os Oprimidos . Do Vale de Lágrimas à Terra Prometida". Rio de Janeiro, Co decri, 1980.
- 13 - _____. "Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de eclesio - logia militante". Petrópolis, Vozes, 1981.
- 14 - BORAN, Jorge. "O Senso Crítico e o Método Ver, Julgar , Agir". 2.ed. São Paulo, Loyola, 1979.
- 15 - BOSI, Ecléa. "Cultura de Massa e Cultura Popular .Leitu - ras de operárias". 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- 16 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "O que é Educação?" São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 17 - _____. "O Ardil da Ordem. Caminhos e Armadilhas da Educação Popular". Campinas, Papirus, 1986.
- 18 - _____. "Educação Popular". São Paulo, Brasiliense , 1984. (Col. Primeiros Vôos).
- 19 - _____. " A Questão Política da Educação Popular" São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 20 - BUBER, Martin. "Sobre Comunidade". São Paulo, Perspecti - va, 1987. (Col. Debates).
- 21 - _____. "O Socialismo Utópico". São Paulo, Perspec - tiva, 1971.
- 22 - CAMARGO, Candido Procopio. "Igreja e Desenvolvimento". São Paulo, Brasil, 1971.
- 23 - CHAUI, Marilena. "Cultura e Democracia. O discurso compe - tente e outras falas". São Paulo, Moderna, 1981.
- 24 - _____. "Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultu - ra popular no Brasil". São Paulo, Brasil, 1987.

- 25 - COMBLIM, Joseph. "A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina". 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- 26 - DUARTE, Laura Maria Schmeider. "Isto não se Aprende na Escola. A educação do povo nas CEBs." Petrópolis, Vozes, 1983.
- 27 - DUSSEL, Enrique D. "Ética Comunitária" Petrópolis, Vozes, 1986.
- 28 - ENGELS, F. "As Guerras Camponesas na Alemanha". São Paulo, Grijalbo, 1977.
- 29 - FAORO, Raymundo. "Os donos do Poder". 3.ed. Porto Alegre, Globo, 1976. 2 vol.
- 30 - FERNANDES, Florestan (org). "Comunidade e Sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação". São Paulo, Nacional/USP, 1973.
- 31 - FERNANDES, Luis. "Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base". 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- 32 - FREIRE, Paulo. "Educação e Mudança". 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 33 - _____. "Pedagogia do Oprimido". 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 34 - GARAUDY, Roger. "Ainda é tempo de viver. Eis como". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- 35 - _____. "Apelo aos vivos". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- 36 - GÓMEZ DE SOUZA, Luis Alberto. "Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História". Petrópolis, Vozes, 1982.
- 37 - GORMAN, Robert A. "A Visão Dual. Alfred Schutz e o Mito da Ciência Social Fenomenológica". Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

- 38 - GREGORY, Afonso. "Comunidades Eclesiais de Base: utopia ou realidade". Petrópolis, Vozes, 1973.
- 39 - GUIMARÃES, Almir Ribeiro. "Comunidades de Base no Brasil" Petrópolis, Vozes, 1978.
- 40 - GUTIERREZ, Gustavo. "Teologia da Libertação". Petrópolis, Vozes, 1975.
- 41 - HOBBSAWM, E.J. "Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcáicas de Movimentos Sociais nos séc. XIX e XX". Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 42 - HOORNAERT, Eduardo et alii. "História Geral da Igreja na América Latina". Tomo II: História da Igreja no Brasil, primeira época. Petrópolis, Vozes, 1977.
- 43 - HOUTART, François. "Religião e Modos de Produção Pre-Capitalistas". São Paulo, Paulinas, 1982.
- 44 - LENIN, V.I. "Como iludir o Povo com os 'slogans' de Liberdade e Igualdade". São Paulo, Global, 1979.
- 45 - LIBANIO, J.B. "Educação Católica. Atuais tendências". São Paulo, Loyola, 1983.
- 46 - LUXEMBURGO, Rosa. "O Socialismo e as Igrejas: O Comunismo dos Primeiros Cristãos". Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- 47 - MADURO, Otto. "Religião e Luta de Classes". Petrópolis, Vozes, 1981.
- 48 - MARINS, Jose et alii. "Comunidade Eclesial de Base na América Latina". São Paulo, Paulinas, 1977.
- 49 - MARX, Karl. "Manuscritos Economico-Filosóficos e outros textos escolhidos". São Paulo, Abril, 1974. (Col. Os Pensadores).
- 50 - MATOS, Henrique C.J. "CEBs. Uma interpelação para o ser cristão hoje". São Paulo, Paulinas, 1985.

- 51 - MAUSS, Marcel. "Sociologia e Antropologia". São Paulo , EPU, 1974. 2 vol.
- 52 - MONIZ, Edmundo " A Guerra Social de Canudos ". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 53 - MAY, Rollo. "Poder e Inocência. Uma busca das fontes da violência". Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- 54 - PETRINI, João Carlos " CEBs: Um novo sujeito Popular" . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 55 - PORTELLI, Hugues. "Gramsci e a Questão Religiosa". 2.ed. São Paulo, Paulinas, 1984.
- 56 - QUEIROZ, Jose J. et alii. " A Educação Popular nas Comunidades Eclesiais de Base ". São Paulo, Paulinas, 1985.
- 57 - RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro A. "Religião e Dominação de Classe: Genese, Estrutura e Função do Catolicismo Romanizado no Brasil". Petrópolis, Vozes, 1985.
- 58 - RICHARD, Pablo. "Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja". São Paulo, Paulinas, 1982.
- 59 - RODRIGUES, Jose Honorio. "Filosofia e História". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- 60 - SALEM, Helena (coord) "A Igreja dos Oprimidos"; por Antonio Carlos Moura et alii. São Paulo, Brasil Debates , 1981. (Brasil Hoje, 3).
- 61 - SCHUTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. "Las estructuras del mundo de la vida". Buenos Aires, amorrorotu, 1973.
- 62 - SCHUTZ, Alfred "Fenomenologia e Relações Sociais".
- 63 - SEVERINO, Antonio Joaquim "Educação, Ideologia e contra-ideologia". São Paulo, EPU, 1986.
- 64 - TORRES, Sergio (org). "A Igreja que surge da Base" (Eclesiologia das Comunidades Cristãs de Base" IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia. São Paulo, Paulinas, 1980.

- 65 - VALLE, Edenio & QUEIROZ, Jose J. (org). "A Cultura do Povo" São Paulo, Cortez&Moraes/EDUC, 1979.

ARTIGOS EM REVISTAS

- 01 - BEOZZO, Oscar. "História da Igreja Católica no Brasil" ,
in: Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, nº 8, abr.1979 ,
p. 3-10.
- 02 - BOFF, Clodovis. "Agente de Pastoral e Povo", in: REB 40 :
216-242, 1980.
- 03 - _____. "Uma Igreja Popular. Impressões de uma Visita
pela Igreja de Cratéus", in: REB 41: 728-744, 1981.
- 04 - _____. "CEBs e práticas de libertação", in: REB 40 :
595-625, 1980.
- 05 - BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. "Cinco observações de
fundo à intervenção do Cardeal Rutziriger acerca da Teo-
logia da Libertação de corte Marxista", in: REB 44 :
115-120, 1984.
- 06 - BOFF, Leonardo "Direitos Humanos e Evangelização", in :
REB nº 145: 143-159, 1977.
- 07 - CASALDÁLIGA, Pedro. "Vida da Igreja a partir da periferia.
Diálogos Eclesiais no Mato Grosso", in: REB 38: 579 -
605, 1978.
- 08 - COSTA, Beatriz. "Para analisar uma prática de Educação
Popular", in: Cadernos de Educação Popular I, Petrópo-
lis, Vozes, 1981, p. 7-47.
- 09 - DELLA CAVA, Ralph. "Política a curto prazo e Religião a
longo prazo", in: Encontros com a Civilização Brasilei-
ra, nº 1: 242-258, jul. 1978.

- 10 - ENTREVISTA com o Filósofo Mathieu Casalis, in: REFLEXÃO ,
Campinas, PUCCAMP, X(31): 168-176, jan/abr. 1985.
- 11 - FERNÁNDEZ, Arturo. "Renace el Militarismo latinoamericano?
1^{er} Semestre de 1987, in: ACCIÓN CRITICA, Lima, (21):
67-79, jun. 1987.
- 12 - FREIRE, Paulo. "Quem inaugura a violência não é o violento,
mas quem violenta". Entrevista, in: Revista de
Cultura Vozes, 76(1): 51-60, jan/fev, 1982.
- 13 - GOMES, Pedro Gilberto. "A autoconsciência eclesial do
leigo nas CEBs", in: REB 43: 513-532, 1983.
- 14 - HOORNAERT, Eduardo. "Comunidades de Base: dez anos de
experiência", in: REB 38: 474-502, 1978.
- 15 - HUBER, Eduard. "A libertação do homem segundo Marx", in:
CEAS, Salvador, nº 100: 77, nov/dez, 1985.
- 16 - MADURO, Otto. "O Profissional de Classe Média e as lutas
populares", in: CEAS, Salvador, nº 91:53-61, maio/jun ,
1984.
- 17 - MARTINS DE CARVALHO, Horácio. "A Ideologia do Planejamento
Participativo", in: CEAS, Salvador, nº 108:33-38 ,
mar/abr., 1987.
- 18 - OLIVEIRA, Nelson. "Estado - Mitos e Equívocos", in: CEAS,
Salvador, nº 107:47-56, jan/fev, 1987.
- 19 - PERANI, Claudio. "Comunidades Eclesiais de Base", in:CEAS
(Centro de Estudos e Ação Social), nº 56: 36-48, jul/
ago, 1978.
- 20 - _____. " Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Po
pular", in: CEAS, nº 75: 25-33, set/out, 1981.
- 21 - _____. "Novos rumos da Pastoral Popular", in: CEAS,
Salvador, nº 107: 37-46, jan/fev., 1987.
- 22 - ROLIM, Francisco. "Comunidades Eclesiais de Base: notas
preliminares de uma pesquisa", in: Cadernos do ISER ,
Rio de Janeiro, 8: 56-63, 1979.

- 23 - ROLIM, Francisco. "Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Sociais", in: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 22: 89-114, abr, 1980.
- 24 - SANTIAGO, Gabriel Lomba. "De Medellín a Puebla: avanço ou retrocesso?", in: REFLEXÃO, Campinas, PUCCAMP, 3(10): 205-217, jul, 1978.
- 25 - VON ZUBEN, Newton Aquiles. "O 'Homo Faber' e a mundanidade no pensamento político de Hannah Arendt", in: REFLEXÃO, Campinas, PUCCAMP, XII(38): 7-19, maio/ago, 1987.
- 26 - WANDERLEY, Luis Eduardo W. "Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular", in: REB : 686-707, 1981.

DOCUMENTOS

- 01 - ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, "A Igreja que a gente quer", in: REB 35/ 1975, p. 429-434.
- 02 - _____. "Vida de Grupo nas Comunidades Eclesiais de Base", São Paulo, Paulinas, 1981.
- 03 - CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), "Repressão na Igreja no Brasil", in: CEAS, Salvador, nº60, mar/abr, 1970, p. 56-78.
- 04 - CELAM, "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- 05 - _____., "Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da Conferência de Puebla - Texto Oficial da CNBB. 3.ed. São Paulo, Loyola, 1979.
- 06 - CENTRO DE REFLEXÃO & DOCUMENTAÇÃO, "Cantos dos Lavradores de Goiás", publicação do CRD, Goiânia, nº 1, set. 1979.

- 07 - CNBB, "Comunidades: Igreja na Base", São Paulo, Paulinas ,
1974. (Estudos da CNBB, nº 3).
- 08 - _____., "Pastoral Social", 3.ed., São Paulo, Paulinas,
1978. (Estudos da CNBB, nº 10).
- 09 - _____., "Por uma sociedade superando as dominações" ,
São Paulo, Paulinas, vol.1, 1978. (Estudos da CNBB ,
nº 19).
- 10 - _____., "Comunidades Eclesiais de Base no Brasil" ,
São Paulo, Paulinas, 1979. (Estudos da CNBB, nº 23).
- 11 - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: Uma Igreja que nasce do
povo. Encontro de Vitória. Número temático, SEDOC ,
vol.7, maio 1975, 81 (1975).
- 12 - _____. Igreja, povo oprimido que se organiza para a
libertação. Encontro de Itaici, São Paulo. Número temá
tico, SEDOC 14 (1981).
- 13 - DIOCESE DE JUAZEIRO, BA, "O Povo descobre a Sociedade. Ca-
pitalismo X Socialismo. Subsídio para reflexões de
CEBs". São Paulo, Paulinas, 1984.
- 14 - SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, "Instruções so-
bre alguns aspectos da Teologia da Libertação". São
Paulo, Paulinas, 1984.